



RELATÓRIO DE GESTÃO



ESMAT
ESCOLA SUPERIOR
DA MAGISTRATURA TOCANINENSE

2025



Σ SUMÁRIO



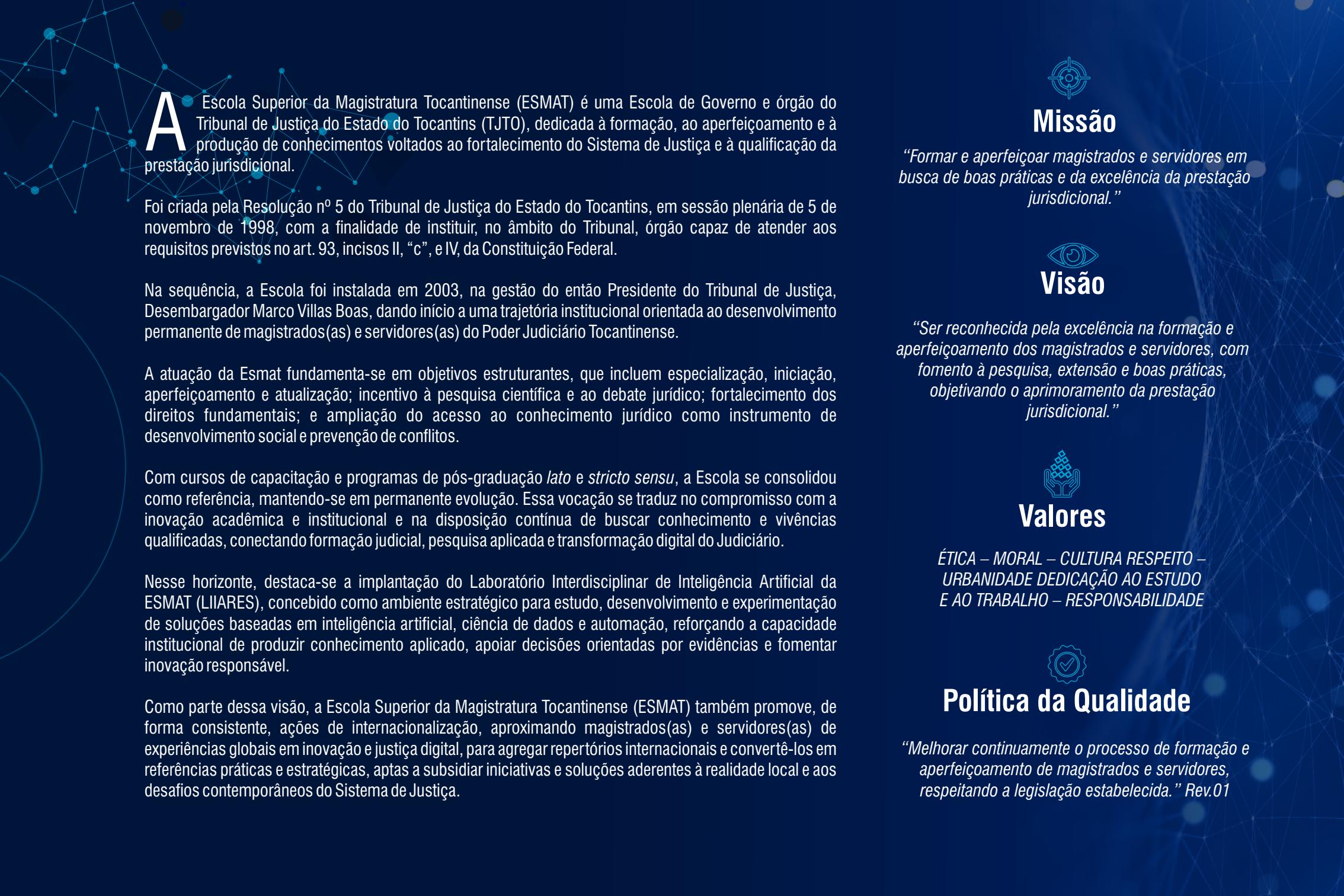
8
10
45
57
118
184

APRESENTAÇÃO
AÇÕES INSTITUCIONAIS
PÓS-GRADUAÇÕES
CURSOS
EVENTOS
RELATÓRIO DE ATIVIDADES



INSTITUCIONAL





AEscola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) é uma Escola de Governo e órgão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), dedicada à formação, ao aperfeiçoamento e à produção de conhecimentos voltados ao fortalecimento do Sistema de Justiça e à qualificação da prestação jurisdicional.

Foi criada pela Resolução nº 5 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em sessão plenária de 5 de novembro de 1998, com a finalidade de instituir, no âmbito do Tribunal, órgão capaz de atender aos requisitos previstos no art. 93, incisos II, “c”, e IV, da Constituição Federal.

Na sequência, a Escola foi instalada em 2003, na gestão do então Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Marco Villas Boas, dando início a uma trajetória institucional orientada ao desenvolvimento permanente de magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

A atuação da Esmat fundamenta-se em objetivos estruturantes, que incluem especialização, iniciação, aperfeiçoamento e atualização; incentivo à pesquisa científica e ao debate jurídico; fortalecimento dos direitos fundamentais; e ampliação do acesso ao conhecimento jurídico como instrumento de desenvolvimento social e prevenção de conflitos.

Com cursos de capacitação e programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, a Escola se consolidou como referência, mantendo-se em permanente evolução. Essa vocação se traduz no compromisso com a inovação acadêmica e institucional e na disposição contínua de buscar conhecimento e vivências qualificadas, conectando formação judicial, pesquisa aplicada e transformação digital do Judiciário.

Nesse horizonte, destaca-se a implantação do Laboratório Interdisciplinar de Inteligência Artificial da ESMAT (LIIARES), concebido como ambiente estratégico para estudo, desenvolvimento e experimentação de soluções baseadas em inteligência artificial, ciência de dados e automação, reforçando a capacidade institucional de produzir conhecimento aplicado, apoiar decisões orientadas por evidências e fomentar inovação responsável.

Como parte dessa visão, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) também promove, de forma consistente, ações de internacionalização, aproximando magistrados(as) e servidores(as) de experiências globais em inovação e justiça digital, para agregar repertórios internacionais e convertê-los em referências práticas e estratégicas, aptas a subsidiar iniciativas e soluções aderentes à realidade local e aos desafios contemporâneos do Sistema de Justiça.



Missão

“Formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional.”



Visão

“Ser reconhecida pela excelência na formação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, com fomento à pesquisa, extensão e boas práticas, objetivando o aprimoramento da prestação jurisdicional.”



Valores

**ÉTICA – MORAL – CULTURA RESPEITO –
URBANIDADE DEDICAÇÃO AO ESTUDO
E AO TRABALHO – RESPONSABILIDADE**



Política da Qualidade

“Melhorar continuamente o processo de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, respeitando a legislação estabelecida.” Rev.01



COMPOSIÇÃO ESMAT



CONSELHO INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

Presidente do Conselho

Desembargadora Jacqueline Adorno

Diretoria Geral

Desembargador Marco Villas Boas

1º Diretoria Adjunta - Conselho Editorial

Desembargadora Angela Issa Haonat

2º Diretoria Adjunta - Conselho de Cursos

Juiz Wellington Magalhães

3º Diretoria Adjunta - Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica

Juiz Roniclay Alves de Moraes

ASMETO

Juiz Allan Martins Ferreira

Diretoria Geral TJTO

Francisco Alves Cardoso Filho

DIRETORIA

Diretoria Geral

Desembargador Marco Villas Boas

1º Diretoria Adjunta - Conselho Editorial

Desembargadora Angela Issa Haonat

2º Diretoria Adjunta - Conselho de Cursos

Juiz Wellington Magalhães

3º Diretoria Adjunta - Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica

Juiz Roniclay Alves de Moraes

Diretoria Executiva

Ana Beatriz de Oliveira Pretto

EQUIPE TÉCNICA

Adriano Alves Silva
Amanda Emilene Arruda
Andréia Teixeira Marinho Barbosa
Anna Paula A. M. Falcão Coelho
Bianca Nunes de Oliveira
Bruno Odate Tavares
Cíntia Nogueira dos Santos
Cláudia Regina Carreira Marques
Cynthia Valéria C. Aires
Denise Sodré Dorjó
Edglei Dias Rodrigues
Ednan Oliveira Cavalcanti
Elaine Andrade P. S. Medeiros
Eugenia Paula Meireles Machado
Felippe Milkievicz Gomes
Francielly Oliveira Rodrigues da Silva
Francisca Aparecida Silva de Sousa
Francisco Erasmo Batista
Hodirley Marques Canguçu
Isadora Coelho Lima
Jadir Alves de Oliveira
João Leno Tavares Rosa
João Lucas Gomes Rabelo Aguiar
José Zito Pereira Júnior
Julha Jordana Ribeiro Torres
Kananda Rezende Toledo
Kênia Borges Silva Almeida
Letícia Pereira dos Santos
Lílian Gama da Silva
Lily Sany Silva Leite
Lucilene Aparecida da Silva
Lucilene Duarte Q. Goetten
Ludimila Pereira Barros Vila Verde
Luis Ferreira de Oliveira Júnior
Luiz Carlos Porto do Carmo
Maria Ângela Barbosa Lopes

Maria Antônia Vieira da Silva
Maria Luiza C. P. Nascimento
Mayara Alves Rodrigues Brito
Michela Aires G. S. Kitamura
Michele Araújo Ferreira
Morgana Taise Gomes Farias
Pablo Micael de Oliveira Reis
Paulo Gosik
Rafaela Lopes de Sousa
Rita de Cássia Gáspio Freire Rezende
Roberto Carlos Pires
Rogério Lopes da Conceição
Sabrina D. Lizandro T. de Sousa Freitas
Silvana Carvalho de Castro
Silvana Gonçalves Próspero
Silvânia Melo de Oliveira Olortegui
Sofia Alves Cirqueira
Sônia Cláudia Bezerra Sales
Tadeu Passarini Filho
Tarcísio Vória Carvalho
Tayná Pereira do Santos
Thelni Veloso de Sousa
Valdirene Cássia da Silva
Vanice Lunkes Gotz
Vinícius Fernandes Barboza
Vinícius Ferreira Rocha
Viviane Moreira de Jesus
Wherbert da Silva Araújo



APRESENTAÇÃO



Com olhar estratégico voltado ao aprimoramento permanente do Sistema de Justiça, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), segue na direção de uma formação judicial cada vez mais moderna, acessível e alinhada às exigências do mundo contemporâneo. Em 2025, a ESMAT consolidou um modelo educacional inovador, ampliando sua atuação em processos formativos que integram tecnologia, pesquisa, governança e práticas colaborativas, fortalecendo o compromisso com a transformação digital do Poder Judiciário.

Ao longo do ano, a Escola promoveu mais de 200 ações educacionais, abrangendo cursos, seminários, jornadas de estudo, oficinas práticas, programas de desenvolvimento e eventos científicos que dialogaram com áreas essenciais ao serviço público: Direito, Administração, Educação, Tecnologia, Sociedade, Meio Ambiente e Saúde. A diversidade de temas refletiu a vocação da ESMAT para construir conhecimento multidisciplinar, capaz de impactar diretamente a qualidade da prestação jurisdicional.

As iniciativas resultaram na emissão de mais de 15 mil certificados, marco que reafirma o alcance e a efetividade das políticas de capacitação adotadas pela instituição. Entre os destaques, figuram os projetos de educação corporativa aplicada ao Judiciário, o fortalecimento das metodologias ativas de ensino, a incorporação de inteligência artificial generativa nas práticas formativas, além da continuidade das ações de internacionalização, que aproximaram magistrados e servidores de experiências globais em inovação e justiça digital.

Entre os avanços mais significativos deste ano, destaca-se a inauguração do Laboratório Interdisciplinar de Inteligência Artificial da Esmat (LIIARES), iniciativa pioneira no país e o primeiro laboratório institucionalizado no âmbito de uma Escola Judicial voltada à formação da Magistratura. O LIIARES foi concebido como um ambiente estratégico, dedicado ao estudo, desenvolvimento e experimentação de soluções tecnológicas baseadas em inteligência artificial, ciência de dados e automação. Seu propósito central é apoiar a formação judicial contemporânea, qualificar a tomada de decisões com base em evidências e promover a modernização dos fluxos de trabalho no Poder Judiciário Tocantinense, assegurando a adoção de práticas inovadoras de forma ética, responsável e alinhada às melhores práticas da era digital.

Com as ações realizadas em 2025, a ESMAT reafirma seu papel como referência nacional em educação judicial, contribuindo de maneira decisiva para um Judiciário mais eficiente, inclusivo e preparado para os desafios presentes e futuros.



Desembargador Marco Villas Boas

Diretor Geral da Esmat



INSTITUCIONAL





ESMAT RECEBE VISITA DE ESTUDANTES INDÍGENAS DA UFT E REFORÇA COMPROMISSO COM A INCLUSÃO E O DIÁLOGO INTERCULTURAL

Em 15 de janeiro de 2025, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) recebeu estudantes do curso de Licenciatura Intercultural Indígena, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como parte das ações do Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica – Parfor Equidade. A graduação atende a uma antiga demanda dos povos indígenas por formação docente em nível superior.

Durante a visita, os(as) estudantes conheceram a estrutura da Esmat, incluindo biblioteca, laboratórios, estúdios e salas de estudo. Também puderam visitar a exposição do Projeto Espaço de Artes e Artesanato Indígena e a mostra fotográfica “Arandu”, dedicada à sabedoria dos povos originários do Tocantins.

O grupo foi acolhido pelo juiz Wellington Magalhães, diretor adjunto da Esmat e coordenador do Programa Permanente de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas do TRE-TO. A diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz de Oliveira Pretto, também deu boas-vindas ao grupo, reforçando o papel da Escola como espaço de formação plural e inclusiva.

As professoras Reijane Pinheiro da Silva e Luciane Silva de Sousa, representantes do curso, destacaram a importância da valorização dos direitos indígenas e da formação crítica para a atuação nas comunidades. Já os(as) estudantes relataram o desejo de levar o conhecimento adquirido para fortalecer suas culturas e garantir o efetivo exercício de seus direitos.

A iniciativa reafirmou o compromisso da Escola com o respeito à diversidade, à memória dos povos originários e à promoção da equidade no acesso à educação e à justiça.





ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO 2025

Em 3 de fevereiro de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) realizou a cerimônia oficial de abertura do Ano Judiciário e de posse da nova Mesa Diretora para o biênio 2025-2027. A solenidade foi realizada no Plenário do TJTO e contou com a presença de autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo, representantes do Sistema de Justiça, magistrados(as), servidores(as) e convidados(as).

Durante o evento, a desembargadora Maysa Vendramini Rosal assumiu a Presidência do TJTO, ao lado da vice-presidente Jacqueline Adorno, do corregedor-geral da Justiça, Pedro Nelson de Miranda Coutinho, e do vice-corregedor Adolfo Amaro Mendes. Também tomaram posse os(as) desembargadores(as) responsáveis pela Ouvidoria Judiciária e a nova composição da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), com Marco Villas Boas na Direção Geral e Ângela Issa Haonat na Diretoria Adjunta.

Em seu discurso de posse, a presidente Maysa Rosal reafirmou seu compromisso com uma Justiça transparente, eficaz e humanizada, voltada ao fortalecimento institucional, à valorização de magistrados(as) e de servidores(as), e à ampliação do acesso à Justiça, especialmente nas comarcas do interior. A presidente também destacou a importância da transformação digital, da capacitação contínua e do investimento em bem-estar físico e mental dos(as) integrantes do Poder Judiciário.

DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS É RECONDUZIDO À DIREÇÃO GERAL DA ESMAT PARA O BIÊNIO 2025-2027

Durante a cerimônia de posse da nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), em 3 de fevereiro, o desembargador Marco Villas Boas foi reconduzido ao cargo de diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) para o biênio 2025-2027. A desembargadora Ângela Issa Haonat também foi reconduzida ao cargo de diretora adjunta da Escola.

Em depoimento, o desembargador Marco Villas Boas destacou a relevância da Esmat para o fortalecimento do Judiciário e à democratização do conhecimento.

“A Esmat sempre foi guiada pelo compromisso com a modernização e com a formação contínua dos(as) operadores(as) do Direito. Ao longo dos anos, investimos na qualificação de magistrados(as) e de servidores(as), sempre pautados pela inovação e pela busca de soluções eficazes para os desafios do Sistema de Justiça”, comentou.

Durante a cerimônia, a nova presidente do TJTO, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, agradeceu o trabalho desenvolvido pelo desembargador à frente da Esmat e sua contribuição para o aprimoramento da magistratura.





DIRETOR GERAL DA ESMAT É HOMENAGEADO NA ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO NO ACRE

O desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, foi laureado com a medalha do Mérito Judiciário do Acre no grau Grande-Oficial, durante a solenidade de abertura do Ano Judiciário do TJAC. A outorga da medalha é destinada a dirigentes e a personalidades de instituições parceiras pelo incondicional apoio ao engrandecimento da justiça no Acre, e foi entregue pela desembargadora Regina Ferrari, presidente do Tribunal de Justiça do Acre, e pelo desembargador Samoel Evangelista.

Em sua fala, o desembargador Marco Villas Boas agradeceu a homenagem e reforçou a parceria na implementação do Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos a magistrados(as) do Poder Judiciário do Acre. “É notável a vocação do Judiciário da Região Norte para o progresso institucional, científico e para a agregação da justiça social, buscando um futuro melhor para todos(as). Agradeço a irmandade com os(as) magistrados(as) acreanos(as), que se consolida e resplandece na beleza desta medalha. Muito obrigado”, ressaltou.

ENM CONDECORA DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS POR SERVIÇOS PRESTADOS À MAGISTRATURA BRASILEIRA

A Medalha de Mérito da Escola Nacional da Magistratura (ENM) é uma das mais importantes honrarias no âmbito da Magistratura brasileira, é destinada a personalidades que se destacam pelo ensino, pela pesquisa e pelo aprimoramento da formação judicial no país. A condecoração foi outorgada pela ENM, ao desembargador Marco Villas Boas, na pessoa do desembargador Nelson Messias de Moraes, diretor-presidente da Escola, e do juiz Frederico Mendes Júnior, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Para Villas Boas, a homenagem reflete o investimento contínuo da Esmat na capacitação de magistrados(as) e de servidores(as), com oferta de cursos lato e *stricto sensu* alinhados aos debates nacionais e à defesa dos direitos humanos. No âmbito do Copedem, o desembargador destacou que a medalha também reconhece o esforço coletivo das escolas judiciais estaduais na busca por mecanismos de aprimoramento acadêmico, com foco na equidade no compartilhamento de conhecimentos entre todas as regiões do país.



ESMAT E MICROSOFT BRASIL ALINHAM CAPACITAÇÕES EM IA GENERATIVA PARA O JUDICIÁRIO



A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) avançou em novas parcerias na área de tecnologia e formação judicial em 18 de fevereiro, em reunião realizada em Brasília (DF) com representantes da Microsoft Brasil. O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, esteve com os executivos Carlos Augusto Marques e Bruno Pavan para tratar da oferta de capacitações remotas e presenciais em Inteligência Artificial Generativa (IAGen) voltadas às escolas judiciais e da magistratura de todo o país.

No encontro, foram discutidos ciclos de formação online e a realização de um curso presencial na sede mundial da Microsoft, em Seattle (EUA), previsto para 2025, destinado a capacitar magistrados(as) do Tocantins no uso avançado de ferramentas de IA aplicadas à atividade jurisdicional. A proposta foi a de oferecer uma experiência imersiva, com foco no uso responsável e estratégico das soluções tecnológicas desenvolvidas pela empresa.

Para o desembargador Marco Villas Boas, a parceria reforça o compromisso institucional com a inovação e a qualificação contínua. “Acreditamos que a Inteligência Artificial tem papel fundamental na modernização do Judiciário, e a capacitação dos(as) nossos(as) magistrados(as) e servidores(as) é essencial para que possamos aproveitar o potencial tecnológico e as ações inovadoras dessa ferramenta”, ressaltou.

Na ocasião, o executivo Carlos Augusto Marques também recebeu a versão impressa do Relatório de Gestão da Esmat – Biênio 2023-2024 –, que apresentou os principais projetos acadêmicos, ações formativas e iniciativas de inovação conduzidas pela Escola. As tratativas com a Microsoft Brasil sinalizaram um movimento de intercâmbio institucional e tecnológico, buscando aproximar o Judiciário das soluções mais atuais em Inteligência Artificial Generativa, com foco direto na melhoria da prestação jurisdicional.

PARCERIA ENTRE ESMAT E MPTO OFERTAM VAGAS NO MESTRADO EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS

Em 19 de fevereiro de 2025, o Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO) e a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) firmaram Termo de Compromisso para a oferta de vagas no Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH). O documento foi assinado pelo procurador-geral de justiça, Abel Andrade Leal Júnior; pelo diretor geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (Cesaf/ESMP), Miguel Batista de Siqueira Filho; e pelo diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas.

A parceria, com vigência de trinta meses, fortalece a cooperação entre as instituições na área de Pós-Graduação Stricto Sensu, ampliando as oportunidades de qualificação acadêmica para membros e servidores(as) do MPTO e contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa aplicada em direitos humanos e prestação jurisdicional.

Na ocasião, o desembargador Marco Villas Boas entregou ao procurador-geral de justiça e ao diretor geral do Cesaf/ESMP o Medalhão Esmat, em reconhecimento às contribuições do Ministério Públco para o fortalecimento da justiça e da educação. Também foi apresentado o Relatório de Gestão 2023-2024 da Esmat, com um panorama das ações acadêmicas, projetos institucionais e resultados obtidos no período, reafirmando o compromisso conjunto com a formação continuada no Sistema de Justiça.



COOPERAÇÃO PROMOVE INTERCÂMBIO TÉCNICO EM RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS

Com o objetivo de fomentar o intercâmbio de boas práticas em conservação, restauro e armazenamento de documentos históricos do Judiciário brasileiro, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) trabalha para implementar unidade semelhante em Palmas à do Laboratório de Pequenos Reparos de Documentos Históricos, da Escola Judicial Edésio Fernandes (EJEF), localizada em Belo Horizonte (MG).

Durante visita técnica presidida pelo desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, a comitiva tocantinense recebeu informações de como foram realizadas as ações da EJEF na instalação do laboratório, como a aquisição de equipamentos e insumos, a contratação e o treinamento de pessoal e a criação de peças de armazenamento, digitalização e compartilhamento de arquivos e metadados por meio da plataforma mundial Atom, essenciais para a pesquisa científica em documentos que narram parte da história do Brasil. Na EJEF já foram disponibilizados mais de 32 mil documentos históricos, sendo mais de 12 mil deles acessíveis na plataforma mundial de compartilhamento de arquivos, Acess to Memory (Atom).



NOVOS MEMBROS DO CONSELHO INSTITUCIONAL E ACADÊMICO DA ESMAT TOMAM POSSE PARA O BIÊNIO 2025-2027

Em seguimento à programação acadêmica e institucional de suas atividades para o Biênio 2025-2027, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) realizou, em 6 de março, a solenidade de posse dos novos membros do Conselho Institucional e Acadêmico. A cerimônia reuniu autoridades do Judiciário tocantinense e representantes da comunidade acadêmica.

Tomaram posse: Desembargadora Jacqueline Adorno de La Cruz Barbosa – Presidente do Conselho Institucional e Acadêmico da Esmat; Desembargadora Angela Issa Haonat – Primeira Diretora Adjunta da Esmat – Conselho Editorial; Juiz Wellington Magalhães – Segundo Diretor Adjunto da Esmat – Conselho de Cursos; Juiz Roniclay Alves de Moraes – Terceiro Diretor Adjunto da Esmat – Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica; - Presidente da ASMETO, Juiz Allan Martins Ferreira – Membro do Conselho; Diretor Geral do TJTO, Francisco Alves Cardoso Filho – Membro do Conselho.

Na ocasião, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, destacou que, ao longo de mais de duas décadas de atuação, a Escola sempre esteve atuante na busca pelo aprimoramento de magistrados(as) e de servidores(as) com capacitações e aprofundamentos acadêmicos lato e stricto sensu. “Nosso trabalho incansável na busca de parcerias com universidades fez com que chegássemos a este patamar – em que hoje a Esmat se encontra – de excelência no seu processo de ensino e de referência para as demais escolas da magistratura do Brasil”, argumentou.

Também na oportunidade, a desembargadora Maysa Vendramini Rosal, presidente do TJTO, foi laureada com o Medalhão Esmat como reconhecimento pelo seu trabalho ante o Judiciário tocantinense. Em sua fala, a presidente ressaltou a qualidade do sistema de ensino e ações desenvolvidas pela Esmat. “Temos a absoluta certeza de que o trabalho será realizado com excelência durante esse próximo biênio”, afirmou.





PROPOSTA DE MOSAICO SOCIOAMBIENTAL DEBATE A INTEGRAÇÃO DE TERRITÓRIOS E CULTURAS INDÍGENAS

Com a proposta de debater a questão socioambiental do Tocantins, com valorização dos povos originários e tradicionais, a Esmat sediou, em 10 de março, uma reunião com lideranças indígenas eleitas no último pleito eleitoral, representantes do Ministério Públco Federal (MPF), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) e Secretaria dos Povos Originários do Tocantins (Sepot). O objetivo do encontro foi promover um diálogo sobre os desafios enfrentados pelas lideranças indígenas, buscar soluções conjuntas para fortalecer a representatividade e a defesa dos direitos dos povos originários no Estado, e aprofundar a discussão sobre a implementação de mosaicos socioambientais indígenas.

A reunião, presidida pelo diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, contou também com a presença do diretor adjunto da Escola, juiz Wellington Magalhães; dos secretários de Estado Paulo Xerente (Sepot) e Marcelo Lélis (Semarh); do procurador federal da Funai, Lusmar Soares Filho; do procurador-chefe do MPF no Tocantins, Álvaro Lotufo Manzano; e de parlamentares indígenas de diferentes regiões do Estado. Na ocasião, o desembargador Marco ressaltou que, em contrapartida à construção do mosaico, a Esmat se comprometeria a ofertar cursos de capacitação continuada voltados a lideranças indígenas, a equipes técnicas e a gestores(as) públicos(as), com foco no arcabouço legal e nas políticas de conservação ambiental, valorizando os 16 povos originários presentes no Tocantins.

A proposta de mosaico socioambiental indígena apresentada baseou-se na criação de grandes áreas compostas por Unidades de Conservação e territórios tradicionalmente ocupados, articuladas de forma integrada para a gestão sustentável dos recursos naturais. A ideia discutida previu gestão compartilhada entre órgãos governamentais e comunidades locais, com etapas de identificação dos territórios, planejamento, monitoramento e fiscalização comunitária, utilizando ferramentas como o MapBiomas e a Rede de Mosaicos de Áreas Protegidas (Remap).

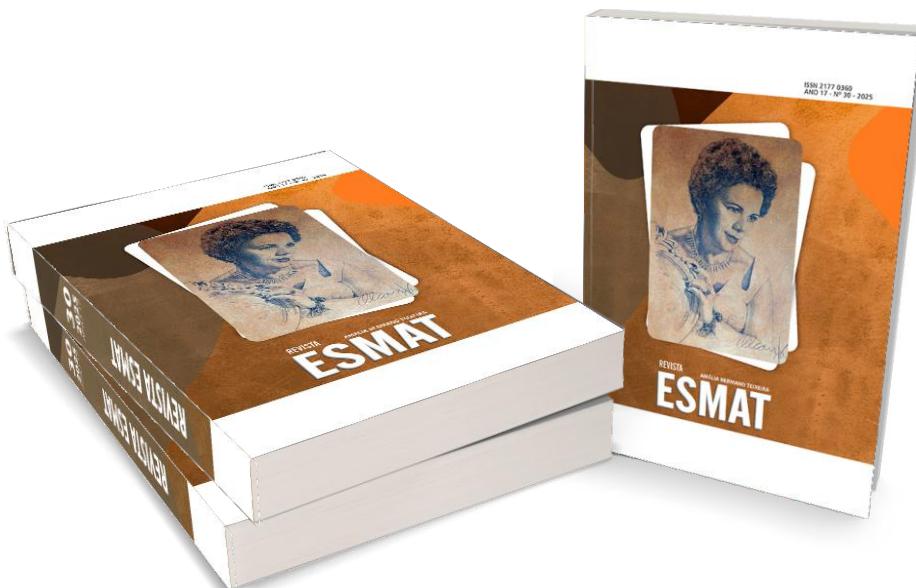


30ª EDIÇÃO DA REVISTA ESMAT HOMENAGEIA AMÁLIA HERMANO TEIXEIRA

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense publicou em abril a 30ª Edição da Revista ESMAT, periódico científico interdisciplinar vinculado ao Programa de Doutorado e Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da UFT/ESMAT que visa promover a disseminação do conhecimento jurídico e científico.

Em sua 30ª Edição, a Revista apresentou 14 artigos inéditos, sendo 12 nacionais e 2 internacionais, provenientes do Peru e da China. As pesquisas abordaram temas como Os Direitos Indígenas e a Demarcação de Terras no Brasil; Os Direitos das Mulheres; A Diversidade; A Influência do Eurocentrismo no Sistema Jurídico Brasileiro, entre outros.

Nesta Edição, a Revista ESMAT prestou uma homenagem especial a Amália Hermano Teixeira, que se destacou como uma intelectual multifacetada, atuando como professora, pesquisadora, biógrafa, historiadora, orquidófila, advogada, folclorista, arquivista, conferencista e jornalista.



Escola Superior da
Magistratura Tocantinense



TJSP HOMENAGEIA DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS COM CHALLENGE COIN POR DEVOÇÃO À CAUSA PÚBLICA

Como reconhecimento ao significativo empenho à causa pública e à sociedade paulista, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) e presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), foi condecorado em março com o diploma e a medalha Challenge Coin outorgados pela Assessoria Policial-Militar do Tribunal de Justiça de São Paulo (APMTJ).

A honraria foi entregue pelo coronel PM Marco Antonio Pimentel Pires, chefe da Assessoria Policial-Militar do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Também na ocasião, o coronel PM foi laureado com o Medalhão Esmat por reconhecimento aos serviços prestados para a melhoria da prestação jurisdicional no país.



ESCOLAS DA MAGISTRATURA BRASILEIRAS FORTALECEM PARCERIAS INTERNACIONAIS

O Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) e a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), em parceria com a Microsoft, promoveram de 30 de abril a 2 de maio, na sede da empresa em Redmond, Washington (EUA), o evento EBC Brazilian Justice. A iniciativa reuniu trinta magistrados(as) e servidores(as) de diversas Escolas da Magistratura do Brasil com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o uso da Inteligência Artificial Generativa na transformação do Sistema de Justiça.

Durante o encontro, os(as) visitantes conheceram soluções tecnológicas de ponta, participaram de workshops sobre inovação com Azure AI e aplicações práticas do Copilot no Judiciário, além de debaterem caminhos para o uso ético, seguro e eficiente da IA no setor público.

A programação incluiu visitas a centros de pesquisa da Microsoft, como o Digital Crimes Unit e o Centro de Inclusão e Acessibilidade, tendo sido reforçada a importância de aplicar soluções de Inteligência Artificial (IA) de forma transversal nas instituições públicas.

Para o desembargador Marco Villas Boas, presidente do Copedem e diretor geral da Esmat, a experiência internacional representa um esforço coletivo das escolas judiciais brasileiras em se manterem atualizadas diante das transformações tecnológicas globais. “A Inteligência Artificial está mudando paradigmas e é essencial que a magistratura acompanhe essa evolução com responsabilidade e formação qualificada”, afirmou.



EXPOSIÇÃO VOZES SILENCIADAS - A LUTA DE PAULA POR LIBERDADE



O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio das Comissões de Gestão da Memória e Gestão Documental, em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), apresentou entre maio e junho a exposição “Vozes Silenciadas: a luta de Paula por liberdade”. A mostra integrou as comemorações do Dia da Memória do Poder Judiciário e também rememorou a assinatura da Lei Áurea, marcando um importante passo institucional na preservação e na divulgação da história do Judiciário no Estado.

Sobre a exposição

Aberta ao público no hall do TJTO, em Palmas, a exposição marcou o lançamento do Portal da Memória do Judiciário Tocantinense. A iniciativa estava alinhada às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), promovendo uma releitura crítica do passado e incentivando o reconhecimento das lutas por liberdade, dignidade e inclusão.

A mostra representa um convite à reflexão sobre as feridas históricas deixadas pela escravidão e a importância de preservar e valorizar a memória coletiva como instrumento de transformação.



Escola Superior da
Magistratura Tocantinense



ESMAT E COPEDEM APRESENTAM PROPOSTA AO MEC PARA REGULAMENTAÇÃO DA EAD NAS ESCOLAS JUDICIAIS DE GOVERNO

Cumprindo agenda institucional voltada ao fortalecimento da educação pública, o desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, participou em junho da reunião oficial com a Diretoria de Regulação da Educação Superior (Direg), vinculada à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do Ministério da Educação (MEC), em Brasília.

Na oportunidade, foi entregue ao doutor Daniel Ximenes, diretor da DIREG/MEC, minuta de proposta para regulamentação da Educação à Distância (EaD) no âmbito das Escolas Judiciais de Governo.

A iniciativa buscou contribuir com o novo marco regulatório da modalidade no país, instituído pela Portaria nº 381 do MEC, de 21 de maio de 2025, e visou alinhar a atuação das Escolas de Governo aos parâmetros de qualidade, reconhecimento institucional e segurança jurídica exigidos pela legislação vigente. As Escolas Judiciais desempenharam papel essencial na formação continuada de servidores(as) públicos(as) e magistrados(as), promovendo qualificação técnica, inovação e excelência no serviço público.

HOMENAGEM EM ENCONTRO NACIONAL

O desembargador Marco Villas Boas, presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) e diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), foi homenageado em junho com a Medalha de Mérito Acadêmico “Desembargador César Montenegro”.

A honraria foi concedida durante a abertura oficial do LIX Encontro do Copedem, realizado em Porto Velho (RO), em parceria com a Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron).

A Medalha, entregue pelo desembargador Alexandre Miguel, diretor da Emeron, reconhece personalidades com destacada atuação na formação jurídica. Instituída pela Resolução nº 025, de 2013, a condecoração leva o nome do magistrado que contribuiu decisivamente para a criação e à consolidação da Escola da Magistratura de Rondônia.





DIRETORIA DA ESMAT CUMPRE AGENDA INSTITUCIONAL NA EPM

Com foco no fortalecimento de parcerias educacionais, na promoção da inovação no Sistema de Justiça e no diálogo interinstitucional sobre políticas públicas, comitiva liderada pelo desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola, acompanhado de Ana Beatriz de Oliveira Pretto, diretora executiva, e do juiz Wellington Magalhães, segundo diretor adjunto, participaram do Colóquio “Inteligência Artificial Generativa Ativa e o Poder Judiciário”, realizado na Escola Paulista da Magistratura (EPM).

A programação fez parte das atividades do Programa de Pós-Doutorado em Inteligência Artificial aplicada ao Poder Judiciário, desenvolvido em convênio com a Universidade de São Paulo (USP). A agenda de atividades foi encerrada com a assinatura de um Memorando de Intenções com a Unialfa, voltado à implantação de programas de mestrado e de doutorado em regime associativo, com a participação das Escolas Judiciais interessadas em todo o país. A iniciativa visa fortalecer a formação acadêmica de magistrados(as) e de servidores(as), ampliando o acesso à pós-graduação stricto sensu no campo do Direito e da Administração Pública. Na oportunidade, foi celebrado o Termo de Cooperação com a Alfa Educação com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino jurídico de excelência e consolidar iniciativas inovadoras de formação continuada e transformação digital no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.



CAMPANHA ARRECADADA CENTENAS DE LIVROS PARA FORTALECER EDUCAÇÃO EM ESCOLA INDÍGENA

A Esmat recebeu em junho, a doação de 568 livros infantojuvenis e juvenis do Colégio Marista de Palmas. As obras foram destinadas à biblioteca do Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã, localizado em Tocantínia (TO), como parte da campanha “Ler entre árvores: educação que floresce”, promovida pela Esmat.

A entrega foi realizada pela bibliotecária Mikally Amanajás, responsável pela Biblioteca Irmão Luís Ângelo. Em depoimento, Mikally explicou o propósito da iniciativa e o cuidado de o Colégio Marista incentivar a circulação de livros entre diferentes comunidades leitoras.

ISO 9001 REFORÇA COMPROMISSO DA ESMAT COM A EXCELÊNCIA NA GESTÃO EDUCACIONAL

Em junho, a Escola concluiu a auditoria interna de seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), realizada com base na Norma ISO 9001:2015. A atividade integrou o processo contínuo de avaliação e de melhoria dos procedimentos da Escola, que neste ano celebrou uma década de certificação com foco na excelência e na eficiência dos serviços prestados.

Para a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz de Oliveira Pretto, o momento simbolizou o amadurecimento institucional e a consolidação de uma gestão orientada pela responsabilidade e pela inovação. “O resultado da auditoria interna refletiu o comprometimento da nossa equipe técnica com a melhoria contínua e com a excelência dos serviços que prestamos à sociedade e ao Sistema de Justiça”, destacou.

No mês de agosto, a Escola concluiu a 1ª Auditoria de Manutenção de seu Sistema de Gestão da Qualidade, certificada pela Norma ISO 9001:2015. O plano da auditoria contemplou entrevistas e análise de evidências documentais envolvendo os setores da Esmat. Durante a auditoria foram verificados aspectos como acompanhamento e monitoramento de metas, indicadores institucionais, eficácia dos processos e atendimento a requisitos estatutários, regulatórios e contratuais.



MBA USP
Inteligência Artificial Generativa, Direito Digital e Inovação

USP E COPEDEM AVANÇAM EM PROJETO DE MBA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SISTEMA DE JUSTIÇA COM APOIO DA ESMAT

A Universidade de São Paulo (USP) e nove instituições da área Jurídica firmaram, em 31 de julho, um convênio de cooperação voltado à formação continuada de profissionais do Sistema de Justiça. A iniciativa marca o lançamento do MBA “Inteligência Artificial Generativa, Direito Digital e Inovação”, oferecido pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (EACH-USP), em parceria com a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP) e entidades representativas da Magistratura, do Ministério Público e da Advocacia.

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) e o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem) são signatários do acordo, que também inclui o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), o Ministério Público do Estado do Ceará, a Escola Superior da Advocacia (ESA) Nacional, a OAB Nacional e o Tribunal de Contas de Angola.

A iniciativa reforçou o compromisso do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, com a inovação no Judiciário Brasileiro e com a capacitação de alta qualidade, em sintonia com as transformações tecnológicas que impactam o Direito e a prestação jurisdicional. O convênio terá vigência inicial de cinco anos, com previsão de novas ações formativas voltadas à qualificação dos atores do Sistema de Justiça.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL É PAUTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA CPA DA ESMAT



A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) realizou, em junho, sua primeira reunião ordinária de 2025, com a presença dos membros designados para o novo ciclo avaliativo. A pauta teve como destaque a apresentação do novo painel de dados (dashboard) da Escola e a definição de metas de efetividade para os cursos ofertados.

A reunião foi conduzida por Ana Beatriz de Oliveira Pretto, diretora executiva da Esmat, que abriu os trabalhos ressaltando a importância da comissão para o aprimoramento contínuo da atuação institucional da Escola.

Entre os temas discutidos, estiveram as atribuições da CPA, os resultados das avaliações de cursos presenciais e EaD – com índices de satisfação superiores a 94% – e a meta de avaliar a efetividade de 10% das ações formativas a partir de 2025.

Além disso, os membros discutiram estratégias para o compartilhamento de conhecimento após a participação em cursos, agenda de reuniões, relatórios semestrais e a necessidade de alinhar os indicadores da CPA com o novo ciclo do planejamento estratégico do Poder Judiciário.

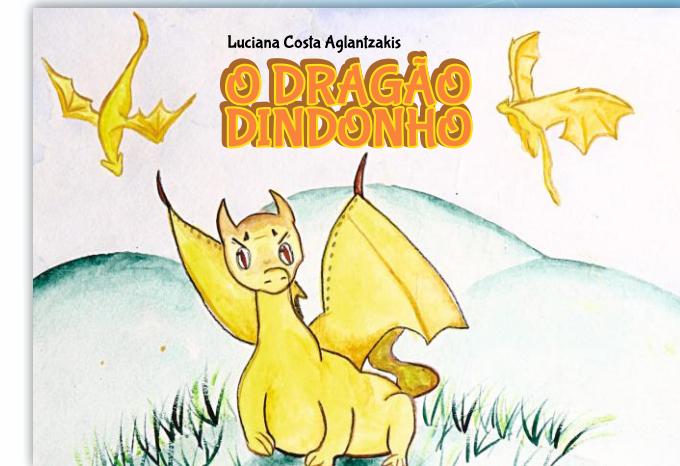
A Comissão foi composta por representantes de diferentes segmentos e atuou na avaliação institucional, na coordenação de processos de autoavaliação, na proposição de melhorias e na promoção do envolvimento da comunidade acadêmica nas atividades da Escola. Participaram da reunião os membros Ana Beatriz de Oliveira Pretto, Jadir Alves de Oliveira, Glacielle Borges Torquato, Tainá Nunes Quixabeira (TJTO), doutor Tarsis Barreto Oliveira (UFT) e doutor José Machado dos Santos (TRE-TO).

CIDADANIA DESDE CEDO: LIVRO INFANTIL UTILIZA O LÚDICO PARA ENSINAR CONCEITOS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou o lançamento da obra *O Dragão Dindonho*, escrita pela juíza Luciana Costa Aglantzakis e ilustrada por Ingrid Athina Costa Aglantzakis.

Voltado ao público infantojuvenil, o livro apresenta, por meio de uma narrativa simbólica e delicada, valores fundamentais da Justiça Restaurativa, como empatia, diálogo, transformação e cuidado com o(a) outro(a).

A publicação fez parte das ações educativas do Centro de Justiça Restaurativa no Estado do Tocantins (Cejure) e buscou fomentar, desde a infância, práticas de convivência pautadas no respeito, na escuta e na cultura da paz. A obra está disponível gratuitamente em versão digital e pode ser reproduzida, desde que citadas a editora e a autoria.



CONSELHO DA ESMAT APROVA IMPLANTAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO EMPRESARIAL E AGRONEGÓCIO E MBA EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA

A Esmat segue avançando na consolidação de sua missão institucional. Duas novas pós-graduações *lato sensu* foram aprovadas pelo Conselho Institucional e Acadêmico da Escola: o curso em Direito Empresarial e Agronegócio e o MBA em Inteligência Artificial Aplicada. As autorizações constam nas Resoluções nº 445 e nº 446, publicadas no Diário da Justiça do Tocantins em maio de 2025.

O agronegócio impacta diferentes esferas, até mesmo a jurídica. A Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Empresarial e Agronegócio responde a uma demanda estratégica do Judiciário Tocantinense e tem como proposta apoiar os(as) profissionais da área na compreensão das especificidades legais do setor. Estruturado a partir da integração entre teoria e prática, o curso oferecerá ferramentas jurídicas aplicáveis aos processos judicializados do agronegócio, com foco no aprimoramento da prestação jurisdicional.

Já o MBA em Inteligência Artificial Aplicada terá como objetivo qualificar profissionais para o desenvolvimento, à aplicação estratégica e à gestão de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA) nos mais diversos contextos institucionais. Com formação interdisciplinar, o curso combinará fundamentos técnicos da IA a uma abordagem crítica e ética de sua utilização, voltada à resolução de problemas complexos, à tomada de decisões orientadas por dados e à inovação de processos.

As novas ofertas somam-se ao portfólio de especializações presenciais da Esmat, cujo credenciamento foi recentemente renovado por mais cinco anos pelo Governo do Estado do Tocantins, conforme o Decreto nº 6.981.



ESA NACIONAL PROPÕE PARCERIA COM ESMAT E COPEDEM PARA FORTALECER AÇÕES EM PROL DA JUSTIÇA HUMANITÁRIA

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) e o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem) receberam, em julho, a visita institucional de representantes da Escola Superior da Advocacia Nacional (ESA Nacional). O encontro foi realizado na sede da Esmat, em Palmas, e contou com a presença de demais advogados(as) em atuação no Tocantins.

Além da pauta principal, também foram discutidos temas como o Combate ao Racismo, Valorização da Diversidade, Identidade de Gênero e a Promoção de Penas Alternativas.

Outro ponto citado foi o apoio das escolas jurídicas à efetivação de decisões dos Tribunais Superiores e do CNJ. O encontro reforça o compromisso das instituições em promover o diálogo interinstitucional e buscar soluções conjuntas para os desafios do Sistema de Justiça brasileiro.

EDUCAÇÃO 4.0: NOVA PLATAFORMA DE APRENDIZAGEM VIRTUAL MODERNIZA O ENSINO NO JUDICIÁRIO TOCANINENSE

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) iniciou o segundo semestre de 2025 com uma importante atualização em sua infraestrutura de ensino: a nova versão do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Plataforma Moodle, já está disponível. Com mais de 250 melhorias implementadas, a plataforma ganha novos recursos voltados à personalização da experiência do(a) usuário(a), à eficiência pedagógica e ao uso estratégico de Inteligência Artificial (IA).

O destaque da nova versão é a incorporação de um subsistema de IA compatível com múltiplos provedores, como OpenAI, Azure e LocalAI. A tecnologia pode ser utilizada para gerar textos e imagens, apoiar alunos(as) com resumos automáticos e auxiliar docentes na criação de conteúdo educacional, mantendo sempre os princípios de segurança, de rastreabilidade e de transparência.

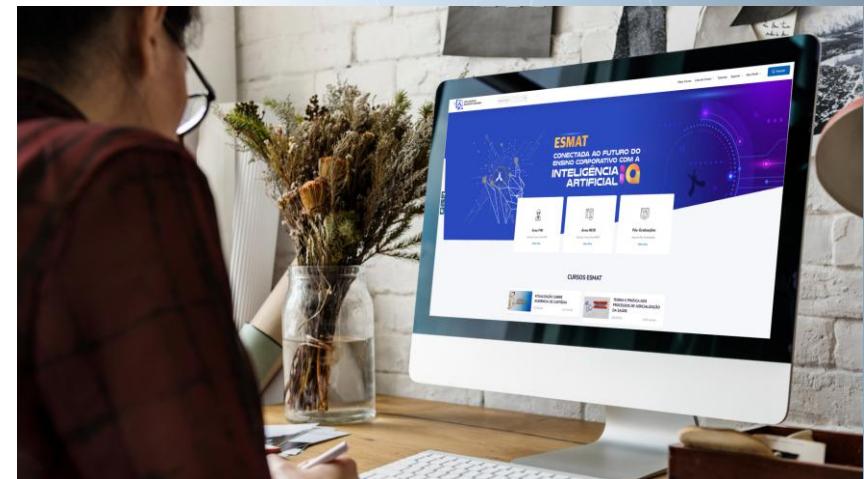
Entre as demais melhorias, estão: Organização por subseções, que facilita a navegação e o acompanhamento de cursos; Nova interface da atividade de atribuição, com possibilidade de feedback contínuo entre docentes e discentes; Sistema de crachás aprimorado; Integração de mídia facilitada, incluindo gravação de tela diretamente no editor; Sistema de notificações mais eficiente, permitindo que os(as) participantes acompanhem prazos e avisos com mais facilidade. A novidade acompanha o empenho da Esmat manter ativo o processo de inovação, por meio de uma formação continuada mais acessível, dinâmica e conectada aos desafios atuais do Sistema de Justiça. A nova versão do AVA está disponível no endereço habitual, e o suporte técnico permanece ativo para eventuais dúvidas e orientações.

PESQUISA PROPÕE O USO DA IA GENERATIVA PARA FORTALECER A JUSTIÇA AMBIENTAL NO BRASIL



O juiz Wellington Magalhães, diretor adjunto da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), apresentou, em agosto, os primeiros resultados de sua pesquisa de pós-doutoramento no Simpósio Internacional sobre o Futuro da Inteligência Artificial, realizado pela Universidade de São Paulo (USP). Com foco na aplicação da Inteligência Artificial Generativa em ações ambientais, o estudo aponta caminhos inovadores para ampliar a efetividade da jurisdição ambiental diante de desafios, como a crise climática e a sobrecarga do Sistema Judicial.

A pesquisa, desenvolvida no âmbito da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (EACH/USP), investiga o potencial da IA Generativa para apoiar a triagem automatizada de ações, a análise técnica de provas ambientais, o raciocínio jurídico e o monitoramento do cumprimento de decisões judiciais em processos ambientais. Sempre ancoradas em princípios de ética, transparência e valorização de saberes tradicionais, as ferramentas em desenvolvimento buscam reduzir a morosidade e aumentar a segurança jurídica nas decisões.





Des. Marco Villas Boas

Presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem)

EM SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO BNDES, DIRETOR GERAL DA ESMAT DESTACA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

O desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) e presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), participou, em julho, do Seminário Internacional “Direitos Socioeconômicos e Democracia”, promovido pelo Centro de Estudos Jurídicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro. A Mesa de Abertura foi composta pelo desembargador Cláudio Luís Braga dell'Orto, diretor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj); pelo desembargador Marco; e por Paula Saldanha, superintendente da Área Jurídica Institucional do BNDES.

Durante a abertura, o desembargador Marco Villas Boas ressaltou a importância do fortalecimento do diálogo entre o Poder Judiciário e outras instituições para o desenvolvimento nacional. Em sua fala, destacou que o uso da Inteligência Artificial (IA) deve ser orientado pela conciliação entre progresso tecnológico, respeito à diversidade

cultural e preservação ambiental. Referindo-se à Amazônia como símbolo dessas intersecções, alertou para os riscos do globalismo digital e a influência desproporcional de grandes empresas de tecnologia sobre a democracia.

O desembargador Villas Boas abordou a inadequação de modelos de IA às realidades de povos originários, propondo que essas ferramentas sejam empregadas de forma crítica, visando à valorização de culturas locais e à proteção ambiental. Como exemplo de aplicação positiva, o desembargador Marco citou o Projeto MapBiomas, que reúne instituições públicas como o BNDES e o Tribunal de Contas da União (TCU), além de organizações privadas e internacionais, para mapear e monitorar mudanças no uso do solo no Brasil por meio de tecnologias de ponta



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO EM PAUTA PARA AS PRESIDÊNCIAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

O desembargador Marco Villas Boas, diretor geral Esmat, participou em agosto como ministrante do módulo “Desafios Éticos da Inteligência Artificial”, no II Curso de Estudos Avançados, realizado na tradicional Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no Largo São Francisco.

A atividade integra o programa de pós-doutorado que o desembargador participa na USP, com foco em Inteligência Artificial Generativa e Poder Judiciário, sob a coordenação da professora doutora Ana Carla Bliacheriene e do professor doutor Luciano Araújo. Sua apresentação abordou os impactos da transformação digital no Sistema de Justiça brasileiro, destacando a importância do uso ético e responsável das novas tecnologias no campo jurídico.



Na oportunidade, o desembargador Villas Boas e a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz de Oliveira Pretto, participaram de reuniões institucionais com professores(as) da USP para tratar de projetos de cooperação acadêmica em andamento, incluindo o Laboratório de Inteligência Artificial e Responsabilidade Social (LIIARES), o Sistema Hórus e o MBA em Inteligência Artificial, que está sendo desenvolvido em parceria entre a Esmat e a Universidade de São Paulo.

Segundo o desembargador, o momento é de reflexão crítica sobre os rumos da Inteligência Artificial nas instituições públicas, e o Judiciário não pode se furtar a esse debate. “É preciso garantir que os avanços tecnológicos caminhem lado a lado com os direitos fundamentais e com a promoção da justiça social”, informou.

LIVRO PROPÕE NOVO MODELO ESTRATÉGICO PARA A GESTÃO INTEGRADA DE ÁREAS PROTEGIDAS

Durante a abertura do Seminário Mosaico Jalapão, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), lançou o livro Mosaicos de Áreas Protegidas na Amazônia.

A obra, fruto de pesquisa de doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), propõe o conceito de Mosaico Etnoambiental e analisa o caso do Mosaico Gurupi, no Maranhão, como exemplo de gestão ambiental compartilhada entre lideranças indígenas e instituições públicas e privadas.

Para o desembargador Marco, reconhecer as Terras Indígenas como Áreas Protegidas e integrá-las ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação é medida essencial à preservação da biodiversidade e ao fortalecimento da governança ambiental.

Na apresentação, o jurista Valerio de Oliveira Mazzuoli classificou o trabalho como “um chamado à ação” para juristas, ambientalistas e gestores(as) públicos(as), propondo a adoção de modelos colaborativos que valorizem os conhecimentos tradicionais e promovam a convivência sustentável.

O prefácio é assinado pelo Cacique Raoni Metuktire, que vê na proposta do Mosaico Gurupi uma estratégia de aliança entre povos indígenas e sociedade não indígena.

No posfácio, a professora Gisele Cittadino ressaltou que o desembargador Marco “revela um profundo compromisso com a vida e com a justiça” ao articular Direito Ambiental, Direitos Humanos e saberes tradicionais, incorporando perspectivas decoloniais e a centralidade da autodeterminação dos povos indígenas.





BIBLIOTECA AMPLIA ACERVO COM NOVAS OBRAS JURÍDICAS E INTERDISCIPLINARES

A Biblioteca da Esmat ampliou o acervo com a aquisição de mais 200 novas obras de referência nas áreas de Direito, Filosofia, História, Sociologia e Estudos Interdisciplinares. Entre os títulos recém-incorporados estão clássicos e obras atualizadas sobre temas como Hermenêutica Jurídica, Teoria do Estado, Direitos Fundamentais, Meio Ambiente, Processo Penal, Criminologia, Democracia e Inteligência Artificial.

CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE LIVROS BENEFICIA ESCOLA INDÍGENA EM TOCANTÍNIA

Entre junho e julho de 2025, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) realizou a campanha Ler entre árvores: educação que floresce, com foco na arrecadação de livros para a biblioteca do Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã, localizado no município de Tocantínia-TO. A iniciativa mobilizou a comunidade do Poder Judiciário Tocantinense e resultou na doação de 192 obras literárias, destinadas a fortalecer a formação leitora e o acesso à literatura entre estudantes da etnia Akwe-Xerente.





LIIARES, O PRIMEIRO LABORATÓRIO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL INSTITUCIONALIZADO EM UMA ESCOLA JUDICIAL NO BRASIL

O futuro da Justiça no Tocantins já começou. E ele passa pela inteligência, pela inovação e, principalmente, pela educação. Foi com esse espírito que a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) inaugurou, na tarde de 4 de setembro, o Laboratório Interdisciplinar de Inteligência Artificial da Esmat (LIIARES).

O espaço nasceu com o propósito de impulsionar a pesquisa científica aplicada, a inovação tecnológica e a formação contínua de magistrados(as), de servidores(as) e de profissionais da Justiça, por meio da Inteligência Artificial. Resultado do compromisso do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, o Laboratório é o primeiro do tipo institucionalizado no âmbito de uma Escola Judicial no Brasil.

Trata-se de uma construção coletiva, fruto da parceria entre Esmat, Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade de São Paulo (USP), consolidando uma iniciativa pioneira e estratégica para o desenvolvimento do Sistema de Justiça nacional. A gestão administrativa e financeira do projeto é feita pela Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (Fapto).

O LIIARES será um ambiente de fomento à produção científica, à governança de dados e à criação de soluções tecnológicas que qualifiquem a prestação jurisdicional. Seu foco está na aplicação prática da IA em áreas como gestão pública, educação judicial, análise de dados e formulação de políticas institucionais baseadas em evidências. Entre seus objetivos, publicados em junho deste ano na Resolução nº 44, de 2025, estão o estímulo à interdisciplinaridade, a formação de redes de pesquisa e a integração de saberes técnicos e jurídicos voltados ao bem comum.

Ao declarar oficialmente inaugurado o espaço, o desembargador Marco Villas Boas celebrou o momento como uma conquista histórica não apenas para a Escola, mas também para todo o Tocantins. “É um privilégio recebermos, nesta tarde luminosa, pessoas tão comprometidas com o conhecimento e com a justiça, para abrir um espaço que promete contribuir com o desenvolvimento técnico e científico. Este Laboratório é um passo firme em direção à transformação digital e ao fortalecimento das instituições, a partir de pesquisas que vão beneficiar diretamente a sociedade e a atuação do Poder Judiciário”, afirmou.





PRESIDENTE E DESEMBARGADORES(AS) DO TJTO VISITAM O LABORATÓRIO DE IA DA ESMAT

Em visita, a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), desembargadora Maysa Vendramini Rosal, acompanhada de desembargadores(as), de diretores(as) e de equipes técnicas, conheceu de perto o Laboratório Interdisciplinar de Inteligência Artificial da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (LIIARES).

Durante a visita a presidente ressaltou que o espaço recém-inaugurado coloca a Esmat na vanguarda da pesquisa aplicada, da inovação tecnológica e da formação contínua em Justiça digital. “A tecnologia é um caminho sem volta, e o Judiciário Tocantinense vai seguir à frente”, destacou a presidente. “O nosso Poder Judiciário já é bastante avançado, e essa ferramenta de trabalho (IA) vai fazer com que a gente evolua ainda mais”, ressaltou a presidente do TJTO.

Na ocasião, a presidente parabenizou o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, que também preside o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), pela iniciativa, assim como toda a equipe envolvida no projeto, e colocou a Presidência do TJTO à disposição. O desembargador Marco Villas Boas destacou o apoio do TJTO e a parceria com a UFT. “Essa colaboração oferece a oportunidade de aprimorar nossos quadros na área de tecnologia da informação, bem como em outras atividades relevantes”, enfatizou o diretor geral da Esmat.

Participaram da visita o corregedor-geral da Justiça, desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho; a desembargadora Ângela Prudente; a 1ª diretora adjunta da Esmat, desembargadora Angela Haonat; o diretor geral do Tribunal, Francisco Cardoso; a diretora de Tecnologia, Alice Carla Setubal; e o chefe da Divisão de Desenvolvimento de Sistemas de Informação, Ângelo Stacciarino Seraphin.





COMITÊ GESTOR DO LIIARES SE REÚNE E DEFINE CRITÉRIOS PARA EDITAL DE PROJETOS CIENTÍFICOS

O Comitê Gestor do Laboratório Interdisciplinar de Inteligência Artificial da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (LIIARES/Esmat) realizou, na sexta-feira (20/9), sua primeira reunião deliberativa. No encontro, foram aprovadas as bases do edital que regulamentará a seleção de projetos científicos voltados à inovação tecnológica no Sistema de Justiça.

A proposta contempla a concessão de bolsas de pesquisa, definição de critérios de participação e estratégias de divulgação institucional dos trabalhos desenvolvidos. Durante a reunião, o representante da Supervisão Pedagógica da Esmat, Jadir Alves de Oliveira, apresentou as bases do edital.

Poderão se candidatar pesquisadores(as) vinculados(as) a cursos de Pós-Graduação Lato ou Stricto Sensu, egressos(as) e pós-doutorandos(as). Também foi debatida a possibilidade de inclusão de projetos sem bolsa, desde que alinhados às diretrizes do Laboratório e com potencial de impacto institucional.

ARCEBISPO DE PALMAS VISITA A ESMAT E DIALOGA SOBRE PARCERIA COM FOCO NO DIREITO CANÔNICO E NA LIBERDADE RELIGIOSA

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) recebeu a visita do arcebispo de Palmas, Dom Pedro Brito Guimarães. Acompanhado pelo desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), Dom Pedro percorreu as instalações da Escola.

Na ocasião, como forma de reconhecimento por sua trajetória e contribuição ao diálogo interinstitucional e à promoção da dignidade humana, o desembargador Marco Villas Boas outorgou ao arcebispo o Medalhão Esmat.



PROFESSORES(AS) E ACADÊMICOS(AS) DO PERU VISITAM O LABORATÓRIO LIIARES E AVANÇAM EM COOPERAÇÃO COM A UFT

A Esmat recebeu, em outubro, professores(as) e estudantes da Universidade Nacional Tecnológica de Lima Sul (UNTELS) para uma visita técnica ao Laboratório Interdisciplinar de Inteligência Artificial (LIIARES). A agenda, realizada em articulação com o Curso de Engenharia Elétrica da UFT reforçou a troca acadêmico-científica entre Brasil e Peru, com foco em pesquisa aplicada, formação de recursos humanos e projetos conjuntos em IA, Automação, Sistemas e Sustentabilidade.

Durante a visita, a comitiva conheceu os laboratórios do LIIARES, dialogou com equipes técnicas sobre casos de uso de IA no ecossistema de justiça, consultou periódicos e acervos editoriais e alinhou possibilidades de intercâmbio discente e docente. Em depoimento, a professora Margarita Fredesvinda Murillo Manrique (Engenharia Elétrica/UNTELS) ressaltou a relevância da experiência.



AUTONOMIA E PERSONALIDADE JURÍDICA COLETIVA DOS POVOS INDÍGENAS É DISCUTIDA EM WEBINÁRIO DO IMB



Com a proposta de refletir sobre como as mudanças em debate no Código Civil podem afetar diretamente a vida e a autonomia dos povos indígenas no Brasil, o diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas, participou como palestrante do Webinário “Reforma do C. C. e os Direitos dos Povos Indígenas: da capacidade civil à personalidade jurídica coletiva”, promovido pelo Instituto dos Magistrados do Brasil (IMB), dentro do projeto “Conexões IMB”.

O encontro virtual foi conduzido pelo desembargador Jean Saadi, que abriu o diálogo com magistrados(as), operadores(as) do Direito e estudantes de diversas regiões do país sobre os impactos da reforma do Código Civil na garantia de direitos dos povos indígenas.

LABORATÓRIO DE IA DA ESMAT IMPRESSIONA VISITANTES E REFORÇA PAPEL DA JUSTIÇA NA INOVAÇÃO

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) recebeu, em novembro, a visita institucional do neurocientista e especialista em Inteligência Artificial Leandro Mattos e do consultor de inovação, Ernandes Rodrigues da Silva. A visita teve como ponto central o Laboratório Interdisciplinar de Inteligência Artificial da Esmat (LIIARES), uma iniciativa inédita entre as Escolas Judiciais brasileiras.

Recebido pelo diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas, o neurocientista conheceu as instalações da Escola e participou de um diálogo com o professor doutor Humberto Xavier de Araújo – coordenador científico do LIIARES e docente do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGGTD/UFT) – e com o juiz Wellington Magalhães, 2º diretor adjunto do Conselho de Cursos da Esmat.

Leandro Mattos também compartilhou experiências relacionadas à disciplina que ministra, voltada ao empreendedorismo e inovação, destacando o potencial inspirador de estruturas como o LIIARES na formação de lideranças acadêmicas e institucionais. “Fiquei impressionado não só com a estrutura à qual fui apresentado, mas também com as aplicações práticas que estão gerando benefícios para o Poder Judiciário e para a sociedade”, afirmou.

Em comentário, o professor Humberto Xavier destacou o pioneirismo da Esmat na área: “A gente conhece outras instituições, e a Esmat está à frente. Às vezes, são pessoas estratégicas em momentos estratégicos. O desembargador Marco Villas Boas é uma dessas pessoas”.





IA GENERATIVA E DESENVOLVIMENTO HUMANO SÃO TEMAS DE CONFERÊNCIA DE ABERTURA DO 2º TOCANTINSTECH

Em evento realizado no auditório do Ministério Público do Tocantins, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) e presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), ministrou palestra sobre Inteligência Artificial Generativa (IAGen).

Com uma abordagem que equilibrou referências teóricas, experiências pessoais e provocações filosóficas, o desembargador levou o público a pensar para além dos limites técnicos da Inteligência Artificial (IA). Inspirado por autores como Ray Kurzweil, Michel Foucault e Zygmunt Bauman, Marco Villas Boas abordou o conceito da singularidade tecnológica – o ponto previsto em que a IA ultrapassará a inteligência humana, que na visão de Kurzweil ocorrerá em 2045, após a explosão de Inteligência Artificial prevista para 2029. Em razão disso, a explosão de inteligência não humana já não é percebida como um evento distante, mas como algo provável que já nos influencia, sutil e intensamente.

“A tecnologia não pode ocupar o lugar da consciência humana. Ela precisa estar a serviço da dignidade”, afirmou, ao lembrar que, mesmo diante de algoritmos cada vez mais complexos, é o valor da vida humana que deve permanecer como medida ética para o uso das ferramentas que desenvolvemos.

Em tom reflexivo, o desembargador também abordou os impactos do capitalismo de vigilância, que se ergueu a partir dos dados residuais dos(as) usuários(as) da internet, destacando que hoje a economia digital já não se baseia apenas na produção de bens, mas também na exploração massiva de informações pessoais. “Somos utilizados para produzir os dados que alimentam um sistema que transforma comportamento em produto”, pontuou.

Durante a palestra, Marco Villas Boas compartilhou impressões sobre experiências acadêmicas internacionais, como a visita à Universidade de Macau, na China, onde conheceu centros avançados de pesquisa em IA. A menção serviu de pano de fundo para uma provocação mais ampla sobre qual modelo de futuro estamos construindo.





PRIMEIRA DIRETORA ADJUNTA DA ESMAT É HOMENAGEADA COM MOEDA COMEMORATIVA PELA UFT

A diretora adjunta da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), desembargadora Ângela Issa Haonat, foi homenageada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) com a entrega da Moeda Comemorativa pelos 20 anos de dedicação ao magistério superior. A cerimônia ocorreu no dia 12 de novembro, no auditório dos Conselhos da Reitoria da UFT, em Palmas, e reuniu servidores(as), docentes e gestores(as) da Instituição.

Ao receber a homenagem, a magistrada destacou a dimensão simbólica e afetiva do momento. “Este gesto simboliza muito mais do que o tempo transcorrido, representa uma trajetória construída com amor pela docência, compromisso com o saber e respeito pela formação da presente e das futuras gerações. Tenho muita gratidão e honra da minha caminhada acadêmica e das experiências que vivi ao lado de colegas, estudantes e servidores(as) que partilham o mesmo ideal de transformar vidas por meio da educação”, ressaltou.

A distinção integrou o Programa de Reconhecimento e Valorização da UFT, promovido pela Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (Progedep), que celebrou as trajetórias profissionais de servidores(as) que completam 10 ou 20 anos de serviços prestados à Universidade.

MAIS DE 2 MIL CERTIFICADOS ANALISADOS: IA GISELI ACELERA GESTÃO ACADÊMICA NA ESMAT

A Giseli, Inteligência Artificial desenvolvida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) para apoiar a Corregedoria-Geral da Justiça (CGJUS) na fiscalização dos cartórios extrajudiciais, agora também está colaborando com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat). A tecnologia, que nasceu de uma pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Governança e Transformação Digital da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e da Esmat, será, agora, utilizada para otimizar a análise de documentos acadêmicos na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV) da Escola.

A IA Giseli utiliza técnicas de Processamento de Linguagem Natural e visão computacional para extrair dados como nome do(a) aluno(a), curso, carga horária e data de conclusão diretamente dos documentos. A automação garante precisão, agilidade e segurança na consolidação do histórico acadêmico.

Além dos avanços no campo educacional, a Giseli continua sua missão original de modernizar e dar mais transparência à atuação da Corregedoria-Geral da Justiça, analisando em larga escala os atos de cartórios extrajudiciais no Tocantins. A ferramenta já foi reconhecida nacionalmente com prêmios como o Selo Judiciário Inovador, da segunda edição do Prêmio de Inovação do CNJ.





LIDERANÇAS DA EDUCAÇÃO JUDICIAL DISCUTEM RISCOS E POTENCIALIDADES DA IA COM FOCO NA TRANSPARÊNCIA

A Escola Judicial de Goiás (Ejug) recebeu, em novembro, o diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) e presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas, para a palestra “Uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa no Judiciário”, dentro do evento “Diálogos sobre Direito e Inteligência Artificial”. Voltada a magistrados(as), servidores(as) e público em geral, a exposição abordou os usos, limites, riscos e potencialidades da IA no Sistema de Justiça, com ênfase em ética, segurança de dados, predição judicial, transparência e responsabilidade, em sintonia com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com a agenda da Justiça 4.0.

Ao apresentar o percurso histórico das tecnologias de informação até a IA Generativa, o palestrante reforçou que ferramentas como os modelos de linguagem não substituem o discernimento humano, devendo atuar como parceiras do pensamento crítico, e não como oráculos decisórios. Villas Boas explicou o Método Dialógico Multirresposta (DMR), desenvolvido em seus estudos de pós-doutorado, que utiliza a IA para mapear múltiplas soluções juridicamente defensáveis em vez de indicar uma única resposta “correta”. A proposta, já testada no Projeto Hórus, reforça o protagonismo do julgador, amplia a visibilidade de diferentes princípios e precedentes aplicáveis e contribui para decisões mais fundamentadas, transparentes e alinhadas aos direitos fundamentais.

Num momento de emoção e alegria, o desembargador Marco Anthony Villas Boas foi laureado com a Comenda do Mérito Acadêmico Professor Byron Seabra Guimarães, honraria concedida pela Ejug em reconhecimento à sua relevante contribuição para a formação continuada de magistrados(as) e de servidores(as) do Poder Judiciário.

Entregue pelo desembargador Jeronymo Pedro Villas Boas, irmão de Villas Boas e diretor da Escola Judicial de Goiás, a homenagem simbolizou o fortalecimento da cooperação acadêmica entre as escolas judiciais e destacou o papel do magistrado tocantinense na produção de conhecimento, na reflexão crítica sobre o uso ético da Inteligência Artificial e na consolidação de práticas inovadoras voltadas ao aperfeiçoamento da Justiça brasileira.



ESMAT ENTREGA 252 LIVROS À UNIDADE PENAL DE GUARAÍ E FORTALECE REMIÇÃO DE PENA POR LEITURA

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) entregou 252 exemplares de livros arrecadados durante a campanha anual “Ler Liberta” à Unidade Penal Regional de Guaraí, que atualmente abriga mais de 180 reeducandos(as). A iniciativa reforça o papel da leitura como instrumento de reintegração social e remição de pena, conforme previsto na legislação penal brasileira.

A entrega foi realizada pela bibliotecária da Esmat, Silvânia Olortegui, e recebida pela equipe da unidade: Adriano de Sousa Almeida, diretor da Unidade Penal; Nurian Miranda, chefe de Cartório; Ramilson Rodrigues, chefe de Plantão; e Maria Fernanda Duarte, auxiliar administrativa.

NOVA INICIATIVA DA BIBLIOTECA DA ESMAT INCENTIVA LEITURA LIVRE E PARTILHADA

“Sem livros, dificilmente se aprende a gostar de ler.” A frase de Ruth Rocha dá boas-vindas à nova Estação Leitura, projeto inaugurado pela Biblioteca da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), na semana passada. A iniciativa ocupa um espaço especial em cada andar da Escola, com o objetivo de estimular o hábito da leitura entre servidores(as), alunos(as), professores(as) e colaboradores(as).

A proposta é simples: Pegar um livro, ler por ali ou levar para casa. Depois, devolver ou deixar outro em troca. “Essa estante é de todos(as), feita para espalhar histórias e inspiração”, resume o cartaz do projeto. A bibliotecária Silvânia Olortegui, idealizadora da Estação Leitura, destacou que o espaço foi pensado como uma forma prática e afetuosa de promover o acesso ao livro. “Queremos incentivar a leitura no dia a dia da Esmat, aproximando os livros das pessoas de maneira natural, acessível, livre”, afirmou.

Durante o lançamento, a diretora executiva da Escola, Ana Beatriz de Oliveira Pretto, celebrou a iniciativa. “Eu acho muito legal essa Estação. A Esmat tem essa missão de tentar difundir o conhecimento de todas as formas, e essa é uma das mais antigas e mais eficazes”, comentou.

A Estação Leitura já está aberta nos corredores da Escola. Basta chegar, escolher uma obra e embarcar.





EXPANSÃO ACADÊMICA: PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO JUNTO AO MEC VISA IMPLEMENTAR PÓS-GRADUAÇÃO NA MODALIDADE EAD

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) iniciou, na última semana de novembro, uma etapa decisiva para ampliar sua atuação acadêmica. A Instituição recebeu, nos dias 24, 25 e 26, uma visita virtual de avaliadores(as) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Qual é o objetivo? A meta é obter o credenciamento federal para oferecer cursos de pós-graduação na modalidade de Educação à Distância (EaD). Atualmente, a Escola já possui autorização do Conselho Estadual de Educação, conforme Decreto nº 6.981, para realizar pós-graduações presenciais. Se credenciada pelo MEC para o EaD, a Esmat poderá ofertar suas especializações de forma 100% online, permitindo que profissionais de todo o Brasil tenham acesso aos cursos, tornando o ensino mais acessível e democrático.

Como funciona a avaliação? O processo seguiu um rigoroso protocolo oficial (Portaria MEC nº 183, de 2021) e ocorreu de forma remota, com o mesmo nível de exigência das visitas presenciais. As avaliações compreenderam entrevistas com gestores(as), corpo técnico, docentes e discentes; análise de documentos institucionais; e uma visita virtual guiada às instalações físicas da Esmat, como salas de aula, biblioteca, setores administrativos, auditório e infraestrutura de tecnologia.

A visita contou com a presença dos(as) especialistas: Ailton Bispo dos Santos Junior, doutor em Administração pela Universidade de Brasília (UnB); Glaucia Paula Bernardes Guarany, doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); e Claudio Zancan, doutor em Administração, com ênfase em Inovação e Redes de Cooperação Interorganizacional (UnB).

Durante a reunião de encerramento, o diretor geral da Esmat e presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), desembargador Marco Villas Boas, destacou a trajetória da Instituição como referência em inovação, planejamento e formação jurídica.

“Eu estou aqui contido, lisonjeado e muito gratificado, juntamente com toda a minha equipe, porque esse é um trabalho comunitário, coletivo (...). Nós mostramos uma realidade diferente, estamos entregando produtos para a comunidade, para melhorar as instituições, para melhorar a vida das pessoas. São hoje dezenas, centenas de projetos nos nossos bancos, muitos premiados nacional e internacionalmente (...). Eu fico muito empolgado com tudo isso”, afirmou, ao ouvir os pontos positivos destacados pelos avaliadores.



ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESCOLAS DE MAGISTRADOS CELEBRA 10 ANOS DA ENAJUM COM PRESENÇA DA ESMAT

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, participou da mesa-redonda “Desafios e Perspectivas da Formação de Magistrados”, realizada durante o Encontro Internacional de Escolas de Magistrados. A atividade integrou a programação comemorativa dos 10 anos da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (Enajum).

Durante sua fala, o desembargador Marco ressaltou a centralidade da formação contínua e permanente no desenvolvimento das competências exigidas da magistratura contemporânea. Defendeu a internalização das ações educacionais e a ampliação de sua capilaridade. Ao abordar os impactos das novas tecnologias na Justiça, ressaltou que tribunais e escolas formadoras acompanhem o surgimento de ferramentas como a Inteligência Artificial com responsabilidade, ética e imparcialidade. “A incorporação de tecnologias emergentes não é apenas uma exigência técnica, mas também um imperativo ético para garantir decisões justas, transparentes e alinhadas aos direitos fundamentais”, pontuou.



DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS É RECONDUZIDO À PRESIDÊNCIA DO COPEDEM PARA O BIÊNIO 2026-2027



O Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem) elegeu por aclamação, a nova composição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o biênio 2026-2027. A Chapa “Integração”, única inscrita no processo eleitoral, foi eleita por aclamação pelos(as) diretores(as) das Escolas Judiciais e da Magistratura, durante o LXI Encontro do Colégio, em Curitiba, no Paraná.

Reconduzido à Presidência do Copedem, o desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), seguirá à frente da Instituição.

Em depoimento, o presidente agradeceu a confiança dos pares e destacou a importância da atuação conjunta das escolas judiciais na formação crítica e contínua da magistratura brasileira. “Mais do que gerir, nosso papel é integrar. O Copedem tem sido esse espaço de cooperação e de escuta, onde renovamos o dever com uma educação judicial ética, inclusiva e sintonizada com os desafios do nosso tempo”, comentou.



ESMATCAST EM 2025: FORMAÇÃO, CIDADANIA E DIREITOS EM PAUTA MÊS A MÊS

Ao longo de 2025, o EsmatCast, com episódios mensais, articulou formação jurídica, transformação digital, saúde, infância, meio ambiente e participação cidadã, sempre em diálogo com ações e programas da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).

Logo em janeiro, o podcast foi dedicado a esclarecer dúvidas sobre o Doutorado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (Esmat/UFT), com o professor doutor Tarsis Barreto detalhando funcionamento do programa, critérios de seleção e orientações para candidatos(as). Em fevereiro, o episódio voltou-se à Pós-Graduação em Inovações Educacionais para a Prática Docente, apresentando a proposta do curso, seus objetivos pedagógicos, foco em metodologias ativas e o papel da formação continuada na atuação de magistrados(as) e servidores(as) como educadores(as) no Sistema de Justiça.

Em março, o episódio antecipou temas do VI Encontro Nacional de Inteligência do Poder Judiciário, com a participação de José Carlos Garcia, chefe da Divisão de Inteligência do TJTO, detalhando a programação, os objetivos do evento e sua relação com a Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário. Ainda no eixo de formação técnica, o episódio de abril aprofundou discussões do curso “Direito Ambiental e Contratos Agrários: Sustentabilidade e Prática Jurídica”, com os professores Antonio Zanette e Marília Longo debatendo judicialização ambiental, conflitos fundiários, sustentabilidade no agronegócio e impactos na prática contratual.



Os 30 anos dos Juizados Especiais foram tema de um episódio especial, preparando o público para o evento comemorativo em junho, com o juiz Ciro Rosa de Oliveira refletindo sobre a história, o papel e os desafios dos Juizados como porta de entrada da população no Sistema de Justiça. Em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente, o EsmatCast lançou uma edição temática com Luciene Dantas e Cinthia Barbosa, apresentando os avanços da gestão socioambiental no TJTO, o monitoramento de indicadores e as ações alinhadas às resoluções do CNJ.

No episódio de julho, o destaque foi o trabalho do Núcleo de Cooperação Judiciária (NCJ), com o juiz Jordan Jardim explicando como a cooperação entre unidades, o compartilhamento de boas práticas e a atuação em rede contribuem para uma Justiça mais ágil e organizada. Em agosto, o tema foi o Tribunal do Júri em Palmas, com o juiz Cledson José Dias Nunes explicando o funcionamento do júri popular, o papel dos(as) jurados(as) e os critérios para participação, em diálogo com a campanha de cadastramento de jurados(as) voluntários(as) para 2026.

O episódio de setembro tratou da adultização precoce na infância, com o juiz Adriano Gomes Melo e a psicóloga Arlene Antunes discutindo os impactos psicológicos, os riscos legais, o papel das redes sociais e a importância da proteção integral, articulando o tema com projetos institucionais voltados à infância. Em outubro, o EsmatCast aderiu ao Outubro Rosa, com um episódio conduzido pela juíza Flávia Afifi Bovo e a psicóloga Cleide Brandão, voluntária da Liga Feminina de Combate ao Câncer, abordando prevenção, diagnóstico precoce, acesso a serviços de saúde e direitos das mulheres.

Encerrando o ano, em novembro, o podcast voltou-se ao Novembro Azul, com o diretor-adjunto da Esmat, juiz Roniclay Alves, e o médico urologista Daniel Carvalho de Melo Rocha, em uma conversa sobre prevenção do câncer de próstata, exames disponíveis no SUS, importância do acompanhamento regular e quebra de tabus relacionados à saúde do homem.





EXCELÊNCIA EM GESTÃO E RESULTADOS

DESTAQUES DO DESEMPENHO EM 2025

ESMAT **2025**

SATISFAÇÃO DO USUÁRIO ACIMA DA META



SUPERAÇÃO DAS METAS ESTRATÉGICAS

TODOS OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS TIVERAM SUAS
METAS DE 2025 ALCANÇADAS OU SUPERADAS

DADOS DE CAPACITAÇÕES



CERTIFICAÇÃO ISO 9001 MANTIDA COM SUCESSO

CERTIFICAÇÃO MANTIDA ATÉ AGOSTO DE 2027





PÓS-GRADUAÇÕES



MESTRADO EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS CONSOLIDA TURMA XIII COM VAGAS PARA AÇÕES AFIRMATIVAS

A Turma XIII do Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT/Esmat) teve seu processo seletivo concluído em 2025. As vagas foram destinadas a magistrados(as) e servidores(as) do TJTO, servidores(as) da Agência de Transportes, Obras e Infraestrutura do Tocantins (Ageto), membros e servidores(as) do Ministério Público do Tocantins (MPTO), servidores(as) do TRE-TO e público externo. Esta foi a primeira turma do programa a reservar vagas específicas para ações afirmativas, com três oportunidades distribuídas da seguinte forma: uma para servidor(a) do TJTO, uma para magistrado(a) do TJTO e uma para o público em geral (nem todas foram preenchidas). Em 2025, a turma permaneceu em fase de cumprimento de disciplinas obrigatórias, restando ainda dois componentes curriculares previstos para o ano seguinte.

A aula magna foi realizada em 7 de abril, com a presença do professor doutor Eduardo Bianca Bittar, que trouxe reflexões sobre os desafios da educação em direitos humanos, especialmente no contexto de populações em situação de vulnerabilidade. Além das atividades regulares, a turma também foi fortalecida, em 2025, por momentos de integração e atualização acadêmica. Um deles foi o Encontro Interdisciplinar CAPES-PPGPJDH, realizado nos dias 4 e 5 de agosto, no auditório da Esmat, que reuniu docentes e discentes do programa, representantes da UFT e da própria Capes, com debates sobre interdisciplinaridade e os rumos da avaliação quadrienal.



COM O APOIO DA ESMAT E DO COPEDEM, MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS FORMA PRIMEIRA TURMA FORA DE SEDE NO ACRE

Em fevereiro de 2025, o Mestrado Profissional em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, desenvolvido pela Esmat em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e com o apoio do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), formou sua primeira turma Fora de Sede no Acre, voltada à qualificação de magistrados(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC).

A solenidade de entrega dos certificados ocorreu em Rio Branco e marcou a conclusão da turma especial destinada à Região Norte, com a diplomação do desembargador Elcio Mendes, da juíza Andréa Brito e do juiz Clóvis Lodi. O evento contou com a participação de autoridades do Sistema de Justiça e do Poder Público, incluindo intervenções virtuais do ministro Gilmar Mendes (STF) e do governador do Acre, Gladson Cameli, além da presença do senador Alan Rick, do coordenador do programa, professor doutor Tarsis Barreto, da diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz de Oliveira Pretto, e do diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas.

Em sua fala, o desembargador Villas Boas destacou a trajetória do programa *stricto sensu*, desde a implementação do Mestrado até a aprovação do Doutorado, ressaltando que a oferta Fora de Sede no Acre representou um marco na interiorização da formação acadêmica em Direitos Humanos e na superação da carência histórica de cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na Região Norte.

“Foram muitos os esforços para a implementação deste Mestrado, desde sua concepção até a concretização da primeira turma de Doutorado. Este programa, de cunho profissional, representa um marco na formação de profissionais da área, suprindo uma carência histórica na Região Norte do país. O encerramento da primeira turma fora de sede e a chegada da primeira turma de Doutorado é um testemunho do sucesso e da relevância deste programa para o desenvolvimento da área de Direitos Humanos”, lembrou.

O coordenador do Mestrado, professor Tarsis Barreto, enfatizou o caráter simbólico da formatura da primeira turma Fora de Sede, que consolidou a capacidade do programa promover qualificação em nível de Mestrado a desembargadores(as) e juízes(as) de outros estados, ampliando o alcance nacional da Pós-Graduação da Esmat.





ESMAT AVANÇA NA PÓS-GRADUAÇÃO COM A ABERTURA DE SUA PRIMEIRA TURMA DE DOUTORADO

Em abril de 2025, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) deu um passo decisivo na consolidação de sua Pós-Graduação *Stricto Sensu* ao iniciar a primeira turma de Doutorado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos. A aula magna marcou o início dessa nova fase, com a presença de autoridades acadêmicas e do Sistema de Justiça, reafirmando a parceria institucional com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e a vocação do programa para a pesquisa interdisciplinar e a defesa dos direitos humanos.

Em sua fala, o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, ressaltou o esforço histórico de implantação e de consolidação do programa, idealizado ainda na gestão do desembargador Antônio Rulli Júnior, destacando os impactos acadêmicos e institucionais da pesquisa produzida ao longo de mais de uma década. O reitor da UFT, professor doutor Luís Eduardo Bovolato, e o coordenador do programa, professor doutor Tarsis Barreto, enfatizaram o fortalecimento da parceria entre as instituições e a integração entre Mestrado e Doutorado, com foco no diálogo, na interdisciplinaridade e na qualificação da formação jurídica no Tocantins.

A programação contou ainda com ato simbólico de plantio de árvores nativas, em alinhamento à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e com homenagens institucionais, incluindo a concessão da Medalha de Mérito Acadêmico da Esmat ao reitor Luís Eduardo Bovolato e da Medalha "Desembargador Antônio Rulli Júnior" ao professor Eduardo Bianca Bittar. Na ocasião, foi lançado o livro "Escritos em Homenagem ao Desembargador Marco Villas Boas", reunindo artigos de juristas e pesquisadores(as) sobre prestação jurisdicional, inovação e direitos fundamentais.

Reflexões sobre direitos humanos

A aula magna foi conduzida pelo professor doutor Eduardo Bianca Bittar, com o tema "Educação em Direitos Humanos e Vulnerabilidades Latino-Americanas: uma perspectiva de análise a partir da realidade brasileira". Em sua fala, Bittar ressaltou a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva sobre as práticas de direitos humanos, destacando que "o fortalecimento da educação em direitos humanos exige um olhar atento para as realidades locais e as vulnerabilidades que atravessam as populações latino-americanas".

A palestra suscitou reflexões sobre os desafios da educação em direitos humanos, especialmente no contexto de populações vulneráveis, e reforçou o papel da academia na promoção de justiça e de igualdade.





PÓS-GRADUAÇÃO EM INOVAÇÕES EDUCACIONAIS PARA A PRÁTICA DOCENTE

Em abril de 2025, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) iniciou a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Inovações Educacionais para a Prática Docente, que, ao longo do ano, avançou até o sétimo módulo de suas atividades formativas. Com carga horária de 360 horas e duração prevista até setembro de 2026, a especialização vem se consolidando como um espaço de experimentação pedagógica voltado a metodologias ativas, inovação curricular e uso crítico de tecnologias na educação.

Ministrado pela professora Lily Sany Silva Leite, o primeiro módulo da Pós, que integra a proposta híbrida do curso, teve como foco os ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem. A partir de metodologias ativas e da abordagem da sala de aula invertida, os(as) pós-graduandos(as) foram convidados(as) a experimentar novas formas de ensinar e aprender – repensando o papel do(a) docente diante da inteligência artificial, as possibilidades da tutoria *online*, a construção de vínculos em contextos híbridos e o uso da tecnologia como aliada da humanização.

A formação, com coordenação composta pelo juiz Wellington Magalhães e pela pedagoga e mestra em Linguística Denise Sodré Dorjó, reúne magistrados(as), servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e profissionais de instituições, como o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Tribunal de Contas e a Justiça Federal.“

A proposta nasceu do desejo institucional de fortalecer a atuação pedagógica com foco em metodologias ativas, inovação curricular e tecnologias aplicadas à aprendizagem. O compromisso da Esmat é formar profissionais que pensem a educação como ferramenta de transformação. Isso exige sensibilidade, mas também técnica, escuta ativa, disposição ao novo e abertura para revisitar velhas certezas”, pontuou o magistrado Wellington.

Durante uma das dinâmicas, o advogado e pós-graduando George Oliveira, diretor administrativo da Escola Superior de Advocacia do Tocantins, comentou com bom humor o espírito da formação ao afirmar que “a Esmat, a nossa Harvard do Tocantins, já está caminhando nessa perspectiva futurística, com essa pós e com suas capacitações em inteligência artificial”.

Até o momento da elaboração deste relatório, foram ofertados sete módulos: Módulo I – Ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem (professora Lily Sany Silva Leite); Módulo II – Recursos dinâmicos para aulas criativas (professor Adriano Alves Silva); Módulo III – Gestão da Educação Corporativa (professora Marisa Pereira Eboli); Módulo IV – Rotação por Estações de Aprendizagem (professor André Raposo); Módulo V – Aprendizagem baseada em problemas (PBL) (professor Onílson Rodrigues Silva); Módulo VI – Gestão da sala de aula (professor Ritze Pereira Ferraz); e Módulo VII – Avaliação (professora Vânia Passos), consolidando um percurso formativo centrado em práticas inovadoras e metodologias ativas.





COM AVAL DA CAPES PROGRAMA DE MESTRADO PASSA DE FORMATO SINGULAR PARA ASSOCIATIVO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), aprovou, em 2025, a mudança do formato do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins (UFT), de “singular” para “associativo”, incorporando de forma oficial a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) como instituição associada.

A proposta, analisada pela Diretoria de Avaliação da Capes, destacou a maturidade acadêmica e a integração entre UFT e Esmat, instituições que desde 2011 atuam juntas na promoção da formação stricto sensu voltada à melhoria da prestação jurisdicional e à promoção dos direitos humanos. Segundo o parecer técnico, todas as exigências legais para o novo modelo foram cumpridas, incluindo regimento atualizado, critérios claros de coordenação e inclusão de associadas, além de infraestrutura e de produção científica compartilhadas.

O desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, destacou a relevância do novo formato e o papel pioneiro da Instituição. “A Esmat foi uma das primeiras escolas da magistratura do país a oferecer programas *stricto sensu* de mestrado profissional, voltados não apenas à formação de magistrados(as) e de servidores(as) do Judiciário, mas também acessíveis a membros da sociedade e de instituições parceiras do Sistema de Justiça. A mudança para a forma associativa reconhece e fortalece esse compromisso institucional com a produção científica, a qualificação dos(as) operadores(as) do Direito e a promoção dos direitos humanos”, afirmou.

O professor doutor Luís Eduardo Bovolato, reitor da UFT, também destacou a importância da mudança de formato. “Em minha opinião, esta mudança de forma singular para associativa demonstra a evolução e o amadurecimento do programa e das duas principais instituições que o conduzem – UFT e Esmat. Reflete o compromisso institucional e de todo o quadro docente e técnico-administrativo. Como resultado, temos o fortalecimento conjunto, e o alcance de nossas ações extrapola os limites territoriais do Tocantins, oferecendo a possibilidade de contribuirmos com outros parceiros no fortalecimento do Sistema Judiciário. Quem ganha é a sociedade”, afirmou.



AULA COM GESTORES MARCA A FORMAÇÃO PRÁTICA DE NOVOS RESIDENTES JURÍDICOS

Acadêmicos(as) da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Prática Judiciária promovida pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) tiveram, no dia 12 de fevereiro, uma aula especial ministrada pelo desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Escola. Mestre em Direito Constitucional e doutor em Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e doutor em Direito Constitucional, pela PUC-Rio, o professor doutor explanou sua aula sobre Direito Constitucional.

A atividade integrou a formação teórico-prática dos(as) pós-graduandos(as), reforçando a aproximação entre a alta gestão acadêmica da Escola e os(as) estudantes do curso. Também na ocasião, o magistrado e professor doutor Wellington Magalhães, diretor adjunto da Esmat, participou da atividade.

A aula ministrada pelo diretor geral da Esmat, que também é presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), abordou temas como: Controle de Constitucionalidade, A Importância da Fundamentação nas Decisões Constitucionais e A Influência de Juristas como Kelsen, Dworkin e Alexy no Desenvolvimento do Direito Constitucional.

ESMAT É RECREDENCIADA POR MAIS CINCO ANOS PARA OFERTAR CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO PRESENCIAL



A Esmat teve seu credenciamento renovado por mais cinco anos para oferecer cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* na modalidade presencial. O recredenciamento foi oficializado pelo Decreto nº 6.981, publicado no dia 2 de julho.

De acordo com o documento, essa decisão segue as regras que organizam a educação no Brasil e no Tocantins. Entre elas está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394, de 1996), que estabelece como devem funcionar os cursos e as instituições de ensino no país, e a Lei Estadual nº 2.139, de 2009, que trata das normas específicas no âmbito estadual. Além disso, foram considerados pareceres técnicos que confirmam que a Esmat está regular e que seus cursos mantêm a qualidade exigida.

Na prática, a medida assegura a continuidade da oferta de especializações presenciais em Palmas, fortalecendo a missão da Esmat com a formação e com o aperfeiçoamento contínuo de magistrados(as) e de servidores(as) do Judiciário Tocantinense. Em reconhecimento ao trabalho coletivo que tornou possível novamente essa conquista institucional, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem), enfatizou a importância da atuação conjunta na consolidação da qualidade acadêmica da Escola.

Para a equipe do Núcleo de Pós-Graduação da Esmat, todo o processo de recredenciamento envolveu o esforço conjunto para cumprir os indicadores e requisitos exigidos, com o apoio dos setores internos e a confiança dos(as) gestores(as).

“Empenhamos-nos para atender a todos os indicadores e a todas as exigências, garantindo a excelência que sempre buscamos em nossos cursos. Contamos com o apoio de cada setor da Esmat e a confiança de nossos(as) gestores(as) que acreditaram em nosso trabalho e nos deram o suporte necessário para alcançar este objetivo. Este recredenciamento reforça o compromisso da Escola com a qualidade das formações dos(as) magistrados(as) e dos(as) servidores(as). Seguiremos trabalhando com o mesmo empenho e dedicação para oferecer uma pós-graduação de excelência aos(as) nossos(as) alunos(as)”, comentaram.



DOUTORADO EM GOVERNANÇA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL AVANÇOU EM 2025 E PROMOVEU INTERCÂMBIO COM TURMA DO MEC

A primeira turma do Doutorado em Governança e Transformação Digital (PPGGTD) começou em 2024 e, ao longo de 2025, deu continuidade às atividades e disciplinas previstas, consolidando uma formação voltada à transformação digital no âmbito institucional. O programa, anteriormente denominado Programa de Pós-Graduação em Modelagem Computacional de Sistemas (PPGMCS), foi desenvolvido a partir de parceria entre a Esmat e a UFT, com o objetivo de formar profissionais capazes de enfrentar problemas complexos por meio de ferramentas tecnológicas inovadoras.

Ao integrar conhecimentos de modelagem computacional e práticas avançadas de governança, o doutorado busca capacitar os(as) alunos(as) para desenvolver soluções eficientes, otimizar processos e ampliar a eficácia das organizações.

Dentro dessa proposta, no dia 9 de outubro, a Esmat recebeu a visita técnica de 20 doutorandos(as) do PPGGT, turma do Ministério da Educação (MEC), de Brasília. O grupo foi recebido no Laboratório Interdisciplinar de Inteligência Artificial (LIIARES), onde conheceu projetos em desenvolvimento e também a estrutura da Editora, Biblioteca e Estúdio da Esmat. Durante a programação, o juiz Roniclay Alves de Moraes, diretor-adjunto do Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica da Esmat, ressaltou a importância da convergência entre tecnologia, justiça e educação, enquanto o coordenador do curso, professor doutor Gentil Veloso, destacou a Esmat como referência no Tocantins pela atuação conjunta com a UFT e pelo investimento em iniciativas ligadas à inteligência artificial e à capacitação de alto nível.

Além da visita, os(as) doutorandos(as) participaram de uma aula da disciplina optativa Avaliação de Políticas Públicas, ministrada pelo professor Adão Francisco de Oliveira, com foco em aproximar teoria e prática a partir da análise de projetos relacionados à tecnologia, educação e inovação institucional.



PARCERIA COM A PUC-RIO FORTALECE INOVAÇÃO NO TJTO COM A FORMAÇÃO DE DOUTORES

A parceria entre a Esmat e a PUC-Rio, por meio do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio (PPGD), fortaleceu a qualificação *stricto sensu* no Tocantins e teve um marco importante em 2025, com a certificação de 14 magistrados(as) e servidores(as) do TJTO com o título de doutores(as), ampliando a capacidade de pesquisa e de produção acadêmica aplicada às demandas do Judiciário tocantinense; iniciado em 2020, o Doutorado Interinstitucional (Dinter) foi estruturado para ocorrer em Palmas, na sede da Esmat, com a PUC-Rio responsável pelo controle acadêmico e pela titulação, contribuindo para consolidar um núcleo de ensino e pesquisa na região Norte.

Ao longo da execução, o Dinter manteve o mesmo padrão de exigência acadêmica adotado na instituição promotora, com disciplinas obrigatórias e eletivas ministradas na Esmat, avaliações, além de orientação acadêmica estruturada e atividades de integração em pesquisa. A programação contemplou, ainda, ações complementares, como seminários, ciclos de palestras e debates, e estímulo à publicação e difusão do conhecimento produzido.

No período, o Dinter foi orientado pela área de concentração **Teoria do Estado e Direito Constitucional**, voltada à compreensão do fenômeno estatal e de sua relação com a dinâmica social, com ênfase na Constituição como institucionalização das relações entre Estado, Direito e sociedade. O programa se organizou em linhas de pesquisa que abarcaram temas como transformações constitucionais contemporâneas, direitos humanos e ordem internacional e teoria do direito e ética.

DIREITO E AGRO EM SINTONIA: NOVA PÓS DA ESMAT VISA FORMAR PROFISSIONAIS PREPARADOS(AS) PARA OS DESAFIOS DO SETOR



Com o agronegócio ocupando posição de protagonismo na economia brasileira, cresceu também a demanda por profissionais do Direito capazes de lidar com a complexidade jurídica do setor. Atenta a esse cenário, a Esmat iniciou, em setembro de 2025, a Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Empresarial e Agronegócio, voltada a magistrados(as), servidores(as) e profissionais de áreas correlatas.

Ao abrir oficialmente as atividades, o diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas ressaltou a vocação natural do Tocantins para o agronegócio e a necessidade de formar profissionais preparados(as) para lidar com a complexidade econômica, social e ambiental do setor, destacando a importância de uma abordagem inclusiva, que considere também as contribuições de mulheres, povos indígenas e comunidades quilombolas. Em sua fala, enfatizou o caráter multidimensional do Direito Empresarial, capaz de oferecer estabilidade às relações econômicas sem perder de vista o desenvolvimento social, a sustentabilidade e a preservação dos conhecimentos tradicionais em um Estado multicultural como o Tocantins.

Para a coordenadora pedagógica da Pós, professora Doutora Glacielle Torquato, o curso foi concebido como projeto de impacto direto na transformação do território e das práticas jurídicas locais, associando capacitação técnica, reflexão crítica e responsabilidade socioambiental.



A aula magna ocorreu no auditório da Esmat e foi ministrada pelo advogado e professor Rodrigo Bressane. Durante a aula o professor Bressane apresentou dados e análises sobre a evolução do agronegócio brasileiro, a expansão produtiva, os desafios regulatórios e a necessidade de uma atuação jurídica qualificada “dentro e fora da porteira”. Ao final, recebeu o Medalhão Esmat, em reconhecimento à contribuição para o debate jurídico sobre agronegócio e desenvolvimento sustentável.





CERIMÔNIA DE DIPLOMAÇÃO CELEBRA A FORMAÇÃO DE NOVOS DOUTORES EM DIREITO

A diplomação do Doutorado Interinstitucional em Direito e Políticas Públicas (Dinter) foi realizada durante o XVIII Congresso Internacional em Direitos Humanos, no dia 14 de novembro, no auditório do TJTO. Na ocasião, 15 doutores receberam os certificados de conclusão do curso, desenvolvido pela Esmat em parceria com o Centro Universitário de Brasília (UniCeub). A entrega dos diplomas foi conduzida pelo diretor geral da Escola, desembargador Marco Villas Boas, e contou com a participação de autoridades e representantes acadêmicos das instituições parceiras.

Em nome da turma, o juiz auxiliar da Presidência do TJTO, Esmar Custódio Vêncio Filho, agradeceu à Esmat pela oportunidade de ofertar “algo impensável, como as aulas com pessoas do mais alto gabarito, como os ministros Ayres Britto, Fux e Barroso”, destacou. “Foi um conhecimento extraordinário, e todos se ajudaram na turma”, complementou o juiz Esmar, destacando que “uma ostra feliz não faz pérola”.

Relação de Doutores(as):

Arthur Emilio Galdino de S. Rodrigues
Ciro Rosa de Oliveira
Edilia Ayres Neta Costa
Esmar Custódio Vêncio Filho
Glacielle Borges Torquato Rocco
Igor Rodrigues da Costa
Jefferson David Asevedo Ramos

José Eustáquio de Melo Júnior
Juliana Alencar Wolney C. Aires Campos
Leila Maria de Souza Jardim
Luciano Rostirolla
Nelcivan Jardim dos Santos
Vera Lúcia Pontes



NOTA

5



ESMAT CONQUISTA NOTA MÁXIMA DO INEP/MEC E CELEBRA NOVO MARCO INSTITUCIONAL

Em 2025, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) alcançou um resultado histórico ao obter conceito máximo (nota 5,0) na avaliação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, no âmbito do credenciamento para oferta de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* na modalidade à distância (EaD).

O desempenho de excelência da Esmat foi reconhecido pela comissão avaliadora, com destaque especial para o corpo social – docentes e equipe técnica – e para a gestão institucional, ambos avaliados com os mais altos conceitos. Segundo os(as) avaliadores(as) do INEP, “a equipe da Esmat se mostrou altamente qualificada tanto no campo técnico quanto no nível das pós-graduações”, evidenciando a solidez acadêmica e profissional da Instituição.

No quesito gestão institucional, o reconhecimento foi ainda mais expressivo. A comissão registrou que “o orçamento não é apenas um instrumento contábil, mas também uma ferramenta estratégica que traduz o projeto pedagógico, atestando a competência de a Esmat planejar e gerir seus recursos de maneira eficaz”, concluindo que a gestão institucional da Escola é de excelência.

Com a avaliação concluída com êxito, o processo de credenciamento *EaD* da Esmat segue agora para análise final da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES/MEC) e, posteriormente, para o Conselho Nacional de Educação, culminando na homologação pelo ministro da Educação e na publicação da portaria autorizativa. Esse trâmite abrirá caminho para o início de uma nova e promissora fase da escola a partir de 2026.

Para o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, destacou que o desempenho alcançado reflete o trabalho coletivo e o compromisso institucional. “A dedicação, o espírito de cooperação e o propósito comum são visíveis no resultado que conseguimos alcançar. Agradeço a toda a equipe da Esmat e desejo que sigamos avançando, sempre orientados pela busca da excelência e pelo fortalecimento da prestação jurisdicional”, comentou. Esse reconhecimento reafirma a Esmat como referência nacional em educação judicial, inovação e gestão pública de qualidade, projetando ainda mais seu papel estratégico na formação continuada de magistrados(as) e de servidores(as) do Poder Judiciário.



Escola Superior da
Magistratura Tocantinense

xCURSOS



COMUNICAÇÃO ASSERTIVA NO JUDICIÁRIO: CURSO FOCA NA CLAREZA E ACESSIBILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS

O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Esmat, realizou, em fevereiro de 2025, o curso "Linguagem Simples no Judiciário: prática além das palavras", visando capacitar os(as) participantes a redigir textos jurídicos de forma clara e acessível ao público em geral, sem perder de vista o contexto jurídico e o objetivo institucional de promover a justiça.

A capacitação foi conduzida por Adelyse Morais Lopes, UX Writer e coordenadora do Programa de Linguagem Simples do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), e contou com a participação de servidores(as) e de magistrados(as) do Judiciário Tocantinense, além de servidores(as) de órgãos parceiros.

O objetivo foi formar multiplicadores(as) da Linguagem Simples, que pudessem disseminar essa prática em suas respectivas unidades e contribuir para tornar a justiça mais acessível à população.



EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMAS 9, 10, 11, 12 E 13



Ao longo de 2025, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) concluiu cinco turmas do curso Educação Financeira para Consumidores – Minhas Contas em Dia no Cejusc. A capacitação, oferecida na modalidade híbrida, tratou de temas como Comportamento Funcional de Consumo, Empreendedorismo e Direitos do Consumidor.

Coordenado pela juíza Umbelina Lopes Pereira Rodrigues, o projeto integrou o conjunto de ações previsto na Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021, que alterou o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), especialmente no que dispõe o artigo 104-A, sobre a repactuação coletiva de dívidas.

Divididas em quatro módulos, as atividades seguiram uma metodologia diversificada, com uso de videoaulas, apresentações em slides, vídeos, documentários, cartilhas e artigos. Os conteúdos abordaram, entre outros, estratégias para evitar o superendividamento, organização financeira e elaboração de planos de pagamento.

A turma 9 foi realizada no período de 6 de fevereiro a 7 de março; a turma 10 ocorreu de 3 de abril a 15 de maio; a turma 11 foi desenvolvida no período de 12 de junho a 17 de julho; já a turma 12 de 21 de agosto a 19 de setembro; e a turma 13 entre 23 de outubro a 28 de novembro.

FORMAÇÃO DE EXPOSITORES DA OFICINA DE PARENTALIDADE E DIVÓRCIO GURUPI, PORTO NACIONAL E ARAGUAÍNA

Em 2025, a Esmat promoveu a Formação de Expositores da Oficina de Parentalidade e Divórcio nos polos de Gurupi, Porto Nacional e Araguaína, com o objetivo de ampliar a atuação de profissionais capacitados(as) para conduzir oficinas voltadas à resolução pacífica de conflitos familiares. A formação teve carga horária de 40 horas-aula e foi dividida em duas etapas: teórica e prática.

A capacitação foi conduzida pelas professoras Lorena da Cruz Neves Pimenta Gutierrez e Wilvilândia Dalvino de Alencar Moura, com coordenação da juíza Silvana Maria Parfieniuk. Os encontros abordaram temas como parentalidade responsável, desenvolvimento infantil, comunicação efetiva e disciplina positiva, com base na Cartilha do Instrutor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em Gurupi, as atividades iniciaram-se em 19 de fevereiro, com a presença do juiz Nilson Afonso da Silva, coordenador do Cejusc local. Na sequência, a formação foi realizada em Porto Nacional, a partir de 24 de fevereiro, com abertura conduzida pelo juiz Ciro Rosa de Oliveira. Por fim, o polo de Araguaína iniciou sua programação no dia 19 de março, com a participação do juiz Deusamar Alves Bezerra. Em todos os polos, a etapa prática estendeu-se até 31 de outubro, permitindo a aplicação supervisionada dos conteúdos estudados.



MAGISTRADOS E ASSESSORES CONCLUEM TREINAMENTO ESPECIALIZADO EM PROVAS DIGITAIS

A Esmat realizou, nos dias 13 e 14 de março, o curso Provas Digitais no Processo Penal, capacitando magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário para lidar com os desafios das novas tecnologias aplicadas à investigação e persecução penal.

Com 8 horas-aula de duração, a capacitação foi conduzida pela advogada criminalista Maria Jamile José, especialista em Direito Penal Econômico e mestra em Direito Processual, pela USP. Durante as aulas, os(as) participantes aprofundaram conhecimentos sobre a cadeia de custódia de provas digitais, meios de obtenção e de preservação de dados eletrônicos, impacto da inteligência artificial no Judiciário, além de questões ligadas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no contexto penal.

A juíza Cibele Maria Bellezi, que participou da capacitação como aluna, destacou a relevância do curso para a atuação jurisdicional: "O curso mostrou-se extremamente necessário, pois, com a rapidez com que a tecnologia está mudando, e as pessoas cada vez mais conectadas em dispositivos e redes sociais, devemos nos qualificar para estarmos preparados(as) para decidir e julgar processos que envolvam esse tipo de prova, observando o devido processo legal", comentou.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMAS I E II

Com foco na valorização do atendimento ao(a) cidadão(ã) e na formação ética dos(as) agentes públicos(as), a Esmat promoveu, ao longo de 2025, duas edições do curso **Atendimento ao Públco e Ética na Administração Pública**. A capacitação foi ministrada pelo professor Jefferson Sampaio de Moura, mestre em Educação em Direitos Humanos e doutorando em Política Social, que também é diretor de Comunicação Social do Instituto Federal de Brasília (IFB).

A primeira turma teve início em 28 de fevereiro e reuniu cinquenta participantes, entre servidores(as), estagiários(as) e colaboradores(as) do Judiciário Tocantinense. Já a segunda edição, realizada de 10 a 24 de junho, contou com a participação de mais de cem servidores(as) de diversas comarcas. Ambas as turmas foram conduzidas em formato virtual, por meio da plataforma Google Meet, e integraram o Projeto Gestão por Competências, em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas do TJTO (Digep).

As aulas abordaram temas como Tratamento Igualitário, Escuta Qualificada, Empatia no Serviço Público e Importância de Considerar o Nível de Letramento da População no Processo de Comunicação com o(a) Jurisdicionado(a). De maneira didática e interativa, o professor Jefferson destacou a necessidade de adaptar as boas práticas de atendimento às diferentes realidades locais do Estado, fortalecendo uma atuação mais eficiente e comprometida com os princípios da Administração Pública.

FORMAÇÃO PREPARA FACILITADORES PARA ATUAÇÃO COM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



FORMAÇÃO DE FACILITADORES
PARA ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Poder Judiciário
ESTADO DO TOCANTINS

**Escola Superior da
Magistratura Tocantinense**

**Escola Superior da
Magistratura Tocantinense**

Atendimento ao Públco e Ética na Administração Pública – 2025



A Formação de Facilitadores para Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher foi realizada no período de 10 de março a 16 de julho. Desenvolvida pela Esmat, a capacitação contou com a coordenação da juíza Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira e teve como foco a preparação de profissionais para atuar em grupos reflexivos voltados ao acolhimento e ao fortalecimento de mulheres em situação de violência.

O primeiro encontro abordou o tema “Entendendo a Violência Doméstica: motivações, aspectos psicossociais e consequências para vítimas e familiares”, com destaque para os impactos dos maus-tratos nas relações interpessoais e as possibilidades de enfrentamento e tratamento.

Com carga horária de 40 horas-aula, a formação foi conduzida pela professora Andréia Isabel Giacomozi, psicóloga, mestra e doutora em Psicologia, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A proposta da capacitação esteve alinhada às diretrizes das Resoluções nº 124, de 2022, e nº 254, de 2018, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao artigo 9º, inciso XVIII, do Prêmio CNJ de Qualidade e à Lei Federal nº 14.448, de 2022, que trata da política de atendimento humanizado às vítimas.



ESMAT REALIZA CURSO FOCADO EM PERÍCIA GENÉTICA E FORENSE DE DOCUMENTOSCOPIA E COMPUTAÇÃO

O curso “Perícia Genética, Cibernética e de Documentoscopia”, voltado a magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense – com ênfase nas Varas e Câmaras Criminais –, além de advogados(as) e demais parceiros(as) do Sistema de Justiça, teve seu primeiro encontro realizado de forma presencial no dia 27 de março, na sede da Esmat.

No primeiro módulo da capacitação, foi abordado o tema “Perícia Especializada de Documentoscopia Forense”, com discussões sobre exames periciais documentoscópicos, grafoscópicos, grafodocumentoscópicos, contrafação de objetos, elementos de segurança em documentos oficiais, entre outros tópicos relevantes.

As atividades iniciais foram conduzidas pelo facilitador José Francisco Valim de Almeida, perito criminal da Polícia Científica do Estado do Tocantins, chefe do Núcleo Especializado de Documentoscopia Forense e especialista na área. Com carga horária de 28 horas-aula, a capacitação teve continuidade até o dia 11 de abril.



FORMAÇÃO UNE DIREITO AMBIENTAL E CONTRATOS AGRÁRIOS SOB A ÓPTICA DA SUSTENTABILIDADE

O curso “Direito Ambiental e Contratos Agrários: Sustentabilidade e Prática Jurídica”, promovido pela Esmat e voltado a magistrados(as), servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e profissionais do Direito, foi realizado nos dias 20 e 21 de março.

Durante a abertura, a desembargadora Ângela Issa Haonat, diretora adjunta da Esmat, destacou que a iniciativa atendeu a uma demanda crescente por capacitação técnica na interface entre meio ambiente e atividade jurídica. “Essas informações são importantes aos(as) magistrados(as) e servidores(as) quando estiverem atuando nas demandas ambientais, que constantemente são registradas nos gabinetes”, afirmou.

Com carga horária de 16 horas-aula, a formação foi ministrada pelos professores doutores Marília Longo e Antonio Carmelo Zanette, com monitoria do servidor Hudson Andrade. A proposta do curso foi capacitar os(as) participantes para a aplicação prática das legislações ambientais e agrárias, com ênfase na sustentabilidade, na resolução de conflitos e na atuação interdisciplinar no setor agrícola e fundiário.



ESMAT AMPLIA CULTURA DIGITAL COM CAPACITAÇÃO EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Ao longo do primeiro semestre de 2025, a Esmat ofertou quatro turmas do curso autoinstrucional FluêncIA sobre Inteligência Artificial, iniciativa realizada em parceria com a Microsoft, com o objetivo de capacitar magistrados(as), servidores(as), estagiários(as), residentes jurídicos(as) e membros da comunidade externa para o uso responsável e produtivo de tecnologias baseadas em IA.

Com carga horária de 12 horas-aula, o curso foi disponibilizado integralmente por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Escola e estruturado em trilhas de conteúdos teóricos e práticos, incluindo videoaulas, transcrições, apostilas, artigos e links complementares. A proposta formativa abordou conceitos fundamentais da Inteligência Artificial, com ênfase na IA Generativa, ferramentas como Bing Chat e Copilot, além de reflexões éticas sobre o uso dessas tecnologias no contexto jurídico.

A primeira turma foi realizada de 5 de março a 13 de abril; a segunda, de 14 de abril a 23 de maio; e a terceira turma, inicialmente prevista para encerrar em 4 de julho, teve o cronograma estendido até o dia 14 do mesmo mês, permitindo a finalização das atividades avaliativas; e, por fim, a quarta e última turma foi desenvolvida no período de 15 de setembro a 24 de outubro. Coordenado pelo desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, e por Ana Beatriz de Oliveira Pretto, diretora executiva da Escola, o curso atendeu ao compromisso institucional de democratizar o acesso ao conhecimento digital, promovendo mais fluência tecnológica entre os(as) profissionais do Sistema de Justiça Tocantinense.

Depoimentos de participantes ressaltaram o impacto positivo da formação na rotina profissional, destacando a abordagem acessível dos conteúdos e a contribuição para o entendimento prático da IA no serviço público. A juíza Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi avaliou a capacitação como um “divisor de águas” e enfatizou que “por meio de uma base produtiva confiável é possível mais eficiência e celeridade na prestação jurisdicional”.



ACESSIBILIDADE: UM CONCEITO PARA TODOS(AS)

“Tudo é acessibilidade.” Essa afirmação foi o ponto de partida para um olhar mais atento e aprofundado sobre inclusão no curso Acessibilidade Digital, promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), com apoio da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI), nos dias 24 e 25 de março.

Ministrado pelo professor Marcelo Sales, o curso foi estruturado para capacitar servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e atender ao requisito 2.8 da Resolução nº 401, de 2021, que trata da acessibilidade nos serviços digitais. Mas, mais do que uma questão normativa, as atividades evidenciam que acessibilidade é um compromisso contínuo de aprimoramento e de transformação.

Logo no início, a proposta ficou clara: acessibilidade não é uma pauta exclusiva para pessoas com deficiência – é um direito que beneficia a todos(as). Afinal, quem nunca precisou aumentar a fonte de um texto para ler sob um sol intenso (principalmente no Tocantins)? Ou ativar legendas para entender um vídeo em um ambiente barulhento? Acessibilidade está presente em situações do cotidiano que muitas vezes passam despercebidas.

O curso foi organizado em quatro módulos que equilibraram teoria, prática e reflexão crítica. Desde os fundamentos da acessibilidade e a aplicação correta das diretrizes da Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) até a relação entre design inclusivo e design universal, os(as) alunos(as) matriculados(as) foram convidados(as) a enxergar a acessibilidade como parte essencial da experiência digital.

Marcelo destacou a importância de abandonar abordagens rígidas e checklist automatizados como única solução para acessibilidade digital. “Acessibilidade não é sobre resolver tudo de uma vez, mas sim um processo contínuo e com estabelecimento de prioridades de correções. Sempre há espaço para melhorar”, enfatizou o professor.



Sales ressaltou que é fundamental validar as ferramentas e produtos digitais com pessoas com deficiência. E que para que não seja meramente reativa, acessibilidade precisa ser construída com governança, processos estruturados e compliance. “Tudo começa no compliance”, ele disse.

A abordagem adotada na capacitação, além de promover o entendimento das diretrizes técnicas, também fomentou o início de um processo de aculturamento organizacional. Para os(as) participantes, ficou evidente que tornar o digital mais inclusivo exige comprometimento constante, capacitação e engajamento coletivo. Nesse sentido, a acessibilidade digital, portanto, não deve ser tratada como um diferencial, mas sim como um pilar de equidade e de eficiência, porque, no fim, tudo é acessibilidade.

ADOÇÃO EM FOCO: OS DESAFIOS LEGAIS E AS ESPECIFICIDADES PRÁTICAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO ATUAL

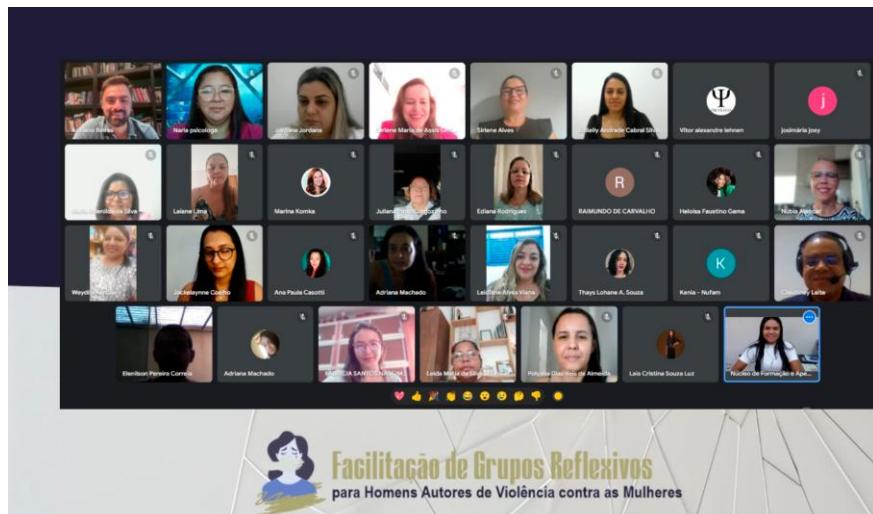
Com foco na qualificação técnica de profissionais que atuam no sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente, a Esmat realizou, de 20 de março a 1º de maio, o curso Aspectos Sócio-Históricos, Legais da Adoção e suas Especificidades. A capacitação foi voltada para servidores(as) e profissionais credenciados(as) do Grupo de Gestão das Equipes Multidisciplinares (GGEM), especialmente nas áreas de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social.

Com carga horária de 50 horas-aula, a capacitação foi ministrada de forma virtual, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat e de webaulas realizadas via Google Meet. O curso abordou os fundamentos históricos e legais da adoção no Brasil, bem como as práticas profissionais relacionadas às fases do processo adotivo, suas especificidades e os impactos sociais, políticos e psicológicos decorrentes da adoção.

A primeira aula tratou da ambientação no curso e do papel das equipes técnicas no acompanhamento dos casos, com destaque para a atuação do GGEM na promoção dos direitos sociais. As atividades formativas foram conduzidas pelas facilitadoras Milena Blumetti da Silva, Christiane de Holanda Camilo e Denise do Carmo Ferreira, com tutoria pedagógica da servidora Sabrina D. Lizandro Timotheo de Sousa Freitas, que acompanhou os(as) participantes ao longo de toda a formação.



FORMAÇÃO QUALIFICA PROFISSIONAIS PARA CONDUÇÃO DE GRUPOS REFLEXIVOS NO CONTEXTO DA VIOLENCIA DE GÊNERO



Com o objetivo de ampliar a qualificação de profissionais envolvidos(as) no enfrentamento à violência de gênero, a Esmat promoveu, no período de 7 de março a 25 de abril, o curso Facilitação de Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência contra as Mulheres. A capacitação foi coordenada pela juíza Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira e destinada a profissionais das áreas de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia credenciados(as) no Grupo Gestor de Equipes Multidisciplinares (GGEM), que atuam em processos relacionados à violência doméstica e familiar.

Com carga horária de 70 horas-aula, a formação teve como foco preparar os(as) participantes para desenvolver trabalhos em Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência (GHAV). As atividades combinaram módulos teóricos e workshops práticos, baseando-se em marcos normativos nacionais e internacionais, pesquisas sobre masculinidades e abordagens críticas sobre violência de gênero.

Durante a abertura da capacitação, realizada no dia 10 de março, a juíza Cirlene destacou a importância do trabalho intersetorial e da formação continuada dos(as) profissionais que atuam na rede de proteção. A equipe docente foi composta por especialistas com ampla experiência na área: Adriano Beiras, Ricardo Bortoli, Cleide Gessele e Camila Maffioletti Cavaler.

MAGISTRADOS(AS) E SERVIDORES(AS) APROFUNDAM ATUAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS E DA FAZENDA PÚBLICA

De 8 a 10 de abril, a Esmat realizou o curso Juizados Especiais e da Fazenda Pública: Teoria e Prática das Decisões, voltado a magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. Com 20 horas-aula e credenciamento pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), a atividade teve como objetivo aprimorar a atuação dos(as) participantes no âmbito dos Juizados Especiais Estaduais Cíveis e da Fazenda Pública.

Coordenado pelo juiz Gilson Coelho Valadares, o curso foi ministrado pelo juiz de Direito Maurício Ferreira Cunha. Doutor em Direito Processual, pela PUC Minas, e estruturado em cinco módulos. O conteúdo abordou temas como competência, gestão de conflitos, intervenção de terceiros, participação do Ministério Público, procedimentos e elaboração de decisões judiciais, com enfoque na prática e nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As aulas foram realizadas presencialmente na sede da Esmat, com metodologias que incluíram exposição dialogada e técnicas como os "quatro cantos" e o modelo GV-GO, favorecendo a troca de experiências e a aplicação prática do conteúdo discutido. Foram disponibilizadas cinquenta vagas, sendo quarenta para magistrados(as) e dez para servidores(as), com possibilidade de remanejamento conforme a demanda.



SERVIDORES PARTICIPAM DE CAPACITAÇÃO FOCADA NA OTIMIZAÇÃO DO FLUXO PROCESSUAL EM UNIDADE CÍVEL

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) realizou, nos dias 13 e 14 de março, o curso SECI – Palmas: Cumprimento dos Processos da 7ª Vara Cível, com o objetivo de promover o conhecimento sobre a padronização e o cumprimento dos processos desta Vara, além da utilização das ferramentas disponíveis no sistema eproc.

Com duração de 4 horas, as duas turmas da capacitação foram ministradas pela facilitadora Lilian Carvalho Lopes, mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela UFT/Esmat, e assessora jurídica de 1ª Instância, lotada na 7ª Vara Cível da comarca de Palmas.

As atividades seguiram uma metodologia expositiva, que combinou a parte teórica e a contextualização do conteúdo com a parte prática, abordando temas como pedidos de homologação de acordo e de extinção do processo, curadoria especial, entre outros.

JUDICIÁRIO É CAPACITADO PARA ATENDIMENTO HUMANIZADO À POPULAÇÃO LGBTQIAPN+



The image shows a grid of 50 video feeds from a virtual meeting, likely a webaula. Each feed displays a participant's face and a small caption below. The grid is arranged in 10 rows and 5 columns. The first row has 5 feeds, the second has 10, and the remaining 8 rows have 6 feeds each. The participants are diverse in gender and ethnicity. Below the grid, there is a logo for the 'PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO TOCANTINS' and the 'Escola Superior da Magistratura Tocantinense'.

HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS LGBTQIAPN+: DESAFIOS PARA O PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO TOCANTINS

Escola Superior da Magistratura Tocantinense

Missão
"Formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional."

No período de 25 de abril a 19 de maio, a Esmat realizou o curso Humanização do Atendimento às Pessoas LGBTQIAPN+: Desafios para o Poder Judiciário. Destinada a magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, a atividade teve como objetivo promover um atendimento mais inclusivo, respeitoso e alinhado aos princípios dos direitos humanos.

Coordenado pela juíza Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi, o curso foi conduzido de forma virtual e abordou conceitos fundamentais sobre identidade de gênero, orientação sexual, expressão de gênero, interseccionalidades e os desafios enfrentados por pessoas LGBTQIAPN+ no acesso à Justiça. A metodologia proposta integrou aspectos teóricos e reflexões críticas a partir da abordagem das Ciências Sociais.

A primeira webaula foi ministrada pela professora Bruna Andrade Irineu, docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e tratou das relações entre corpo, gênero, sexualidade, raça, etnia e classe social, considerando os marcadores de desigualdade que atravessam o atendimento institucional.

Com cinquenta vagas ofertadas – dez para magistrados(as) e quarenta para servidores(as) –, a capacitação buscou sensibilizar os(as) participantes para uma escuta mais qualificada e uma atuação isenta de preconceitos, contribuindo para a promoção da equidade no acesso à Justiça.

CAPACITAÇÃO PROMOVE QUALIFICAÇÃO EM ELABORAÇÃO OFICIAL E REVISÃO DE ATOS

Nos dias 31 de março e 1º de abril, a Esmat promoveu o curso Redação, Elaboração Oficial de Atos Normativos e Técnica Legislativa, voltado a magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. A capacitação teve como objetivo qualificar os(as) participantes para a correta elaboração, análise e revisão de atos normativos, com base em diretrizes de clareza, coerência e precisão técnica, em conformidade com a legislação vigente.

Com carga horária de 16 horas-aula, o curso foi ministrado pelo professor Valcir Gassen. Pós-Doutor, pela Universidade de Alicante (Espanha) e pela Thomas Jefferson School of Law (EUA). doutor em Direito, pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor associado da Universidade de Brasília (UnB).

Coordenado pelo desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, o curso abordou fundamentos de Direito Constitucional, processo legislativo, tipos de linguagem jurídica, técnicas de atualização normativa e as etapas de desenvolvimento de um ato normativo.



CURSO SOBRE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E IA QUALIFICA EQUIPES DE LICITAÇÕES E DE GESTÃO DE CONTRATOS

Em 2025, a Esmat realizou duas turmas do curso “Planejamento das Contratações Públicas apoiadas na Inteligência Artificial, em conformidade com a Nova Lei de Licitações”, voltadas a servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense que atuam diretamente com licitações, gestão e fiscalização de contratos, bem como gestão de riscos. Cada turma contou com 16 horas de formação, estruturadas em atividades teórico-práticas alinhadas à Lei nº 14.133/2021, à Resolução nº 468 do CNJ e às normativas correlatas.

A primeira turma foi conduzida pelos professores Eduardo André Carvalho Schiefler e Gustavo Henrique Carvalho Schiefler, com foco na utilização de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa para apoiar o planejamento das contratações. Entre os destaques, esteve a oficina sobre o Documento de Formalização da Demanda (DFD) com IA, em que os(as) participantes foram introduzidos(as) ao papel do DFD na nova lei de licitações, à elaboração de prompts eficazes e à análise dos resultados produzidos pelas ferramentas de IA, identificando oportunidades de melhoria nos fluxos de trabalho.

A segunda turma foi ministrada por Silvio César da Silva Lima, especialista em contratações públicas e assessor técnico da Advocacia-Geral da União (AGU). Com metodologia predominantemente prática, a capacitação trabalhou a compreensão e a aplicação de conceitos e ferramentas de inteligência artificial em todas as fases das contratações públicas — do planejamento à execução e ao controle. A programação incluiu demonstrações de soluções de IA generativa, como assistentes jurídicos virtuais, e oficinas com casos simulados, além de promover reflexões sobre riscos e limites éticos do uso da IA na Administração Pública, abordando temas como viés algorítmico, transparência, governança e responsabilidade no uso dessas tecnologias.



**Atualização em
Perícias Médicas
Judiciais**

PODER JUDICIÁRIO
TJTO
ESTADO DO TOCANTINS

Escola Superior da
Magistratura Tocantinense

CURSO ATUALIZAÇÃO EM PERÍCIAS MÉDICAS JUDICIAIS

No período de 14 de abril a 17 de novembro, a Esmat ofertou o curso Atualização em Perícias Médicas Judiciais, na modalidade autoinstrucional, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Com carga horária de 30 horas, a capacitação foi voltada a médicos(as) interessados(as) no credenciamento na Junta Médica do Poder Judiciário Tocantinense (JMED).

O curso teve como objetivo fortalecer uma atuação técnica, ética e juridicamente alinhada às exigências legais que regem a perícia médica judicial. O conteúdo programático abrangeu temas essenciais, como Estrutura E Funcionamento da JMED, Responsabilidade Profissional, Fundamentos Médico-Jurídicos e o Uso de Plataformas Eletrônicas como o Eproc e o SEEU.

As atividades foram conduzidas pelo doutor Sérgio Rodrigo Stella, médico psiquiatra e perito oficial do TJTO, com organização flexível, permitindo aos(as) participantes realizarem os estudos conforme sua disponibilidade, favorecendo a autonomia no processo de aprendizagem.

CURSO SOBRE SENTENÇA PENAL COMBINA TEORIA E PRÁTICA PARA FORTALECER FUNDAMENTAÇÕES NO JUDICIÁRIO

De 22 a 25 de abril, a Esmat realizou o curso Sentença Penal na Prática, destinado a assessores(as) de magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense. A atividade presencial, com carga horária de 16 horas-aula, teve como foco o aperfeiçoamento da elaboração e análise de sentenças penais, com abordagem integrada entre aspectos teóricos e aplicação prática.

Coordenado pelo juiz Wellington Magalhães e ministrado pelo professor Yuri Anderson Pereira Jurubeba, doutor em Direito pela PUC-Rio, o curso promoveu reflexões sobre estrutura técnica da sentença, fundamentos jurídicos, dosimetria da pena, prescrição, materialidade, autoria, substituição de pena, sursis e efeitos da condenação, entre outros tópicos.

A programação foi dividida em dois módulos. O primeiro abordou os elementos gerais da sentença penal; o segundo focou na prática, com análise de casos relacionados a crimes patrimoniais, crimes sexuais, tráfico de drogas e violência doméstica. As atividades incluíram exercícios práticos, simulações e estudos de caso, com o objetivo de proporcionar mais segurança jurídica às decisões judiciais.

As cinquenta vagas foram preenchidas por meio de indicações do Núcleo de Apoio às Comarcas (Nacom) e das comarcas do TJTO.



FORMAÇÃO ESTRATÉGICA FOCA NO MAPEAMENTO DE PROCESSOS E MITIGAÇÃO DE RISCOS

Servidores(as) de diferentes setores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) com atuação em áreas estratégicas da administração participaram, nos dias 24 e 25 de abril, da capacitação ofertada pela Esmat sobre mapeamento de processos e gestão de riscos.

O curso ocorreu de forma presencial, na sede da Escola, com carga horária de 16 horas, tendo como foco capacitar os(as) participantes para mapear os processos, identificar os riscos presentes inserindo melhorias com base nos riscos identificados, conforme metodologia estabelecida no Manual de Gestão de Riscos do TJTO, desenvolvendo habilidades e competências para compreender, aplicar e aprimorar técnicas de mapeamento de processos e identificação de riscos, a fim de otimizar a eficiência operacional, promover a transparéncia organizacional e fortalecer a capacidade de tomada de decisões embasadas em evidências.

A programação incluiu temas como notação BPMN 2.0, uso do Bizagi Modeler, construção dos fluxos AS-IS e TO-BE, coleta e documentação de dados, além da identificação e avaliação de riscos. Os(As) participantes também realizaram exercícios voltados à elaboração de planos de tratamento e estratégias de monitoramento.

O curso foi ministrado por Ana Carolina Alcântara Vago, analista da Embrapa na área de Gestão de Riscos e Controles, e Sandro Tomazelle de Oliveira Lima, analista judiciário do Tribunal Superior do Trabalho (TST).



Escola Superior da
Magistratura Tocantinense



MAGISTRADOS(AS) E SERVIDORES(AS) RECEBEM CAPACITAÇÃO EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA

Em 2025, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) promoveu quatro turmas do curso Suporte Básico de Vida e Primeiros Socorros, com o objetivo de orientar magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense sobre condutas adequadas em situações emergenciais, até a chegada do serviço de saúde especializado.

A primeira turma foi realizada no dia 29 de abril, no Fórum da Comarca de Miracema; a segunda, no dia 13 de maio, na Comarca de Paraíso do Tocantins; a terceira, no dia 16 de setembro, na CGJUS; e a quarta, no dia 4 de novembro, no TJTO. Todas foram conduzidas pelos facilitadores Bruno Ribeiro Rocha (enfermeiro, pós-graduado em Urgência e Emergência, Oncologia Clínica e Terapia Intensiva) e Elaine Cristina Ferreira (médica cardiologista e coordenadora do Espaço Saúde do TJTO).

Durante as atividades, os(as) participantes receberam instruções sobre primeiros socorros em casos de desmaios, convulsões, engasgos, hemorragias, queimaduras e Parada Cardiorrespiratória (PCR), entre outros atendimentos de urgência. O curso destacou a importância do Suporte Básico de Vida como ferramenta fundamental para a redução da morbimortalidade em situações críticas. Voltada a servidores(as) e magistrados(as), a iniciativa teve caráter prático e preventivo, contribuindo para a disseminação de conhecimentos essenciais à preservação da vida no ambiente institucional.



SEXTA EDIÇÃO DA FORMAÇÃO EM JUSTIÇA RESTAURATIVA CONSOLIDA A EXPANSÃO DA CULTURA DE PAZ NO JUDICIÁRIO

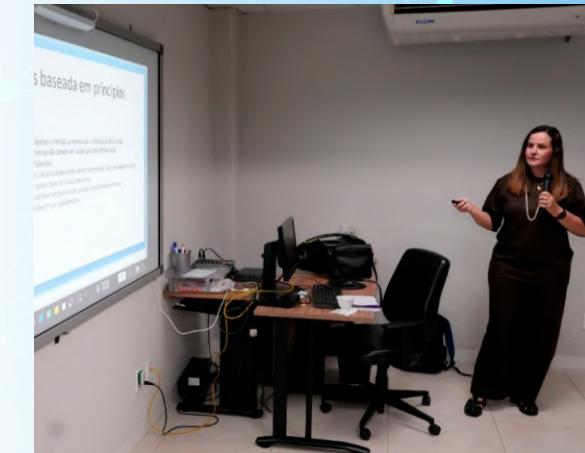
A Esmat deu início, em 11 de abril, à sexta edição do curso Formação de Facilitadores Restaurativos. Encerrado em 11 de julho, a iniciativa faz parte da política institucional de disseminação da Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário Tocantinense, em conformidade com a Resolução nº 225 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2016.

Com carga horária de 70 horas e oferta de 30 vagas, o curso foi coordenado pela juíza Silvana Maria Parfieniuk e teve como públicos-alvo magistrados(as), servidores(as), integrantes do Sistema de Justiça e representantes da sociedade civil, indicados(as) pelos Cejuscs dos polos regionais e pela coordenação do Nupemec.

A programação foi estruturada em três etapas: teórica, prática e estágio supervisionado. A etapa teórica foi conduzida pelas facilitadoras Mayara de Carvalho Siqueira e Lorena da Cruz Neves Pimenta Gutierrez, com temas como Fundamentos dos Círculos Restaurativos, Técnicas de Comunicação Não Violenta, Elaboração de Acordos e Estrutura dos Processos Circulares. Uma das aulas de destaque foi ministrada pela juíza Luciana Costa Aglantzakis, que abordou a introdução prática à Justiça Restaurativa.

No período de 12 a 14 de maio, os(as) participantes passaram pela etapa prática, denominada Os Círculos em Movimento, vivenciando atividades como cerimônias de abertura e encerramento de círculos, construção coletiva de valores e aplicação de técnicas de escuta ativa e construção de consenso.

Para consolidar os aprendizados, a etapa final do curso contou com a realização de círculos restaurativos supervisionados em escolas, comunidades ou instituições parceiras, no período de 15 de maio a 11 de julho. Essa fase prática visou aplicar, em contextos reais, os princípios e métodos da Justiça Restaurativa.



ESMAT ACOLHE NOVOS(AS) SERVIDORES(AS) DO JUDICIÁRIO COM FORMAÇÃO VOLTADA À ÉTICA, SISTEMAS E CULTURA INSTITUCIONAL

A Esmat realizou, de 28 a 30 de abril, a terceira turma do curso Formação Inicial dos(as) Novos(as) Servidores(as) do Poder Judiciário. A capacitação foi promovida de forma presencial e teve como objetivo acolher e orientar os(as) recém-empossados(as), fortalecendo o alinhamento ético, técnico e institucional à missão do Poder Judiciário Tocantinense.

Com carga horária de 24 horas, o curso abordou conteúdos voltados à ética e à disciplina na Administração Pública, saúde do(a) trabalhador(a), direitos e benefícios dos(as) servidores(as), sustentabilidade, acessibilidade e treinamento nos principais sistemas utilizados pelo Judiciário, como SEI, SEEU e Eproc. A programação incluiu ainda a posse coletiva dos(as) participantes e visita guiada às instalações do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral de Justiça.

Ao todo, 22 novos(as) servidores(as) participaram da formação, entre eles(as) técnicos(as) judiciários(as) nas áreas Administrativa e de Informática. A atividade foi conduzida por especialistas e servidores(as) do próprio TJTO, com o propósito de desenvolver competências essenciais para uma atuação eficiente, ética e comprometida com os princípios da administração pública.

A solenidade de abertura contou com a presença do diretor geral do TJTO, Francisco Alves Cardoso Filho, e da coordenadora de assessoramento jurídico da Diretoria Geral, Juliana Alencar Wolney Aires Campos.



CAPACITAÇÃO ESTRATÉGICA FOCA NO MAPEAMENTO E DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO

Nos dias 22 e 23 de maio, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) promoveu o curso Gestão de Pessoas por Competência, voltado a servidores e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense. Com carga horária de 16 horas, a capacitação foi conduzida pelo professor Gottardo Celso Ferreira Dias, especialista na área de desenvolvimento institucional.

O curso teve como objetivo qualificar os(as) participantes para aplicar metodologias de mapeamento de competências e dimensionamento da força de trabalho nas unidades do Tribunal de Justiça, alinhando a gestão de pessoas aos objetivos estratégicos do Judiciário.

A abertura da atividade contou com a presença da desembargadora Ângela Prudente, que destacou a importância de investimentos contínuos na formação dos(as) profissionais do Judiciário para fortalecer a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

CURSO SOBRE DESCARBONIZAÇÃO NO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE REFORÇA COMPROMISSOS COM A RESOLUÇÃO Nº 594 DO CNJ

Desenvolvido nos dias 12 e 13 de maio, o curso Descarbonização e Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) teve como objetivo capacitar magistrados(as) e servidores(as) para elaboração de inventário de emissão de gases de efeito estufa, visando quantificar e identificar oportunidades de redução das emissões de gases poluentes nas atividades do Judiciário, seguindo a Resolução nº 594 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que criou o programa Justiça Carbono Zero.

Durante o curso, os(as) participantes aprenderam a calcular as emissões de gases de efeito estufa e a aplicar estratégias de redução e de compensação com base na totalidade de emissões do PJTO, em consideração aos mecanismos de cálculo gerenciados pela Coordenadoria de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social (Cogersa). A iniciativa faz parte de um conjunto de ações sustentáveis já desenvolvidas pelo TJTO, como o projeto Plantar para Compensar e campanhas educativas sobre o descarte correto de resíduos sólidos.

A desembargadora Ângela Prudente, coordenadora da capacitação, destacou a importância da capacitação e o papel do Judiciário na preservação ambiental. “O Poder Judiciário tem responsabilidade direta com o futuro do planeta. A Resolução nº 594 do CNJ nos chama à ação concreta e planejada, e este curso é um passo fundamental nessa direção. Já desenvolvemos ações como o projeto Plantar para Compensar e campanhas de conscientização sobre resíduos sólidos, mas precisamos avançar ainda mais. Acreditamos que uma Justiça moderna também deve ser uma Justiça sustentável, comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com o bem-estar das próximas gerações”, afirmou.



CURSO DE GESTÃO E LIDERANÇA FORTALECE O ENGAJAMENTO E O RECONHECIMENTO PROFISSIONAL NA JUSTIÇA

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça, realizou nos dias 16, 22 e 23 de maio o curso Gestão de Pessoas e Liderança, voltado a magistrados(as) e servidores(as) que exercem funções de gestão no Poder Judiciário Tocantinense.

Com carga horária de 20 horas, o curso foi ministrado na modalidade híbrida – com etapa online via *Google Meet* e encontros presenciais na sede da Esmat, em Palmas. A proposta foi capacitar os(as) participantes para atuarem como líderes capazes de promover um ambiente de trabalho respeitoso, seguro e de alto desempenho.

A abertura do módulo presencial contou com a participação do desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, corregedor-geral da Justiça, que ressaltou a importância da formação contínua: “Vim aqui agradecer a vocês e desejar a todos(as) um ótimo curso. Preciso de todos(as) vocês bem preparados(as) para nos auxiliarem nas ações da Corregedoria”.

Entre os facilitadores estiveram: Carlos Henrique Borlido Haddad, juiz federal e professor da UFMG, doutor em Ciências Penais e pós-doutor, pela Universidade de Michigan (EUA); e Luiz Antonio Capanema Pedrosa, engenheiro, doutorando no MIT e mestre, pela Universidade de Kyoto (Japão). A servidora Glacielle Borges Torquato, participante do curso, destacou a relevância do conteúdo: “Mais importante do que julgar processos é gerir bem a vara. A formação fortalece a autogestão e melhora a organização do trabalho, impactando diretamente na qualidade dos serviços entregues”.

QUALIFICAÇÃO APRIMORA O OLHAR SOBRE O JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO



A formação, credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), também abordou o uso e a aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, conforme as Recomendações nº 79, de 2020, e nº 128, de 2022, ambas do CNJ.

ESMAT CAPACITA PROFISSIONAIS DA JUSTIÇA PARA INSPEÇÕES EM PROGRAMAS SOCIOEDUCATIVOS

A Esmat realizou, no período de 5 de maio a 13 de junho, o curso Inspeções Judiciais em Programas de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e em Unidades do Meio Fechado, e Preenchimento do Cadastro Nacional de Inspeções de Unidades e Programas Socioeducativos (CNIUPS). A capacitação ocorreu na modalidade EaD, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat (AVA), com carga horária de 45 horas-aula.

Destinado a 230 profissionais, o curso teve como público servidores(as) indicados(as) pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF). A coordenação foi do juiz José Eustáquio Melo Júnior.

A capacitação teve como foco aprimorar a realização de inspeções judiciais fundamentadas, conforme as normas legais vigentes, contribuindo para a proteção dos direitos de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e para a criação de um ambiente seguro e de reintegração social. No primeiro encontro, realizado no dia 6 de maio, as professoras Ilana Paiva (UFRN/UFPB) e Jalusa Arruda (UFBA) abordaram temas como Adolescência e Ato Infracional, Medidas em Meio Aberto e o Ciclo Socioeducativo.

A Esmat realizou, no período de 12 a 30 de maio, o curso Aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero para Garantia de Acesso à Justiça, na modalidade Educação à Distância (EaD), por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Com 30 horas de carga horária, a atividade foi coordenada pela juíza Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira e contou com a participação de magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. O objetivo da capacitação foi orientar os(as) participantes quanto à aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, conforme a Resolução nº 492 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2023, promovendo uma atuação mais sensível, inclusiva e efetiva no acesso à Justiça.

Durante o curso, os(as) participantes tiveram acesso a conteúdos relacionados às interseccionalidades, à dogmática penal e ao processo penal feminista, ao direito das famílias, à atuação do Judiciário no enfrentamento à violência contra as mulheres e à jurisprudência sob perspectiva de gênero.

Na abertura do curso, a professora Fabiana Cristina Severi ministrou o módulo Justiça em Perspectiva de Gênero e Interseccionalidades, com reflexões sobre estereótipos no Direito, violência de gênero e as diretrizes do julgamento com perspectiva de gênero.





MAGISTRADOS(AS) E SERVIDORES(AS) PARTICIPAM DE CURSO SOBRE JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

Com foco na efetividade das decisões judiciais em matéria de saúde, a Esmat realizou, no período de 27 de maio a 25 de junho, o curso Teoria e Prática dos Processos de Judicialização da Saúde. A capacitação foi oferecida na modalidade EaD, com carga horária de 20 horas-aula. Coordenado pela juíza Milene de Carvalho Henrique, o curso teve como objetivo orientar magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense sobre a aplicação das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Temas 1.234 e 6, promovendo harmonização entre o direito à saúde e a sustentabilidade do sistema público.

O corpo docente contou com especialistas de referência: Diego Veras, juiz federal atualmente convocado para atuar como juiz auxiliar no STF; Artur Pinto Filho; Rafaela Mari Turra; João Pedro Gebran; Renato Luis Dresh; Luciana da Veiga Oliveira; e Ana Carolina Morozowski. Durante a aula inaugural, o professor Diego Veras destacou a importância de uma mudança de cultura institucional baseada em três pilares: “O médico, que agora terá responsabilidade ética e de acompanhamento pela prescrição; a administração pública, que deverá editar um ato administrativo fundamentando a negativa; e o Judiciário, que precisa se ater ao conteúdo desse ato, seja ele comissivo ou omissivo”.



REDAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DE EMENTAS:

IMPLEMENTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO
Nº 154/2024 DO CNJ

Com foco no aperfeiçoamento da técnica redacional e na padronização das ementas jurisprudenciais, a Esmat promoveu, no período de 7 de maio a 30 de junho, o curso Redação, Estruturação e Padronização de Ementas: Implementação da Recomendação nº 154 do CNJ, de 2024. A capacitação foi voltada a assessores(as) jurídicos(as) de magistrados(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), com carga horária de 40 horas e atividades realizadas na modalidade EaD.

A abertura oficial da capacitação ocorreu em 8 de maio, com webaula conduzida pela professora Dulce Dias Ribeiro Pontes. Na ocasião, a desembargadora Maysa Vendramini Rosal, presidente do TJTO e coordenadora da ação, destacou a importância da qualificação técnica para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

“Tenho certeza de que este curso foi produtivo e relevante para o aperfeiçoamento das ementas, tornando a prestação jurisdicional mais eficaz”, afirmou a magistrada. Ela também ressaltou a necessidade de conciliar inovação com as diretrizes do CNJ: “Precisamos inovar na produção de ementas, mas também seguir os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Esse aperfeiçoamento fortalece a estruturação das decisões judiciais”.

Dividido em duas etapas, o curso abordou os temas “Ementa Perfeita – Curso básico de elaboração de ementas” – e “Uso da Inteligência Artificial Generativa (IAGen) na elaboração de ementas judiciais”, totalizando dez módulos. A primeira parte foi conduzida pela professora Dulce Pontes, analista judiciária do TJPE e integrante do Centro de Inteligência da Justiça Estadual de Pernambuco.

Em sua fala inaugural, a docente compartilhou com os(as) participantes seu entusiasmo pela temática. “Acredito muito no que estamos construindo aqui. Tratamos não só da redação das ementas, mas também da condensação e dos elementos essenciais do acórdão. Espero que essa experiência tenha ido além da técnica”, pontuou. A segunda etapa teve início em 12 de junho, com o módulo ministrado pelo professor Irving Willian Chaves Holanda. Especialista em Inteligência Artificial aplicada ao Direito, o docente abordou a estrutura e a eficiência na geração de ementas com apoio de IA, ampliando o debate sobre inovação na atividade judicial. As 55 vagas da capacitação foram preenchidas por meio de indicações dos gabinetes da Presidência, da Corregedoria-Geral da Justiça e dos(as) desembargadores(as) do TJTO.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL no Poder Judiciário



Ao longo do primeiro semestre de 2025, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) promoveu quatro turmas do curso Transformação Digital no Poder Judiciário, conduzidas pelo desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem). A capacitação reuniu servidores(as), assessores(as) jurídicos(as) e magistrados(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), propondo uma abordagem crítica, reflexiva e interdisciplinar sobre os impactos das tecnologias emergentes na Justiça brasileira.

Com carga horária variável entre 12 e 16 horas, as turmas foram realizadas de forma presencial na sede da Esmat, em Palmas, com foco na compreensão e na aplicação de ferramentas como Inteligência Artificial Generativa, Interfaces Digitais, Sistemas Inteligentes, Bing Chat e Copilot, além de debates sobre ética, exclusão digital e racionalidade computacional.

A primeira turma, voltada a servidores(as) e residentes jurídicos(as), ocorreu de 13 a 15 de maio. Na abertura, Villas Boas provocou os(as) participantes a pensarem a transformação digital como fenômeno complexo e histórico, destacando a importância da consciência ética diante do uso massivo de tecnologias. “A técnica e a ciência precisam estar a serviço do humano. O Judiciário precisa de suporte sistêmico para lidar com essas mudanças com responsabilidade e estratégia”, afirmou.



A segunda turma foi realizada em 12 e 13 de junho, com foco em assessores(as) jurídicos(as). Nessa etapa, o desembargador compartilhou experiências desde o início do processo de digitalização no TJTO e refletiu sobre os avanços pós-pandemia. “Fomos o primeiro Tribunal de Justiça do país a realizar sessões virtuais durante o período crítico da Covid-19. Isso exigiu preparo, inovação e compromisso com a continuidade jurisdicional”, reembrou.

A terceira turma, voltada a magistrados(as) e assessores(as), ocorreu nos dias 7 e 8 de agosto. Sob a coordenação do juiz Wellington Magalhães, a capacitação manteve o eixo interdisciplinar e reforçou a importância de alinhar inovação tecnológica às diretrizes de acesso, eficiência e equidade no sistema de Justiça. As discussões abordaram ainda os desafios da automação de processos, a governança digital e os impactos dos algoritmos na tomada de decisões judiciais.

Por fim, a quarta turma, voltada também para, além de magistrados(as) e servidores(as) do TJTO, profissionais de instituições parceiras, como o Tribunal Regional Eleitoral, o Ministério Público e a Defensoria Pública, foi realizada nos dias 25 e 26 de agosto.

Em depoimento, Roberta Maciel, assessora administrativa da Corregedoria Eleitoral do TRE-TO, relatou que a capacitação proporcionou uma experiência formativa relevante, com conteúdos aprofundados e interação dinâmica.

“Como entusiasta da inovação e da tecnologia, já utilizo a Inteligência Artificial desde que se tornou acessível, mas participar do curso de Transformação Digital tem sido uma experiência transformadora. O desembargador Marco trouxe conteúdos de altíssima relevância, abordando conceitos aprofundados e promovendo uma interação dinâmica com a turma. As atividades práticas apresentadas são extremamente úteis e certamente serão aplicadas no dia a dia do meu trabalho no TRE”, disse.

ESMAT PROMOVE CURSO SOBRE BLOCKCHAIN E CRIPTOATIVOS COM FOCO NA PRÁTICA JURÍDICA E NAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

A Esmat realizou, nos dias 12 e 13 de junho, o curso “Blockchain e Criptoativos: Aspectos Introdutórios e Práticos”, voltado a magistrados(as), servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e representantes do Sistema de Justiça. A formação teve carga horária de 16 horas-aula e foi conduzida presencialmente na sede da Esmat, em Palmas.

Coordenado pela desembargadora Ângela Issa Haonat, o curso teve como objetivo apresentar os fundamentos da tecnologia *blockchain* e dos criptoativos, além de explorar suas implicações jurídicas, regulatórias e aplicações práticas no Direito, com ênfase em contratos inteligentes (*smart contracts*) e resolução de conflitos.

Na abertura da capacitação, a magistrada ressaltou a relevância do tema e sua interface com o cotidiano jurídico. “A proposta é reconectar as inovações tecnológicas ao Direito Civil e ao Direito Processual Civil, áreas centrais na rotina da maioria de nós aqui presentes. Espero que todos(as) saímos daqui enriquecidos(as) com esse conhecimento”, afirmou.

O corpo docente foi composto por dois especialistas com atuação destacada na área: Flavia Valeria Nava Silva, promotora de Justiça do Ministério Público do Maranhão, com experiência na interface entre Direito, criptoativos e segurança da informação; e Vinicius de Negreiros Calado, doutor em Direito e professor do Mestrado Profissional em Direito e Inovação da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), com atuação em temas de Transformação Digital no Sistema de Justiça.

Ao longo do primeiro dia de atividades, os(as) participantes discutiram temas como “Transformação Digital e Tecnologias Disruptivas”, “Blockchain e Criptoativos” e “Contratos Inteligentes e Direito Obrigacional”, abrindo espaço para uma compreensão crítica e atualizada sobre os impactos dessas tecnologias no ambiente jurídico.



CAPACITAÇÃO ALINHA GESTÃO INOVADORA À RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE

De 9 a 15 de junho, a Esmat, em parceria com o Centro de Inovação do Tribunal de Justiça do Tocantins (Inovassol), promoveu o curso Gestão e Operação de Laboratórios de Inovação, com foco na consolidação de uma cultura inovadora no Judiciário. A capacitação foi ofertada em formato híbrido e contou com a participação de servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e de instituições parceiras.

Coordenado pelo juiz Esmar Custodio Vencio Filho, o curso teve carga horária de 40 horas e buscou capacitar os(as) participantes para compreender os fundamentos da inovação no setor público, desenvolver competências para atuação em projetos inovadores e aplicar metodologias voltadas à melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Durante os encontros presenciais, foram abordados temas como Inovação no Setor Público e no Judiciário, Metodologias de Laboratórios, Boas Práticas e Gestão de Projetos de Inovação. As atividades integraram fundamentos teóricos e dinâmicas práticas de design organizacional, cocriação e planejamento de soluções. Os facilitadores Taíse Velasquez Lopes, André Luís de Aguiar Tesheimer, Ilton Gomes de Ornelas Filho e Rafaella Fagundes de Menezes conduziram atividades interativas e compartilharam experiências baseadas em cases reais, como o Labee9, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). A última atividade presencial, realizada em 12 de junho, foi marcada por uma oficina prática voltada à construção de ideias inovadoras para desafios institucionais do TJTO. À tarde, os grupos apresentaram protótipos de projetos desenvolvidos ao longo do curso. A etapa online da formação seguiu até 15 de junho, com a entrega de propostas finais na plataforma AVA.



CURSO SOBRE ADITIVOS E REEQUILÍBRIO EM OBRAS PÚBLICAS ENCERRA COM FOCO EM TRANSPARÊNCIA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Com abordagem prática e foco na aplicação da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133, de 2021), o curso Aditivos e Reequilíbrio Econômico-Financeiro em Obras Públicas e Serviços de Engenharia foi desenvolvido nos dias 5 e 6 de junho, na sede da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat).

Ao longo de dois dias de atividades presenciais, servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e de órgãos parceiros envolvidos nos serviços de engenharia e de gestão pública foram colocados a compreender, aplicar e gerir de forma eficiente e ética os instrumentos de aditivos contratuais e reequilíbrio econômico-financeiro em obras públicas e serviços de engenharia, promovendo uma gestão mais transparente, sustentável e responsável dos recursos públicos.

A capacitação foi conduzida por José Eduardo Guidi, engenheiro e mestre em Administração Pública. Na programação, os(as) participantes discutiram metodologias para lidar com imprevistos contratuais, alterações de cronograma, variações de custos e conflitos entre contratantes.



PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO

ao Assédio e à Discriminação no Ambiente de Trabalho



De 23 a 25 de junho, magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram do curso “Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação no Ambiente de Trabalho”, promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) em parceria com a Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação do 2º Grau (Cassegio2G). Ofertada na modalidade *online*, por meio da plataforma *Google Meet*, a capacitação teve carga horária de 9 horas e foi ministrada pela professora Rosane Teresinha Carvalho Porto, doutora em Direito, pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc/RS). A coordenação ficou sob a responsabilidade da desembargadora Ângela Issa Haonat, que defendeu a relevância do curso para o fortalecimento de relações institucionais mais éticas, seguras e acolhedoras.

“Não é apenas uma capacitação técnica. É também um convite à escuta e à transformação da cultura organizacional, em que o cuidado com o outro e o reconhecimento dos desafios da saúde mental ocupam lugar central”, pontuou a magistrada.

Durante os encontros, os(as) participantes debateram temas como Violência Contra as Mulheres, Assédio Moral e Sexual nas Organizações, Direito Sexual-Racial do Trabalho, Políticas Públicas para Equidade de Gênero e Raça, e A Implementação de Práticas Inclusivas no Sistema de Justiça. Também foram abordados os Protocolos para Julgamento com Perspectiva de Gênero e Perspectiva Racial, aplicáveis em diferentes contextos judiciais.



CURSOS AUTOINSTRUICIONAIS SOBRE EPROC ORIENTAM SERVIDORES(AS) E MAGISTRADOS(AS) PARA USO EFICIENTE DO SISTEMA NO JUDICIÁRIO TOCANINENSE

Disponibilizados no período de 2 de junho a 15 de novembro, os cursos autoinstrucionais sobre o sistema Eproc, voltados ao 1º e ao 2º graus, capacitaram servidores(as), magistrados(as), residentes jurídicos(as) e estagiários(as) do Poder Judiciário Tocantinense para uma utilização mais eficiente da ferramenta.

Com carga horária de 20 horas, os conteúdos foram ofertados por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), permitindo que cada participante avançasse no próprio ritmo. A capacitação teve como objetivo orientar quanto à correta movimentação processual, aproveitando as funcionalidades do sistema Eproc. A turma do 1º grau concentrou-se na tramitação inicial e nos atos ordinatórios, enquanto a do 2º grau abordou a análise recursal, a distribuição de processos aos(as) relatores(as) e o julgamento colegiado.

A servidora Anísia Pimenta, da Vara Cível de Ponte Alta do Tocantins, ressaltou o quanto a capacitação contribuiu para sua rotina profissional: “Participar do curso Eproc 2025 – 1º Grau – foi uma excelente oportunidade de aprimorar conhecimentos e explorar melhor as ferramentas que o sistema oferece. Muitas vezes, no dia a dia, utilizamos apenas o básico, e o curso veio exatamente para mostrar, de forma prática e didática, como otimizar o uso do Eproc e tornar o trabalho mais ágil, seguro e eficiente. As orientações foram claras e muito relevantes”.

Para a servidora Francilmara Aguiar, do Juizado Especial Cível e Criminal de Gurupi, a amplitude do conteúdo foi um diferencial: “O curso tratou de conteúdos necessários ao dia a dia de nosso trabalho e foi exposto de maneira clara e objetiva, com exemplos práticos. Avancei no aprendizado de temas como cisão e desmembramento, permissões e negações de processo, traslado de documentos e domicílio judicial eletrônico”.



Gestão por Competências

Com o objetivo de aperfeiçoar a gestão de pessoas e fortalecer a eficiência institucional, a Esmat, em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep), realizou o curso “Gestão por Competências: fundamentos e práticas”, na modalidade autoinstrucional.

A capacitação, alinhada à Meta 19 do Plano de Gestão do biênio 2025/2027 — que estabeleceu como prioridade o aperfeiçoamento do Programa de Gestão por Competências —, teve como foco a identificação e descrição de competências e o dimensionamento das atividades das unidades administrativas. A proposta buscou ampliar a compreensão sobre os objetivos e métodos utilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) no Mapeamento de Competências e no Dimensionamento da Força de Trabalho.

Com carga horária de 16 horas, o curso foi realizado de 16 de junho a 31 de outubro. Dividida em dois módulos, a formação abordou desde os conceitos fundamentais da gestão por competências até as etapas práticas de mapeamento e dimensionamento da força de trabalho.

O curso foi ministrado pelo professor Gottardo Celso Ferreira Dias, mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e especialista em Gestão por Competências no setor público.

MAGISTRADOS(AS) E SERVIDORES(AS) PARTICIPAM DO LABORATÓRIO PRÁTICO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA (IAGEN)

As turmas III e IV do Laboratório Prático de Inteligência Artificial Generativa (IAGen) realizaram suas atividades nos dias 12 e 13 de junho. A capacitação, promovida pela Esmat, abordou desde os fundamentos e aplicações da IA no Judiciário até técnicas avançadas de uso e de prática supervisionadas com ferramentas como ChatGPT, Claude, Google AI Studio e outras.

Sob a coordenação do juiz Wellington Magalhães, o curso foi ministrado pelos professores Haroldo Carneiro Leão Sobrinho, Irving William Chaves Holanda e Guilherme Carvalheira, especialistas em Direito Digital e Inteligência Artificial Aplicada.

O professor Irving William Chaves Holanda ressaltou que a capacitação em IA Generativa representa um divisor de águas para magistrados(as), servidores(as) e operadores(as) do Direito. “A proposta dos Laboratórios vai muito além da simples apresentação de ferramentas. Ela envolve uma mudança de mentalidade, baseada em experimentação, ética, pensamento crítico e domínio técnico – elementos essenciais para uma transição segura e responsável rumo à Justiça 5.0”, disse.

Além de apresentar o potencial da IAGen para otimizar a tramitação processual, automatizar tarefas repetitivas e aprimorar a elaboração de decisões judiciais e sentenças, o curso também abordou a conduta ética no uso dessa tecnologia. O professor Haroldo Carneiro Leão Sobrinho destacou a importância do uso da IA com responsabilidade.

“É essencial que magistrados(as) e servidores(as) dominem tanto suas potencialidades quanto seus limites, garantindo ética, transparência e alinhamento com os princípios do Direito”, afirmou.





PAINEL DE BI: ANÁLISE E GESTÃO DE DADOS DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS

Magistrados(as) e servidores(as) da Corregedoria-Geral da Justiça abriram o mês de junho nas salas de aula da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), participando do curso “Painel de BI: Análise e Gestão de Dados das Unidades Judiciárias”. A capacitação, realizada nos dias 2 e 3 de junho, sob condução do facilitador Renato Alves Gomes e da facilitadora Darllanne Cristina dos Santos Ferreira Tacho, apresentou noções básicas sobre o Sistema de Estatística do Poder Judiciário (Resolução nº 76, de 2009), abordando temas como Justiça em Números, Metas Nacionais, Movimentação Processual e Prêmio CNJ de Qualidade.

Com carga horária total de 8 horas, as atividades contaram com exposições sobre: Painel de Gestão de Unidades, Painel Datajud Validação 1G, Painel de Produtividade Assessoria Geral, Painel Violentômetro Interno, Painel de Movimentação por Pessoa e Painel de Movimentação Processual, além de relatórios do Eproc e espaço para dúvidas e aprofundamentos.

O objetivo do curso foi capacitar os(as) participantes na utilização de ferramentas de Business Intelligence (BI) para análise, interpretação e visualização de dados jurídicos, aplicação de filtros e promoção de uma gestão mais eficiente no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça, fortalecendo a cultura de dados e decisões estratégicas alinhadas às metas institucionais.

Para Bruna Patrícia Ferreira Pinto, chefe de gabinete da CGJUS, “o curso é de suma importância tanto para o âmbito das unidades de 1º e 2º Graus, como para os(as) servidores(as) da Corregedoria do TJTO, especialmente para a equipe de Correição Judicial, que busca com o curso orientar os(as) servidores(as) das Comarcas nas Correições sobre a importância da gestão das unidades e uso frequente dos painéis de BI que são disponibilizados, a fim de identificar os pontos críticos da unidade judicial e a implementação de ações corretivas, contribuindo assim para uma gestão mais eficiente, organizada e transparente”.



 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O
PROTÓCOLO PARA DEPOIMENTO
ESPECIAL EM AÇÕES DE FAMÍLIA

 Poder Judiciário
do Tocantins  Escola Superior da
Magistratura Tocantinense

Com 36 horas de duração e realizado integralmente na modalidade virtual, o curso Noções Introdutórias sobre o Protocolo para Depoimento Especial em Ações de Família foi concluído no dia 7 de julho, após mais de um mês de atividades formativas voltadas a profissionais do Judiciário Tocantinense.

Promovida pela Esmat, a capacitação teve como objetivo apresentar noções fundamentais sobre o rito do depoimento especial em ações de família, fornecendo subsídios teóricos, legais e práticos para qualificar a atuação das equipes que lidam com demandas sensíveis envolvendo crianças e adolescentes.

O curso reuniu magistrados(as), servidores(as) com formação em Psicologia, Pedagogia, Serviço Social, estagiários(as) do Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM) e integrantes do Grupo de Trabalho responsável pela implementação do Protocolo no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). As 110 vagas foram preenchidas por meio de indicações em processo SEI específico.

Dividido em cinco módulos, o conteúdo foi conduzido pelas facilitadoras Rita di Cássia Bella Bartok Marques Arantes, Izabella Ferreira dos Santos, Hélvia Túlia Sandes Pedreira, Márcia Mesquita Vieira e Nágila Olimpio Duarte de Sousa Esclavazini.

**FORMAÇÃO EM
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO**

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**

**Escola Superior da
Magistratura Tocantinense**

CURSO FORTALECE ATUAÇÃO INCLUSIVA NO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE

No período de 24 de junho a 11 de julho, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) realizou a Formação em Acessibilidade e Inclusão, em parceria com a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) e com apoio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). A capacitação ocorreu na modalidade EaD, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e da plataforma *Google Meet*.

Destinada a magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense, a formação teve por objetivo ampliar os conhecimentos sobre acessibilidade e inclusão, promovendo uma atuação judicial e administrativa mais equitativa e alinhada aos direitos das pessoas com deficiência.

Coordenado pela desembargadora Ângela Issa Haonat e por Patrícia Idehara, secretária executiva da CPAI, o curso teve carga horária de 20 horas e foi estruturado em cinco módulos, com base nos princípios dos direitos humanos, da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD/ONU) e da Resolução nº 401 do CNJ, de 2021.

ESMAT E CORREGEDORIA FINALIZAM CAPACITAÇÃO VOLTADA À IMPLEMENTAÇÃO DE OFICINAS SOBRE O ENVELHECIMENTO

Nos dias 23 e 24 de junho, a Esmat, em parceria com a Coordenadoria da Cidadania da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJUS/TJTO), realizou o curso Capacitação para Implementação de Oficinas sobre o Envelhecimento, voltado a magistrados(as) e servidores(as) credenciados(as) nos Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) e nos Grupos Gestores das Metas (GGMs) do Poder Judiciário Tocantinense.

Com carga horária de 8 horas e desenvolvido na modalidade à distância, o curso teve como foco a preparação de profissionais do Judiciário para implementar oficinas sobre o envelhecimento, em conformidade com a Resolução nº 520 do CNJ, de 2023, que trata da Política Judiciária sobre a Pessoa Idosa. A capacitação também esteve alinhada ao Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 2003) e à Lei nº 8.842, de 1994, que institui a Política Nacional do Idoso.

O primeiro encontro foi conduzido pela juíza Odete Batista Dias Almeida e pela psicóloga Luciane Rodrigues do Prado Faria, com apoio de Lorena da Cruz Neves Pimenta Gutierrez, assessora administrativa do Nupemec/TJTO. As aulas abordaram os aspectos legais, normativos e sociais relacionados ao envelhecimento, discutindo temas como os fatores de vulnerabilidade da pessoa idosa, os aspectos biopsicossociais do envelhecimento e a importância da abordagem interseccional nas políticas públicas.

**CAPACITAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO
DE OFICINAS SOBRE
O ENVELHECIMENTO**

**JUS
Justiça
União
Sociedade**

**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS**

**Escola Superior da
Magistratura Tocantinense**

Sob a coordenação do juiz Márcio Soares da Cunha, a formação buscou ampliar a escuta e a atuação qualificada do Judiciário ante as demandas do envelhecimento, promovendo a mediação de conflitos e o fortalecimento de práticas cidadãs nos espaços institucionais.



ESMAT DESENVOLVE CAPACITAÇÃO SOBRE O USO DO SISTEMA CREDENCIAR

Com o objetivo de capacitar os(as) servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense nas etapas do Sistema Credenciar, a Esmat realizou, no dia 21 de agosto, o curso “Capacitação nos procedimentos de credenciamento e gestão de serviços no Sistema Credenciar”.

O instrutor Helivan Araújo Lopes, apresentou uma visão completa do Sistema, abordando desde a contextualização e etapas de solicitação, habilitação, credenciamento e descredenciamento, até a gestão de serviços e de notas fiscais, com foco no controle de demandas, ordens, execução e pagamentos.

Em depoimento, o professor Helivan ressaltou a importância do Sistema Credenciar para a eficiência da gestão dos serviços no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).

Durante a capacitação, os(as) participantes também puderam compreender a padronização dos procedimentos, além dos meios para redução de erros operacionais e fortalecimento do controle interno.



QUALIDADE DE VIDA E EFICIÊNCIA: SERVIDORES APROVAM CAPACITAÇÃO VOLTADA AO MODELO DE TRABALHO REMOTO

Uma ação da Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep) e do Comitê Gestor do Teletrabalho do TJTO, o curso foi realizado via Ambiente Virtual de Aprendizagem, na modalidade autoinstrucional. Com carga horária de 20 horas as atividades foram coordenadas pelo juiz Arióstenis Guimarães Vieira.

Destinado a magistrados(as) e servidores(as), o curso apresentou diretrizes legais, administrativas e comportamentais relativas ao regime de trabalho remoto, conforme a Resolução nº 20 do TJTO, de 2020. Os conteúdos abrangeram desde a normatização do teletrabalho até aspectos de organização, produtividade e saúde mental.

Durante o período de oferta, a capacitação recebeu avaliações positivas por sua abordagem clara, atualizada e prática. A aluna Gabrielle Vilanova, assessora jurídica da Comarca de Ponte Alta do Tocantins, ressaltou o cuidado com o bem-estar dos(as) servidores(as): “Tudo foi repassado de maneira clara, acessível e com foco não apenas nas resoluções que regulamentam o teletrabalho, mas também em ferramentas práticas e no bem-estar do(a) servidor(a)”.

Já Fernando Ferreira Frota, analista judiciário da Divisão de Banco de Dados, o curso se destacou pela aplicabilidade: “Elenca de maneira clara como deve funcionar o teletrabalho e, de forma dinâmica, orienta o serviço. Também aborda a organização do ambiente e o enfrentamento de distrações no cotidiano remoto”.

Cristiane Santos Vieira, assessora do Núcleo de Apoio às Comarcas (Nacom), que atua remotamente há quase três anos, considerou o conteúdo essencial: “O curso foi simplesmente excelente. Atual, bem estruturado e com foco em aspectos fundamentais para quem atua nesse regime. Iniciativas como essa valorizam e fortalecem o serviço público”.

CAPACITAÇÃO REFORÇA RESPONSABILIDADE DE FISCAIS E GESTORES(AS) DIANTE DA NOVA LEGISLAÇÃO

“Com a nova Lei de Licitações, os(as) fiscais e gestores(as) de contrato têm uma grande importância na administração pública. Eles recebem todos os produtos e serviços pelos quais a administração paga com recursos públicos. Essa responsabilidade, que sempre existiu, aumentou significativamente com a nova legislação e os decretos regulamentadores, como o Decreto Estadual de 2023 aqui no Tocantins”, afirmou a professora Monique Simões Soares, responsável por ministrar o curso Como fiscalizar e gerir contratos de compras e serviços de TICs, realizado nos dias 6, 7 e 8 de agosto, na sede da Esmat.

A capacitação foi voltada aos(as) servidores(as) da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTINF) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). Com ênfase nas exigências da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133, de 2021) e nas boas práticas de governança, o curso buscou instrumentalizar os(as) participantes para uma atuação técnica, segura e alinhada às normas vigentes, garantindo mais eficiência e transparência na gestão pública.

As atividades, com carga horária de 24 horas, foram conduzidas pela professora Monique Simões Soares, mestra em Administração Pública, pela FGV/RJ, e especialista em licitações e contratos administrativos, com mais de 27 anos de atuação em órgãos públicos do estado do Rio de Janeiro.

Segundo a facilitadora, a atualização técnica é essencial para os(as) servidores(as) que atuam na fiscalização e na gestão contratual. Monique também ressaltou que capacitações como essa são fundamentais para o cumprimento das normas.

“É importantíssimo que todos(as) os(as) fiscais e gestores(as) conheçam suas atribuições para atuar de forma legal. Muitos começam a exercer a função sem conhecer a legislação, deixando de cumprir obrigações por falta de conhecimento. Quando alguém vem explicar ponto a ponto, isso muda completamente. A Esmat está de parabéns por separar todos(as) os(as) servidores(as) de uma vez para receber esse conteúdo. Espero que isso se estenda a outras áreas da gestão pública”, comentou.



CURSO SOBRE PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL CAPACITA SERVIDORES(AS) PARA USO ESTRATÉGICO DO GRP

Com o objetivo de fortalecer o planejamento e a gestão de contratações públicas no âmbito do Judiciário Tocantinense, a Esmat realizou, no dia 19 de agosto, a capacitação Operacionalização do Plano de Contratações Anual (PCA).

A atividade foi direcionada a servidores(as) que atuam diretamente na elaboração e no acompanhamento do PCA. A proposta formativa contemplou 6 horas de atividades, integrando exposições teóricas e exercícios práticos sobre o uso do Government Resource Planning (GRP) – ferramenta oficial utilizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Estado do Tocantins (TJTO) para a construção e à atualização do Plano Anual de Contratações.



Durante a capacitação, os(as) participantes puderam compreender o fluxo completo de operacionalização do PCA: desde a criação das planilhas iniciais até a emissão de relatórios no sistema, passando por inclusões, alterações e segmentações por unidade.

O curso atende a requisitos legais estabelecidos pela nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133, de 2021), contribuindo para a padronização, à eficiência e à segurança no processo de planejamento das contratações públicas, em alinhamento com os princípios da legalidade, economicidade, planejamento e transparência. A capacitação foi conduzida pelos facilitadores João Ornato Benigno Brito, servidor efetivo do Poder Judiciário Tocantinense, e Edir Pereira dos Santos, gestor do Projeto GRP e servidor cedido do Poder Executivo Tocantinense.

As atividades receberam avaliações positivas dos(as) servidores(as), que destacaram a didática acessível, o conteúdo atualizado e a aplicabilidade imediata do que foi abordado.

“O conteúdo foi apresentado com muita clareza e objetividade, abordando de forma prática e atualizada os principais aspectos da legislação e das diretrizes estratégicas envolvidas. A didática dos instrutores contribuiu significativamente para a compreensão dos temas, mesmo por aqueles(as) que estão iniciando na área. Sem dúvida, trata-se de um curso essencial para quem atua com o planejamento e com a gestão de contratações”, afirmou Rita de Cássia, servidora cedida ao TJTO. “O curso de Operacionalização do PCA foi extremamente útil a todos(as) os(as) servidores(as) participantes, pois proporcionou compreensão clara e, na prática, sobre como se dá a elaboração, a execução e o acompanhamento do Plano de Contratações Anual”, complementou Jessyca Lira, da Assessoria Jurídica da Junta Médica.



COMUNICAÇÃO Escrita e Estratégica

é realizado com foco na qualificação da linguagem institucional

Em 2025, a Esmat ofertou duas turmas do curso “Comunicação Escrita e Estratégica”, como ação estruturante do plano de desenvolvimento institucional alinhado aos resultados da Avaliação de Competências 2022-2024, conduzida sob a supervisão do Comitê de Gestão de Pessoas por Competências, presidido pela desembargadora Ângela Prudente.

Dirigida a servidores(as) e estagiários(as) do Poder Judiciário Tocantinense com lacunas identificadas na competência “Comunicação Escrita”, a formação foi ofertada na modalidade à distância, com aulas síncronas via Google Meet e atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Cada turma contou com 20 horas de capacitação, distribuídas em quatro módulos: fundamentos da linguagem; comunicação institucional; coesão e coerência textual; e prática de produção textual, com abordagem específica da linguagem utilizada em documentos oficiais e na comunicação cotidiana do Tribunal.

As aulas foram conduzidas pela facilitadora Sibele Letícia Rodrigues de Oliveira Biazotto, com apoio de Glacielle Borges Torquato na monitoria e na mediação das atividades. Entre os temas trabalhados, destacaram-se as variedades linguísticas, o enfrentamento ao preconceito linguístico, os níveis de linguagem (formal, informal e técnico-jurídico) e as diretrizes do Programa SimplesTOC, estimulando o uso de linguagem clara, precisa e adequada ao contexto institucional. Ao avaliar a proposta, participantes ressaltaram a aplicabilidade imediata dos conteúdos à rotina de trabalho e o estímulo à reflexão sobre estratégias de escrita mais eficiente e alinhada às diretrizes do Tribunal. A Turma I foi realizada de 19 de agosto a 5 de setembro, e a Turma II ocorreu no período de 9 a 26 de setembro.





CAPACITAÇÃO ABORDA AS NOVAS DIRETRIZES E FLUXOS DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Foi realizado, no período de 25 de agosto a 7 de outubro, o curso Atualização sobre Audiência de Custódia. A capacitação teve como público-alvo magistrados(as), servidores(as) que atuam diretamente nas audiências de custódia, bem como profissionais da Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju), do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec) e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas (GMF).

O curso contou com a coordenação do juiz José Eustáquio Melo Júnior. Entre os(as) participantes, Amanda Lemos Corrêa, assessora jurídica de 1º Grau, destacou a relevância dos temas discutidos nas aulas: "Sabemos que a audiência de custódia tem papel essencial porque assegura um controle imediato da legalidade da prisão e das condições em que ela ocorreu, funcionando como uma garantia efetiva de direitos fundamentais", observou.

Com carga horária total de 45 horas-aula, o curso ocorreu de forma totalmente virtual. Durante as aulas os(as) professores(as) abordaram diferentes perspectivas relacionadas à audiência de custódia, buscando aprimorar a atuação técnica e promover o respeito às garantias legais e fundamentais no momento da detenção.

Conhecendo o



Google Workspace

Colaboração Online e Armazenamento em Nuvem

PARTICIPANTES DESTACAM IMPACTO PRÁTICO DE CURSO SOBRE GOOGLE WORKSPACE

Mesmo antes do encerramento oficial das inscrições, previsto para o final de outubro de 2025, todas as 150 vagas do curso autoinstrucional "Conhecendo o Google Workspace: Colaboração Online e Armazenamento em Nuvem" já estavam preenchidas. A capacitação, promovida pela Esmat e disponível no período de 18 de agosto até 15 de novembro no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), se mostrou uma ferramenta valiosa para promover mais autonomia digital e produtividade no ambiente de trabalho do Judiciário Tocantinense.

Dividido em sete módulos, o curso apresentou as funcionalidades do Google Workspace de maneira prática e contextualizada à rotina institucional. Magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) aprenderam desde o uso básico até estratégias de colaboração *online*, comunicação integrada e armazenamento em nuvem, com orientação do facilitador Denis da Silva Passos, mestre em Modelagem Computacional de Sistemas e especialista em Docência em Informática.

Nos depoimentos, a percepção foi a de que o conteúdo rompeu barreiras técnicas e facilitou o uso consciente das ferramentas digitais.

"O curso foi ótimo e permitiu explorar a ferramenta de maneira ampla e totalmente aplicável nas tarefas diárias. O professor Denis foi bastante didático e apresentou uma gama de recursos que eu ainda não conhecia, apesar de já manusear o Google Workspace. Agradeço a oportunidade de participar do treinamento", afirmou Brunna Gonçalves, assessora técnico-jurídica da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTINF) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).

Para Allan Moraes, assessor jurídico-administrativo na Corregedoria-Geral da Justiça (CGJUS), a experiência foi igualmente positiva: "O conteúdo foi muito bem-estruturado e diretamente aplicável às atividades cotidianas desenvolvidas no Tribunal. Vai além da simples apresentação das ferramentas – demonstra, na prática, como otimizar a comunicação, o trabalho colaborativo e a organização de documentos. Recomendo fortemente".



QUEM QUER PODE SER NEGRO NO BRASIL?

“Quem quer/pode ser negro no Brasil?”. A pergunta, lançada logo na abertura pelo professor doutor Rodrigo Ednilson de Jesus, não ficou no ar como mera provocação. Ao longo de dois dias intensos (11 e 12 de agosto), ela ganhou corpo, história e contexto, conduzindo magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense por um percurso que passa pelo passado escravista, atravessa o pós-abolição e chega às práticas contemporâneas de ações afirmativas e heteroidentificação racial.

A capacitação, com carga horária de 20 horas-aula, promovida pela Esmat, abordou as discriminações positivas e a necessidade das comissões de heteroidentificação racial, previstas em políticas públicas como as cotas.

Coordenado pelo juiz Arióstenis Guimarães Vieira, o curso integra a programação de capacitações voltadas a magistrados(as) e servidores(as), com base na Resolução nº 541 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2023, que estabelece diretrizes para a atuação das comissões em concursos públicos.

Na abertura, o juiz Arióstenis destacou que a iniciativa nasceu de uma solicitação da própria comissão e que a participação de magistrados(as) é fundamental para fortalecer a efetividade das ações afirmativas.

História que explica o presente

No primeiro dia, o professor Rodrigo optou por iniciar do zero: a construção histórica do racismo no Brasil. Um panorama essencial para compreender as desigualdades raciais no país. Relembrou que o Brasil foi o maior destino de africanos escravizados durante o tráfico transatlântico, cerca de 4,9 milhões de pessoas entre 1550 e 1860, correspondendo a 40% de toda a diáspora africana.

Segundo o professor, “antes das ações afirmativas, existiram ações negativas direcionadas à população negra”, como a proibição da alfabetização de escravizados (Lei de 1850) e a exclusão do acesso à terra. Doutor em Educação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rodrigo falou sobre representações sociais coletivas, lembrando que a forma como olhamos e nomeamos o(a) outro(a) ajuda a criar – e a sustentar – a ideia desse(a) outro(a).



“O silêncio também é uma gramática, uma narrativa que constrói determinadas realidades; a própria língua brasileira é construída em cima da racialização”, afirmou.

O papel das comissões de heteroidentificação

Ao tratar da prática das comissões, o professor destacou que a função não é combater fraudes, mas assegurar que a política alcance o grupo a que se destina. A avaliação considera como a pessoa é socialmente reconhecida como negra, e não apenas a existência de ascendência ou parentesco.

“A banca não tem a obrigação de definir a veracidade da autodeclaração. Ela é complementar”, explicou.

Mais informações sobre o curso

A capacitação também contou com uma etapa de ambientação virtual. Ao todo, foram disponibilizadas 50 vagas para magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense. A programação incluiu fundamentos históricos, sociais e jurídicos das ações afirmativas; conceitos de raça, racismo, branquitude e colorismo; aspectos técnicos da avaliação fenotípica; critérios para composição e atuação das comissões; análise de casos concretos e jurisprudência; elementos de comunicação e registro de decisões.





FORMAÇÃO APRIMORA ANÁLISE DE PLANILHAS DE CUSTOS EM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A Esmat realizou, nos dias 12 e 13 de agosto, o curso “Análise, elaboração e ajustes nas planilhas de custos e formação de preços das contratações de serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra do TJTO”. A capacitação abordou as principais dificuldades no planejamento das contratações de serviços terceirizados e os pontos críticos da planilha e orientações para julgamento das propostas.

Em depoimento, a facilitadora Flaviana Vieira Paim destacou: “Nosso objetivo principal foi aprofundar o tema, trazer inovações e buscar melhorias para os contratos terceirizados, além de revisar alguns padrões já utilizados. O Tribunal aprovou recentemente um modelo de planilha de custos e, juntos, ajustamos esse modelo durante o curso, que foi bastante proveitoso para todos(as) nós, até mesmo para mim”, disse.

Durante as aulas, os(as) participantes também realizaram a análise crítica de artefatos de contratação de serviços terceirizados pré-selecionados pelo TJTO e a padronização de glosas para a gestão dos contratos em regime DEMO.



Ead Pro
Curso de Formação para Tutores

COM ALCANCE AMPLIADO, ESMAT PROMOVE FORMAÇÃO ESTRATÉGICA EM TUTORIA VIRTUAL

Com olhar voltado à inovação no ensino à distância e ao fortalecimento da atuação docente, foi realizado, no período de 11 de agosto a 10 de outubro, o Ead Pro – Curso de Formação para Tutores, que buscou qualificar profissionais para atuarem como tutores(as) em ambientes virtuais de aprendizagem. A formação foi reconhecida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) como nível 2 do Programa de Formação de Formadores, conforme Portaria nº 221, de 2025.

Com carga horária de 90 horas-aula e uma abordagem teórico-prática, o curso foi estruturado em cinco módulos. Voltado a docentes, servidores(as) públicos(as) e profissionais com atuação em formação jurídica e institucional, o Ead Pro teve como proposta não apenas capacitar para o uso técnico das plataformas digitais, mas também fomentar uma reflexão crítica sobre metodologias participativas, estratégias de ensino-aprendizagem e o papel do(a) tutor(a) como facilitador(a) da construção do conhecimento.

De acordo com o servidor Edir Pereira dos Santos, um dos alunos, a formação vai além do aspecto técnico. “Muito além de capacitar tutores(as) e facilitadores(as), o objetivo é reunir diversas perspectivas sobre a metodologia já estabelecida. Essa formação representa, na minha opinião, uma perspectiva futura para os diversos cursos que ainda estão por vir”, comentou.



Ultrapassando as fronteiras do Tocantins, para Abab Nino, pesquisadora, advogada e assistente no Núcleo de Atenção e Promoção à Justiça Social (NAPJUS) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ), o curso representou uma oportunidade de crescimento técnico e pessoal.

“Está sendo muito interessante participar do curso. Ter esse conhecimento sistematizado, de qualidade, da forma como tem sido ministrado, tem sido muito relevante. A formação amplia meu leque profissional e contribui tanto para o meu trabalho no Tribunal quanto para outras atuações”, pontuou.

Sobre os(as) professores(as)

Entre os(as) facilitadores(as) do curso estão profissionais com experiência em educação corporativa e em Ead: Lily Sany Silva Leite (mestra em Modelagem Computacional de Sistemas e doutoranda em Governança e Transformação Digital), Jadir Alves de Oliveira (mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos), Bruno Odate Tavares (mestre em Modelagem Computacional de Sistemas) e Amanda Emilene Arruda (especialista em Gestão e Orientação Educacional).



ESMAT E COPEDEM REALIZAM MISSÃO ACADÊMICA “CONEXÕES GLOBAIS: DIREITO, INOVAÇÃO E IA” NA CHINA

Em novembro, a Esmat em parceria com o Copedem e com o apoio da UFT, realizou o curso internacional “Conexões Globais: Direito, Inovação e Inteligência Artificial”, promovido em missão acadêmica às cidades de Pequim, Xangai, Macau e Shenzhen, na República Popular da China. Coordenada pelo desembargador Marco Anthony Villas Boas, a iniciativa reuniu 38 magistrados(as), professores(as) e pesquisadores(as) de várias regiões do Brasil. Credenciamento pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), o curso promoveu uma experiência inédita de cooperação internacional voltada à formação judicial em temas de Inteligência Artificial, Governança Digital e Educação Jurídica Global.

Ao longo da missão, a comitiva participou de seminários acadêmicos, visitas técnicas e agendas institucionais em universidades, tribunais e polos tecnológicos chineses. Em Pequim, os(as) participantes estiveram na Universidade Normal de Pequim, onde ocorreu o Seminário Acadêmico Sino-Brasileiro sobre Direito e Inteligência Artificial, estruturado em eixos sobre uso da IA no Judiciário, genealogia de aplicações, regulação e confiabilidade. Na ocasião, o desembargador Marco Villas Boas apresentou o Método Dialógico Multirresposta (DMR), voltado ao uso ético e explicável de IA no Sistema de Justiça, enquanto a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz de Oliveira Pretto, apresentou a experiência do Laboratório Interdisciplinar de Inteligência Artificial (LIIARES). A programação contou ainda com exposições de docentes da USP, da UFT, de pesquisadores(as) chineses(as) e de membros do Ministério Público de Chaoyang, envolvendo temas como soberania de dados, justiça algorítmica, predição penal e regulação de fintechs.

A delegação também foi recebida na Embaixada do Brasil em Pequim, em reunião com o embaixador Marcos Galvão, oportunidade em que foram discutidas pautas de cooperação acadêmica, formação continuada e soluções digitais para o ecossistema de Justiça, bem como a renovação de instrumentos de cooperação técnico-científica entre Brasil e China. Em Macau, a comitiva participou do seminário “Diálogo Internacional entre Macau e Brasil: Sobre Direito e Inteligência Artificial”, na Faculdade de Direito da Universidade de Macau, que promoveu debates comparados entre o sistema da civil law brasileira e o modelo jurídico local, com foco em responsabilidade penal em sistemas automatizados, governança ambiental mediada por IA e reconhecimento facial em processos judiciais.

A etapa final em Shenzhen incluiu visita a parque tecnológico e polo industrial de referência em inovação, onde os(as) participantes conheceram práticas avançadas de transformação digital aplicáveis à gestão pública e ao Sistema de Justiça. Como resultado, o curso internacional consolidou redes de pesquisa, abriu frentes para projetos conjuntos e reforçou a diplomacia científica entre Brasil e China, ampliando o repertório teórico e prático de magistrados(as) e dirigentes de escolas judiciais brasileiras sobre os desafios éticos, regulatórios e institucionais da Inteligência Artificial no Direito.



ASSESSORES(AS) DO JUDICIÁRIO PARTICIPAM DE FORMAÇÃO SOBRE SENTENÇAS CÍVEIS E TÉCNICAS DECISÓRIAS

O curso Elaboração de Sentenças Cíveis e no Juizado Especial, voltado para assessores(as) de magistrados(as) do Poder Judiciário Tocantinense, foi realizado no período de 9 a 12 de setembro. A capacitação desenvolvida em formato presencial contou com uma carga horária total de 16 horas-aula.

Sob a coordenação do juiz Wellington Magalhães e ministrado pelo juiz e professor Tiago Gagliano Pinto Alberto, o curso teve como objetivo capacitar os(as) participantes na elaboração de sentenças, enfatizando a análise e a compreensão dos fatos, valoração da prova oral e construção da fundamentação jurídica, garantindo decisões fundamentadas, céleres e alinhadas com os princípios do devido processo legal.

A metodologia do curso combinou teoria e prática, por meio de estudos de caso, exercícios de redação de sentença, debates em grupo e dinâmicas interativas. O conteúdo programático foi dividido em quatro etapas: fundamentos da sentença, análise de fatos, valoração da prova oral e oficina prática de elaboração de decisões.



CURSO SOBRE LINGUAGEM SIMPLES DESTACA APROXIMAÇÃO ENTRE JUDICIÁRIO E SOCIEDADE

Mais clareza, inclusão e acesso à Justiça, estes são os pilares do curso “Linguagem Simples com Consultoria em Documento Judicial”, que foi realizado nos dias 23 e 24 de setembro, na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat). A capacitação reuniu magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense em dois dias de atividades intensivas voltadas à revisão de documentos jurídicos sob a ótica da linguagem simples.

A ação foi ministrada pela professora Olívia Rocha Freitas, especialista reconhecida nacionalmente e presidente da Comissão de Linguagem Simples da OAB/DF.

Para Patrícia Idehara, secretária executiva da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TJTO, a experiência reforçou a aplicabilidade imediata da linguagem simples no cotidiano de trabalho.

Ao longo de 16 horas de atividades, os(as) participantes tiveram acesso a técnicas de simplificação de textos jurídicos, práticas com ferramentas visuais, automatização com o uso de Inteligência Artificial, além da construção de modelos aplicáveis à realidade do Tribunal.

A TÉCNICA DA SENTENÇA MILITAR: FORMAÇÃO ENCERRA CICLO FOCADO NA PRÁTICA DE DECISÕES E GARANTIAS

Magistrados(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram, no período de 30 de setembro a 3 de outubro, do curso Elaboração de Sentença no Processo Penal Militar e nos Processos Cíveis de Competência da Justiça Militar. A capacitação, realizada pela Esmat, teve carga horária de 32 horas-aula e foi conduzida pelos professores Cícero Robson Coimbra Neves e Reinaldo Zichar de Moraes.

O curso teve como objetivo aprofundar a atuação técnico-jurídica na Justiça Militar Estadual, nas esferas criminal e cível. A proposta incluiu exposições teóricas, estudos de caso e atividades práticas que estimularam a análise crítica da jurisprudência atual e a aplicação técnica das normas do Direito Penal e Processual Penal Militar. Durante os quatro dias de imersão, os(as) participantes puderam dialogar com os professores sobre as principais dificuldades enfrentadas na atuação na Justiça Militar, especialmente no que tange à elaboração de minutas de sentença.

Sob a coordenação do juiz de Direito José Ribamar Mendes Júnior, o curso foi dividido em três módulos: Direito Penal Militar, Direito Processual Penal Militar e Competência Cível das Justiças Militares Estaduais. Em depoimento, o magistrado destacou a importância da formação para o fortalecimento da Justiça Castrense.



Escola Superior da
Magistratura Tocantinense



“A sentença penal militar não é apenas um ato jurisdicional, ela representa a concretização dos princípios constitucionais da legalidade, da ampla defesa e do devido processo legal no âmbito das instituições militares. Exige técnica, prudência e responsabilidade, pois impacta diretamente não apenas a liberdade do acusado, mas também a disciplina, a hierarquia e a própria credibilidade das Forças Armadas e das Polícias Militares perante a sociedade. No contexto do Judiciário Tocantinense, a relevância deste tema é ainda mais evidente. Somos chamados, diariamente, a equilibrar os valores da ordem pública e da segurança institucional com a proteção dos direitos fundamentais dos(as) jurisdicionados(as)”, pontuou.

Para o professor Reinaldo Zichar de Moraes, que conduziu os módulos de Direito Processual Penal Militar e de competência cível da Justiça Militar, o curso cumpriu um papel essencial na construção de entendimentos técnicos sólidos e compartilhados sobre o tema.

“Ministrar esse curso foi uma experiência extremamente prazerosa. Gostaria de ressaltar a excelente estrutura e o acolhimento que eu e o professor Cícero recebemos, bem como a inegável qualidade dos(as) alunos(as), que se mostraram sempre muito participativos(as), com contribuições de elevada pertinência. Também preciso destacar a importância fundamental da discussão dos temas do curso, pois o Direito Militar possui inúmeras particularidades que precisam ser conhecidas pelos(as) diversos(as) profissionais que atuam no Poder Judiciário Estadual, dada a sua competência para atuar em muitos litígios penais militares e nas ações judiciais decorrentes de sanções disciplinares.”, argumentou.

Já o professor Cícero Robson Coimbra, que ministrou o módulo de Direito Penal Militar, também ressaltou a relevância da capacitação: “Foi uma honra participar desta bela iniciativa da Esmat, com um curso direcionado aos postulados pragmáticos da elaboração de sentença na Justiça Militar. Iniciativas como esta fortalecem o Sistema de Justiça Militar, além de ser uma imensa contribuição para a capacitação dos atores envolvidos e para a troca de ideias”.

PLANEJAR BEM É CONTRATAR MELHOR: CAPACITAÇÃO ABORDA INSTRUMENTOS LEGAIS E ESTRATÉGICOS

Com foco na Nova Lei de Licitações e Contratos e nas diretrizes de governança do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram, nos dias 30 de setembro e 1º de outubro, do curso “Instrumentos de Planejamento e Governança nas Licitações e Contratos – 2025”. A atividade foi realizada presencialmente, na sede da Esmat, com carga horária de 16 horas.

A capacitação foi conduzida pela professora Tatiana Camarão, mestra em Direito Administrativo, com o objetivo de fortalecer a atuação técnica dos(as) participantes no uso de ferramentas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, além de promover práticas mais sustentáveis, integrais e eficientes nas contratações públicas.

Vinícius Fernandes Barboza, supervisor de Controle da Esmat e aluno do curso, destacou que o conteúdo abordado reforçou, de maneira prática, a importância de instrumentos como o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e o Gerenciamento de Riscos.

“Foram trabalhadas situações reais enfrentadas por gestores públicos, demonstrando como um planejamento mal elaborado gera falhas em contratos e responsabilizações, ao passo que boas práticas de governança – como fluxos processuais padronizados, checklists e metodologias de análise de riscos – fortalecem a segurança jurídica e a eficiência administrativa”, afirmou.

De acordo com ele, as simulações conduzidas em sala auxiliaram na compreensão prática dos instrumentos e de sua função estratégica. “As simulações, especialmente no tratamento de riscos e na construção de justificativas de necessidade, possibilitaram compreender como esses instrumentos funcionam na prática e como podem evitar litígios, reequilíbrios e retrabalho”, disse.



SERVIDORES(AS) PARTICIPAM DE CAPACITAÇÃO SOBRE COMUNICAÇÃO ORAL NO JUDICIÁRIO

No período de 30 de setembro a 10 de outubro foi desenvolvido o curso Voz Ativa: Comunicação Oral Eficaz no Judiciário Tocantinense. A capacitação, realizada de forma online, reuniu servidores(as) de diversas comarcas com o objetivo de fortalecer habilidades comunicacionais no contexto institucional.

Com quatro webaulas ao vivo, além de atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), o curso teve carga horária de 15 horas e foi conduzido pelo jornalista e professor Adriano Nogueira. Ao longo das aulas, os(as) participantes trabalharam aspectos como escuta ativa, organização de ideias, linguagem adequada ao público, controle emocional em situações de exposição e construção de falas mais claras, estratégicas e humanizadas.



ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL DA PESSOA IDOSA NO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE



DIGNIDADE E ACOLHIMENTO: MAGISTRADOS (AS) PARTICIPAM DE FORMAÇÃO SOBRE ATENDIMENTO HUMANIZADO À PESSOA IDOSA

Nos dias 27 e 28 de agosto, a Esmat promoveu o evento “Atendimento Administrativo e Judicial da Pessoa Idosa no Judiciário Tocantinense”, voltado exclusivamente para magistradas e magistrados do Poder Judiciário Tocantinense. A iniciativa, realizada de forma virtual, teve como foco o fortalecimento das práticas judiciais e administrativas voltadas ao público idoso, em alinhamento com a Resolução nº 520 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2023.

Com carga horária de 6 horas-aula, o evento foi realizado em parceria com a Coordenadoria Estadual da Pessoa Idosa (Cocid), sob a coordenação do juiz Márcio Soares da Cunha, responsável pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). Durante a abertura, o magistrado destacou o compromisso da Corregedoria-Geral da Justiça com a promoção dos direitos da pessoa idosa. “Já promovemos treinamentos para servidores(as) e para os(as) credenciados(as) do GGEM (Gerenciamento de Entidades e Movimentações), fortalecendo a rede de apoio”, pontuou.

A programação contou com duas exposições. A primeira, ministrada pela juíza Monize da Silva Freitas Marques, coordenadora da Central Judicial da Pessoa Idosa no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), abordou os aspectos biopsicossociais do envelhecimento, marcos normativos relevantes e diretrizes da Resolução nº 520, de 2023.

Já no segundo dia, a juíza Odete Batista Dias de Almeida, do TJTO, compartilhou a experiência regional na construção de uma rede interinstitucional de atenção à pessoa idosa. Com base na pesquisa “Realidade da População Idosa no Estado do Tocantins”, realizada por equipes do TJTO em 35 comarcas, foram apresentados dados sobre a infraestrutura existente, desafios territoriais e tipos de violência mais recorrentes enfrentados por essa população.



TRÊS TURMAS PREPARAM EQUIPES DO TJTO PARA USO DA LOCOMOÇÃO AUTOMATIZADA NO EPROC

Em 2025, a Esmat realizou três turmas do curso “Locomoção Automatizada no Eproc – 2025 – 1º Grau”, voltadas a servidores(as), estagiários(as), oficiais de justiça e gerentes das Centrais de Mandados do Poder Judiciário Tocantinense. As ações formativas tiveram como objetivo apoiar a implantação da ferramenta de gestão automatizada das despesas de locomoção no sistema Eproc, em conformidade com as Portarias Conjuntas nº 11, de 2022, e nº 13, de 2024, bem como com o Provimento nº 2, de 2023.

A primeira turma, realizada em 30 de setembro, ocorreu de forma presencial no auditório da Esmat, com carga horária de 4 horas, e foi conduzida pela facilitadora Celma Barbosa Pereira, servidora do TJTO com experiência na implantação e no suporte jurídico-técnico do Eproc. Nessa etapa, os(as) participantes trabalharam, de maneira prática, os fluxos e as funcionalidades da ferramenta, com ênfase na vinculação correta das despesas de locomoção aos mandados. Embora inicialmente planejada em formato híbrido, a atividade foi executada apenas presencialmente, em razão de instabilidades técnicas na conexão de internet, e nova data foi posteriormente destinada aos(as) inscritos(as) das comarcas do interior.

A segunda turma, realizada em 3 de novembro, foi oferecida por meio da plataforma *Google Meet*, sob a mesma condução da facilitadora. O conteúdo abordou a interpretação das normas que regem a locomoção automatizada, os conceitos e as finalidades das despesas, os atos processuais que as geram e o novo fluxo de tramitação no sistema, reforçando a perspectiva de mais eficiência, transparência e agilidade no trabalho das unidades.



A terceira turma, em 5 de novembro, teve foco específico em oficiais de justiça e gerentes das Centrais de Mandados, aprofundando a compreensão sobre a automatização das despesas de locomoção no Eproc. Além da leitura técnica das portarias e do provimento, a formação contemplou o fluxo completo de gestão das despesas – da geração dos cálculos à certificação, intimação das partes, verificação de boletos pagos e procedimentos em casos de inconsistências ou cancelamentos. A programação incluiu simulações em ambiente de teste do Eproc, com exercícios práticos de cadastro, expedição de mandados com e sem despesas vinculadas e diagnóstico de erros recorrentes, consolidando a preparação das equipes para o uso seguro e padronizado da locomoção automatizada.



FORMAÇÃO EM GESTÃO ADMINISTRATIVA FOCA NO FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

O curso “Gestão Administrativa”, promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) e coordenado pelo juiz Manuel de Faria Reis Neto, ocorreu nos dias 2, 9 e 10 de outubro, na sede da Instituição, em Palmas. Voltadas para diretores(as) de foro e servidores(as) da Corregedoria-Geral de Justiça (CGJUS), as aulas abordaram os desafios da liderança no ambiente judicial, com ênfase na gestão de pessoas, diversidade e comunicação eficaz.

Durante as atividades, foram discutidos temas como Inclusão, Enfrentamento ao Assédio, Saúde Mental no Trabalho, Ética, Escuta Ativa e Construção de Equipes Colaborativas. A proposta formativa foi conduzida pelo professor e juiz federal Carlos Henrique Borlido Haddad, que destacou a importância da capacitação para o bom funcionamento das unidades judiciais.

“Cada comarca e cada local têm sua direção, o seu secretário, e precisam de que haja um treinamento em gestão. E por uma razão muito simples: Se a direção do foro não funcionar, a atividade-fim pode ficar totalmente comprometida. Então, o objetivo do curso é tentar apresentar formas de melhor gerir, de melhor conduzir a direção do foro”, explicou.



CURSO DE FUNDAMENTOS DE CÁLCULOS JUDICIAIS É REALIZADO COM FOCO NA PRÁTICA DE ASSESSORES(AS)

Foi realizado, nos dias 14 e 15 de outubro, o curso “Fundamentos de Cálculos Judiciais”, voltado para assessores(as) jurídicos(as) de 1º Grau das Varas Cíveis, Fazendas Públicas e Juizados Especiais Fazendários do Poder Judiciário Tocantinense. Com carga horária de 16 horas, a capacitação abordou temas como Atualização Monetária, Juros Legais e Convencionais, Despesas Processuais e Interpretação de Planilhas e Pareceres Contábeis.

As atividades foram conduzidas pelo contador Niely Tavares de Sá, especialista em Gestão do Judiciário, que atua como secretário da Contadoria Judicial Unificada do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).

O curso foi estruturado para capacitar os(as) participantes a identificar, compreender e interpretar os principais fundamentos técnicos e jurídicos dos cálculos judiciais, possibilitando uma atuação mais precisa no apoio à atividade jurisdicional, entendendo a importância e os reflexos das decisões judiciais nos cálculos judiciais e na efetividade da prestação jurisdicional.

Durante as aulas, os(as) participantes também discutiram estratégias para detecção de inconsistências em planilhas, análise crítica de dados contábeis e integração entre os setores jurídico e contábil, aspectos essenciais para garantir decisões judiciais mais seguras, coerentes e eficazes.



LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

CURSO CAPACITA SERVENTIAS DO TOCANTINS PARA O TRATAMENTO SEGURO DE DADOS PESSOAIS

Nos dias 7 e 8 de outubro, o curso "Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) aplicada às Serventias Extrajudiciais do Estado do Tocantins", voltado para titulares e responsáveis pelos cartórios tocantinenses, foi desenvolvido na sede da Esmat.

Coordenada pelo juiz Marcelo Laurito Paro, a capacitação teve carga horária de 16 horas e buscou fortalecer a compreensão sobre o cumprimento legal da LGPD, o papel das serventias como agentes de tratamento e os impactos da regulamentação no cotidiano dos serviços extrajudiciais.

Durante os dois dias de atividades, os(as) participantes discutiram temas como Bases Legais para o Tratamento de Dados, Comunicação de Incidentes de Segurança, Governança da Informação e Boas Práticas de Conformidade, com estudos de casos e exercícios simulados. Entre os facilitadores, o professor Douglas Chagas da Silva destacou o papel essencial das serventias extrajudiciais nas relações jurídicas.

"A importância das serventias extrajudiciais nas relações jurídicas é de fundamental importância. Dar o devido cumprimento legal e regulatório na privacidade e proteção de dados pessoais traz transparência e legitimidade para essas relações, evidenciando a importância dessas instituições na vida dos(as) cidadãos(ãs)", comentou.



A capacitação também contou com a presença do professor Franklin Jeferson dos Santos, especialista em proteção de dados com Master of Laws em GDPR e LGPD, pela Universidade de Lisboa e Faculdade Mineira de Direito.





TURMA I

ATENDIMENTO A PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA
E NEURODIVERSIDADES



TURMA II

ATENDIMENTO A PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA
E NEURODIVERSIDADES



ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NEURODIVERSIDADES

DUAS TURMAS EM ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NEURODIVERSIDADES FORTALECEM ACESSIBILIDADE NO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE

Em 2025, a Esmat ofertou duas turmas do curso “Atendimento a Pessoas com Deficiência e Neurodiversidades”, voltado ao fortalecimento de práticas inclusivas no Sistema de Justiça. Realizada na modalidade à distância, com 20 horas de carga horária, a capacitação utilizou *webaulas* síncronas pela plataforma *Google Meet* e atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), garantindo maior alcance e flexibilidade aos(as) participantes. O público-alvo abrangeu especialmente servidores(as) da área-fim do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), como recepcionistas, vigilantes, policiais militares em serviço no Poder Judiciário, integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI/TJTO) e demais colaboradores(as) que atuam na linha de frente do atendimento ao público.

Com coordenação da desembargadora Ângela Issa Haonat, presidente da CPAI e da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação do 2º Grau (CASSEDO2G), e coordenação técnica da servidora Patrícia Idehara, as turmas foram desenvolvidas entre outubro e novembro, combinando fundamentos teóricos e orientações práticas sobre acolhimento qualificado.

A proposta pedagógica abordou temas como Escuta Ativa, Acessibilidade Atitudinal, Direitos das Pessoas com Deficiência, Estratégias de Comunicação Adaptadas a Diferentes Tipos de Deficiência e Neurodiversidades, além do papel institucional do Judiciário na promoção da inclusão. As *webaulas* inaugurais contaram com mediação do professor Anderson Carvalho da Silva, que trouxe reflexões sobre o acesso à Justiça por pessoas surdas, autistas e cadeirantes, reforçando a importância de uma postura empática, preparada e tecnicamente informada por parte de quem atende nas unidades do TJTO. As atividades da Turma I foram realizadas no período de 8 de outubro a 5 de novembro, e da Turma II de 9 de outubro a 6 de novembro.



CURSO SOBRE DIREITO ANTICORRUPÇÃO REÚNE MAGISTRADOS(AS) E SERVIDORES(AS) PARA DOIS DIAS DE IMERSÃO JURÍDICA



Com foco na atualização e na qualificação dos(as) operadores(as) do Direito sobre as recentes mudanças na Lei de Improbidade Administrativa, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) realizou, nos dias 16 e 17 de outubro, o curso Direito Anticorrupção: Aspectos Materiais, Investigativos e Processuais.

A capacitação, coordenada pela juíza Flávia Afini Bovo, contou com a participação de magistrados(as) e de servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense e foi conduzida pelo promotor de justiça Igor Pereira Pinheiro. Em depoimento, a magistrada ressaltou a relevância do tema para a formação jurídica contemporânea, destacando que a proposta contribui para a compreensão dos mecanismos legais de prevenção e combate à corrupção, bem como das responsabilidades atribuídas a pessoas físicas e jurídicas.

“A abordagem interdisciplinar favorece o entendimento do processo investigativo e das sanções aplicáveis. Além disso, estimula a reflexão ética e o compromisso com a integridade pública e privada. Trata-se de um tema essencial para o fortalecimento da justiça e da transparéncia institucional”, apontou.

Durante os dois dias de atividades, os(as) participantes puderam aprofundar os conhecimentos sobre temas como Princípios Constitucionais Aplicáveis ao Combate à Corrupção, Investigações Anticorrupção, Atos de Improbidade Administrativa, Crimes Contra a Administração Pública e Crimes de Responsabilidade.

Para a aluna Denise Oliveira, o curso ofereceu uma experiência formativa intensa e aplicável à rotina jurídica. Segundo ela, a condução clara e objetiva do professor, aliada ao uso de exemplos práticos, favoreceu a compreensão dos principais desafios enfrentados pelo Judiciário na temática. Denise destacou como ponto alto a integração entre as convenções internacionais anticorrupção, o controle de convencionalidade e a Lei nº 14.230, de 2021, com ênfase em responsabilidade subjetiva, medidas cautelares e dosimetria. “Saio com ferramentas concretas para decisões mais fundamentadas, céleres e alinhadas à integridade pública”, avaliou.





CURSO COORDENADO PELA VICE-PRESIDÊNCIA DO TJTO SOBRE ENTREVISTA DE INTELIGÊNCIA REPERCUTE ENTRE SERVIDORES(AS) DE OUTROS TRIBUNAIS

A Esmat realizou, de 20 a 24 de outubro, o curso Análise Comportamental voltada para Entrevista de Inteligência, destinado a profissionais da área de Segurança Institucional do Poder Judiciário Tocantinense e de órgãos parceiros. Com carga horária de 40 horas e atividades realizadas ao longo de cinco dias, a capacitação teve como objetivo aprimorar habilidades técnicas para a condução de entrevistas no contexto da atividade de inteligência.

Coordenado pela vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), desembargadora Jacqueline Adorno de La Cruz Barbosa, o curso contemplou aulas teóricas e práticas, simulações, metodologias ativas e conteúdos voltados à identificação de sinais verbais e não verbais, além do uso da metodologia SCAnR® na análise de comportamento. As atividades foram conduzidas pela mestra Ana Paula Alves Ferreira Botelho. O curso reuniu participantes de diversas instituições, incluindo magistrados(as), servidores(as) do TJTO, representantes de outros tribunais, forças de segurança pública e do Ministério Público.

Para o capitão da Polícia Militar do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), Cristiano Bitencourt da Silva, o conteúdo oferecido ampliou a compreensão sobre comunicação e comportamento.

“O curso foi uma experiência enriquecedora e transformadora. As abordagens sobre comunicação não verbal trouxeram uma nova perspectiva sobre leitura e interpretação de comportamentos. A explicação dos seis canais de comunicação foi clara, prática e de grande aplicabilidade profissional. O conteúdo foi apresentado com excelência e domínio técnico. Recomendo a todos(as) que desejam aprimorar suas habilidades em análise comportamental em entrevistas”, compartilhou.

Alfredo A. Vasconcelos, da Assessoria de Inteligência do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (TJMS), ressaltou a pertinência do tema no contexto da atuação policial e reconheceu a iniciativa como estratégica para o aperfeiçoamento técnico da área.

“O curso apresenta um tema de grande utilidade no exercício da atividade policial. O TJTO acertou ao oportunizar o estudo sobre o comportamento humano, sua relevância e aplicabilidade durante uma entrevista. O ambiente de estudo oferecido pela Esmat, somado à alta qualificação da docente, facilitou a compreensão de um conteúdo de alta complexidade”, elogiou.

Essa atuação conjunta entre diferentes instituições foi ressaltada como um dos diferenciais da capacitação por José Carlos Garcia, chefe da Divisão de Inteligência do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), que destacou como as atividades reforçam a vocação do TJTO como referência nacional no tema.

“O curso possibilitou a integração de representantes de diversos tribunais e de agências locais, promovendo um estudo aprofundado sobre a análise comportamental aplicada à entrevista de inteligência. Os temas abordados certamente contribuirão para o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelos órgãos participantes. Mais uma vez, o TJTO reafirma sua posição de destaque nacional como referência em capacitação voltada à Inteligência no âmbito do Poder Judiciário”, comentou.



Direção Defensiva e Evasiva



Em 2025, a Esmat realizou três turmas do curso “Direção Defensiva e Evasiva”, voltadas à promoção da segurança institucional e ao preparo técnico de magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) para atuação em situações de risco no trânsito. A formação, desenvolvida nos dias 21, 22 e 23 de outubro, foi direcionada a magistrados(as), militares da Assessoria Militar do TJTO, motoristas da Presidência, da Corregedoria-Geral da Justiça e de gabinetes de desembargadores(as), com carga horária de 8 horas-aula por turma.

Sob a coordenação do juiz José Ribamar Mendes Júnior, o curso combinou conteúdos teóricos e atividades práticas. A parte teórica, realizada na sede da Esmat, abordou manutenção veicular, mecânica básica, ergonomia na direção, ajustes de espelhos e funcionamento de freios ABS, reforçando a importância da condução preventiva e da leitura de cenários de risco. Na etapa prática, desenvolvida no Kartódromo Rubens Barrichello, em Palmas, os(as) participantes vivenciaram exercícios de slalom, manobras evasivas, frenagem de emergência, reverso evasivo e controle de visão periférica, sempre com acompanhamento técnico e estrutura de segurança.

As turmas contaram com a atuação de instrutores especializados em segurança pública, manobras táticas e direção veicular, entre eles Henrique Neri Pereira, Frederico Ribeiro dos Santos Silva, Anderson dos Santos Mendonça, Alessandro José Berlim, Alisson Luã Faller e Teobaldo Bento Vieira. Ao final das três edições, o curso contribuiu para o fortalecimento da cultura de prevenção, da percepção de risco e da capacidade de tomada de decisão rápida sob pressão, alinhando a atuação dos condutores e das equipes de apoio às diretrizes de segurança institucional do TJTO.





ESMAT APRIMORA PRODUÇÃO DE EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS COM DUAS TURMAS DE REDAÇÃO OFICIAL

Em 2025, a Esmat realizou duas turmas do curso “Redação Oficial no Poder Judiciário: prática dos expedientes”, como ação estratégica vinculada ao Projeto de Gestão por Competências do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). A iniciativa respondeu a lacunas identificadas na competência “Redação Oficial” entre servidores(as) e estagiários(as), com foco na melhoria da produção de textos administrativos e na padronização da comunicação institucional.

A Turma I foi realizada no período de 21 a 28 de outubro, em modalidade à distância, com 12 horas de carga horária, combinando atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat e três webaulas ao vivo (21, 23 e 28/10), conduzidas pelos facilitadores Valcir Gassen e Denise Sodré. Nessa edição, os(as) participantes trabalharam fundamentos da linguagem (níveis sintático, semântico e pragmático), diferenças entre linguagem natural, técnica e simbólica, além de conteúdos sobre comunicação institucional, coesão, coerência e oficinas práticas voltadas aos principais expedientes administrativos utilizados no Judiciário.

A Turma II ocorreu no período de 30 de outubro a 11 de novembro, também em formato *online*, com 25 horas de formação distribuídas entre encontros síncronos via Google Meet e atividades assíncronas no AVA. Voltada ao mesmo público-alvo – servidores(as) e estagiários(as) do Poder Judiciário Tocantinense –, essa turma manteve o foco na clareza, objetividade e adequação às normas da redação oficial, reforçando o uso de linguagem simples e alinhada às diretrizes institucionais. As webaulas foram conduzidas pelo professor Valcir Gassen, que enfatizou o caráter permanente do tema e a centralidade da comunicação escrita para a rotina de trabalho no Tribunal.



CURSO ABORDA PROTEÇÃO DE DADOS E RESPOSTA A INCIDENTES DIGITAIS

Foi realizado, de 20 a 24 de outubro, o curso Segurança Cibernética, voltado a servidores(as) do Poder Judiciário com atuação nas áreas de Tecnologia da Informação e Segurança Institucional.

Com carga horária de 40 horas, a capacitação foi ministrada pelo professor e perito Thiago Magalhães de Brito Rodrigues, mestre em Redes de Computadores e especialista em Computação Forense.

A proposta da capacitação foi desenvolver competências técnicas avançadas para proteção de dados sensíveis, identificação de vulnerabilidades e resposta a incidentes em ambientes computacionais. Os(As) participantes tiveram acesso a conteúdos práticos sobre criptografia, ataques a redes, auditoria de sistemas e planos de contingência, com foco em inovação e eficiência tecnológica.



Curso Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência

CONTRATAÇÕES ASSERTIVAS: FORMAÇÃO APRIMORA A CONSTRUÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA E ESTUDOS PRELIMINARES

Foi desenvolvido, de 22 a 28 de outubro, o curso Elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR), promovido pela Esmat na modalidade Ensino à Distância. Ministrado pelo professor Antônio Fernandes Soares Netto, o curso teve como objetivo qualificar servidores(as) do Judiciário Tocantinense para a elaboração de ETP e TR em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

Além do alinhamento às normas da Lei nº 14.133, de 2021, os(as) participantes consolidaram conhecimentos práticos para qualificar todas as etapas do planejamento e da contratação: estruturação do ETP (identificação da necessidade, estudo de mercado, análise de viabilidade, estimativa de custos e gestão de riscos) e do TR (definição precisa do objeto, requisitos de desempenho e qualidade, critérios de seleção e diretrizes de fiscalização), com ênfase em evitar erros recorrentes.

A integração entre ETP e TR foi exercitada em estudo de caso com apresentação de grupos, reforçando como os documentos se complementam no processo licitatório e asseguram economicidade e segurança jurídica.



CAPACITAÇÃO APRIMORA TÉCNICAS DE PENHORA E AVALIAÇÃO PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA

Com foco no aprimoramento técnico e na valorização do papel dos(as) oficiais(as) de justiça na atividade jurisdicional, foi realizado no período de 20 de outubro a 7 de novembro, o curso "Aperfeiçoamento do Oficial de Justiça em Penhora e Avaliação". Com carga horária de 16 horas, as primeiras aulas foram conduzidas pela professora Asmaa Abdallah Hendawy, doutora em Ciências Jurídicas e Sociais e oficiala de justiça avaliadora no Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Com uma abordagem acolhedora e colaborativa, a facilitadora destacou a importância do intercâmbio de experiências entre os(as) participantes.

A capacitação, realizada de forma remota por meio da plataforma Google Meet, buscou qualificar os(as) servidores(as) na condução de procedimentos expropriatórios, em especial na atividade de avaliação de bens móveis e imóveis, conforme exigências do novo Código de Processo Civil. O curso contou ainda com a participação do instrutor Thiago Cesar da Silva Pereira Lima, também oficial de justiça avaliador do TJPA. O conteúdo programático incluiu temas como Modalidades de Penhora, Normas da ABNT Sobre Avaliação de Bens, Técnicas de Homogeneização de Dados, Planilhas de Cálculo e Elaboração de Laudos Avaliativos.

CURSO EM LÍNGUA PORTUGUESA REFORÇA COMPROMISSO COM COMUNICAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE

Servidores(as) e estagiários(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram, nos dias 23 e 24 de outubro, do curso “Língua Portuguesa: Gramática e Redação Oficial”. Com carga horária de 16 horas e conduzida de forma presencial, a capacitação foi ministrada pelo juiz Márcio Barcelos Costa.

A capacitação, promovida pela Esmat e com coordenação do juiz Wellington Magalhães, teve como objetivo desenvolver habilidades técnicas e linguísticas para a elaboração de atos administrativos e judiciais com clareza, precisão e imparcialidade, em consonância com o Manual de Redação da Presidência da República. A proposta também está alinhada à política institucional de valorização da linguagem simples e da comunicação acessível.

Durante o curso, os(as) participantes revisaram fundamentos gramaticais e práticas de redação oficial, com exercícios voltados à produção, à revisão e à padronização textual de documentos como ofícios, memorandos, decisões e acórdãos.

Em depoimento, o professor Márcio destacou a importância do uso da linguagem simples no contexto jurídico. “O CNJ já tem um projeto sobre linguagem simples, e o Tribunal de Justiça já adotou e implantou essa proposta. Estamos encerrando o curso revendo com os(as) alunos(as) a gramática e a produção de textos. Acredito que tivemos um excelente resultado”, comentou.

A servidora Maria Clara Rezende ressaltou a aplicação prática dos aprendizados no cotidiano das atividades administrativas. “O doutor Márcio destacou a importância de uma comunicação clara, objetiva e acessível no serviço público, mostrando que eliminar o excesso de formalidades e o juridiquês não empobrece o texto, mas o torna mais humano e compreensível. Vimos que escrever de forma simples é essencial para garantir o acesso à Justiça e aproximar o Judiciário da sociedade”, disse.



FORMAÇÃO EXPLORA O POTENCIAL DA PLATAFORMA GOOGLE CLOUD NO DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES EM IA

Os(as) servidores(as) da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTINF) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) e da área de Tecnologia da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) participaram, no período de 6 a 17 de outubro, do curso “Inteligência Artificial Generativa com a Plataforma do *Google Cloud*”. Com carga horária de 30 horas, a capacitação ocorreu de forma totalmente virtual, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat e da plataforma *Google Cloud Skills Boost*.

O curso contou com a facilitação do mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, Ângelo Stacciarini Seraphin, e do mestrando Ivo Pontes Araújo. Durante o período de realização, os(as) participantes tiveram acesso a conteúdos teóricos e práticos sobre os fundamentos da Inteligência Artificial, uso da API Gemini na Vertex AI, aplicações de IA Generativa com Gemini e Streamlit, além de laboratórios sobre geração de código em Python e desenvolvimento de aplicativos multimodais. A proposta pedagógica também contemplou atividades com o uso de SDKs e ferramentas avançadas do ecossistema *Google Cloud*.

FORMAÇÃO EM GESTÃO JUDICIÁRIA BASEADA EM DADOS PREPARA EQUIPES PARA O PLANO DE GESTÃO ANUAL



Em 2025, a Esmat, em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça (CGJUS), realizou duas edições do Treinamento “Gestão Judiciária Baseada em Dados” (Grupos 1 e 2), voltadas a magistrados(as), assessores(as) e chefes de Secretaria do 1º Grau do Poder Judiciário Tocantinense. As turmas, com 16 horas-aula cada, foram desenvolvidas entre outubro e dezembro e integraram o ciclo de formações preparatórias para a elaboração do Plano de Gestão Anual das unidades judiciárias e para a 1ª Semana da Gestão Eficiente, em consonância com o Provimento nº 2/2023/CGJUS.

Com foco na utilização estratégica de dados para a tomada de decisão, o treinamento trabalhou o acesso, a extração e a interpretação de informações nos painéis de Business Intelligence (BI) do TJTO, DataJud e Eproc, enfatizando indicadores como produtividade, acervo, tempo médio de tramitação, cumprimento de metas,

efetividade de audiências e demandas repetitivas. A proposta pedagógica foi organizada em três módulos: Sensibilização para mudanças no contexto da gestão judiciária, Extração e interpretação de dados estatísticos nos painéis de BI e Elaboração do Plano de Gestão para unidades judiciárias, estimulando a compreensão de que a gestão baseada em evidências, conduzida de forma humanizada, é instrumento de transformação institucional, eficiência e justiça social.

As aulas foram ministradas pela coordenadora de Correição, Planejamento e Aprimoramento da 1ª Instância (Ceplan), Hyllaine Asevedo da Silva, pela chefe da Divisão de Monitoramento de Metas e Indicadores (Divmon), Adriana Reis Dutra, e pela chefe da Divisão de Suporte ao Planejamento da Gestão, Fernanda Pontes Alcântara Bonvini, com apoio de equipe de monitores(as). Ao longo das atividades, os(as) participantes foram orientados(as) a construir diagnósticos das unidades, organizar metas, ações e prazos e elaborar minutas de Planos de Gestão Anual a serem encaminhados à Corregedoria, fortalecendo a cultura de planejamento, a transparência e a governança na gestão das unidades judiciárias do Estado.





Zabbix Advanced
Aula 01: Templates, Itens, Triggers,e Dependências
4Linux - Curso Avançado

**CURSO DE MONITORAMENTO COM ZABBIX
É REALIZADO COM FOCO EM INOVAÇÃO
E EFICIÊNCIA TECNOLÓGICA**

Ocorreu, de 3 a 14 de novembro, o curso “Monitoramento de Rede utilizando a ferramenta open source Zabbix”, promovido pela Esmat, em parceria com a empresa 4Linux. A capacitação teve como público-alvo servidores(as) da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTINF), da Corregedoria-Geral e da própria Esmat, com foco no aperfeiçoamento de competências técnicas em infraestrutura de TI.

Com carga horária de 40 horas, o curso ocorreu de forma remota, ao vivo, e teve como facilitador o consultor de TI Emerson Araújo da Silva. Nas aulas, os(as) participantes tiveram contato com conceitos fundamentais de monitoramento, arquitetura do Zabbix e a importância do uso estratégico da ferramenta para a gestão eficiente dos recursos tecnológicos do Poder Judiciário.

Tocantinense. A programação do curso abordou conteúdos que foram desde a instalação da ferramenta até o monitoramento avançado de bancos de dados, redes e serviços diversos, além de práticas de backup, segurança e tuning de performance.



FORMAÇÃO EM JURIMETRIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL IMPULSIONA CULTURA DE DADOS NO TJTO

Com o objetivo de fortalecer a cultura da inovação, da análise de dados e da tomada de decisões baseadas em evidências no Judiciário Tocantinense, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) promoveu, em novembro de 2025, o curso “Análise de Dados Jurídicos no TJTO: Fundamentos de Jurimetria e IA”. A capacitação foi destinada a servidores(as) de unidades estratégicas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), com atuação direta na gestão de acervo, metas, precedentes e indicadores judiciais.

Com carga horária total de 30 horas-aula, o curso foi estruturado em duas etapas complementares: A fase EaD, realizada nos dias 4 e 11 de novembro, introduziu os(as) participantes aos fundamentos da jurimetria, desenho de pesquisas empíricas, estruturação de hipóteses e uso inicial de ferramentas de análise de dados, por meio de webaulas síncronas conduzidas pelos professores José de Jesus Filho e Alexandre Nicolella.

Já a fase presencial, realizada de 24 a 26 de novembro na sede da Esmat, proporcionou o desenvolvimento de projetos práticos, com coleta, tratamento, visualização e análise exploratória de dados judiciais, além da apresentação de resultados pelos grupos participantes.

O curso foi coordenado pelo juiz Arióstenis Guimarães Vieira e direcionado a servidores(as) da Coordenadoria de Gestão Estratégica (Coges), Divisão de Monitoramento de Metas e Indicadores (Divmon), Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepac), Grupo de Pesquisas Judiciais (GPJ) e Núcleo de Parametrização (Nupara).

GESTÃO DE RISCOS: CURSO CAPACITA SERVIDORES PARA A ELABORAÇÃO SEGURA DE ADITIVOS E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) realizou, nos dias 17 e 18 de novembro, o curso Alterações e Aditivos aos Contratos Administrativos, voltado a servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense que atuam diretamente nos processos de contratações públicas. A capacitação contou com carga horária de 16 horas, em formato presencial.

Sob a condução do especialista em gestão pública e contratações Silvio César da Silva Lima, o curso apresentou os principais fundamentos que regem as modificações contratuais, destacando os limites quantitativos, qualitativos e jurídicos previstos na legislação, bem como as formas adequadas de formalização de aditivos e os cuidados necessários no processo de gestão.

Além disso, foram discutidos temas essenciais para a atuação administrativa, como o Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos; A Diferenciação Entre Reajuste, Repactuação e Revisão; e As Responsabilidades dos Agentes Públicos. Os(as) participantes também analisaram achados relevantes de auditorias do TCU, ampliando a compreensão sobre riscos, exigências normativas e boas práticas.

As atividades tiveram como objetivo capacitar os(as) participantes a compreender, analisar e aplicar as normas e a jurisprudência relativas às alterações e aos aditivos em contratos administrativos, com ênfase na Lei nº 14.133, de 2021, desenvolvendo habilidades para gestão, fiscalização e controle de aditivos contratuais, a fim de garantir a legalidade, a eficiência e a proteção ao erário.



ESMAT REALIZA CURSO SOBRE ELABORAÇÃO DE TERMOS DE COOPERAÇÃO, CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES

A Esmat desenvolveu, nos dias 27 e 28 de novembro, o curso “Elaboração de Termo de Cooperação, Instrumentos Congêneres e Convênios”, com carga horária total de 16 horas e voltado a servidores(as) de diversas unidades do Poder Judiciário Tocantinense que atuam diretamente nas áreas relacionadas.

Ministrado pelo contador e especialista em Contabilidade Pública Raimundo Nonato Almeida Pereira, o curso integrou ações institucionais voltadas ao fortalecimento da governança administrativa e à qualificação dos processos de planejamento, de execução e de prestação de contas relacionados a instrumentos de cooperação.

Ao longo dos dois dias de atividades, os(as) participantes estudaram temas essenciais para a gestão pública moderna, como legislação aplicada, diretrizes orçamentárias, elaboração de projetos, plano de trabalho, análise técnica e financeira, processos de contratação vinculados a convênios, bem como regras para fiscalização e prestação de contas.



ARMAMENTO E TIRO APLICADO À PROTEÇÃO DE AUTORIDADES

Cinco turmas concluídas do Curso de Armamento e Tiro

Em 2025, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) promoveu com êxito cinco turmas do curso Armamento e Tiro Aplicado à Proteção de Autoridades, voltado a magistrados(as) e policiais militares da Assessoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). A ação formativa foi realizada nos meses de outubro e dezembro.

Com carga horária de 12 horas-aula por turma, o curso foi desenvolvido em duas etapas: aulas teóricas, ministradas na sede da Esmat, e atividades práticas realizadas no Clube de Tiro de Palmas, com acompanhamento técnico e instrutores especializados.

A Turma I, destinada exclusivamente a magistrados(as), foi concluída em outubro. Já as Turmas II, III, IV e V, realizadas em novembro e dezembro, atenderam aos(as) policiais militares da Asmil, indicados(as) pela Presidência do TJTO. Em todas as turmas, foram abordadas técnicas de tiro, uso velado de armamento, manutenção de armamento e simulações controladas.

A formação teve coordenação do juiz José Ribamar Mendes Júnior, e contou com a atuação dos instrutores Zilomar Santana de Souza, Danyollo Cordeiro de Macedo, Bruno Brito Mota e Tadeu Franklin Barbosa de Moraes.





Prevenção e Defesa Pessoal Feminina

SEGURANÇA E AUTONOMIA: CAPACITAÇÃO EM DEFESA PESSOAL FEMININA PERCORRE QUATRO REGIÕES DO ESTADO

Com o objetivo de fortalecer a segurança pessoal, a autoestima e a autonomia de mulheres que atuam no Sistema de Justiça Tocantinense, a Esmat realizou, nos meses de outubro e novembro de 2025, o curso “Prevenção e Defesa Pessoal Feminina”, com a oferta de quatro turmas presenciais nas cidades de Porto Nacional, Araguaína, Araguatins e Gurupi.

A formação foi voltada a magistradas, servidoras, colaboradoras, terceirizadas e estagiárias do Poder Judiciário do Estado do Estado do Tocantins (TJTO) e integrou as ações do Programa de Proteção, Acolhimento Humanizado e Solidário às Mulheres do Judiciário (PAHS), em consonância com a Recomendação nº102 do CNJ.

Coordenado pela juíza Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira, coordenadora estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, o curso teve carga horária de 8 horas-aula, combinando conteúdos teóricos e práticos sobre: Técnicas de autodefesa e contenção, Prevenção de riscos, Violência de gênero e aspectos legais, Postura corporal e percepção do ambiente.

As aulas foram conduzidas pelo especialista Leonardo Rodrigues de Souza, com apoio da instrutora Diana Araújo de Almeida, e reuniram mulheres de diversas comarcas vizinhas às cidades-sede, promovendo um espaço seguro de aprendizado, troca de experiências e fortalecimento coletivo.

A capacitação buscou não apenas ensinar técnicas de defesa, mas também criar um ambiente de escuta e de acolhimento, promovendo o empoderamento feminino por meio da conscientização sobre direitos, segurança e autocuidado. A ação reforçou o compromisso do Judiciário Tocantinense com a construção de uma cultura institucional mais segura, igualitária e respeitosa para todas as mulheres.



ESMAT CAPACITA SERVIDORES(AS) DO JUDICIÁRIO, TCE, PGE E MP SOBRE APLICAÇÃO PRÁTICA DA LGPD EM DECISÕES JUDICIAIS



A Esmat realizou, no dia 7 de novembro, o curso “Aplicação da LGPD nas Decisões Judiciais”. A capacitação, que certificou 40 profissionais, teve caráter interinstitucional e reuniu um público qualificado de servidores(as) e membros do TJTO, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), do Tribunal de Contas (TCE) e do Ministério Públiso (MP).

Coordenada pela desembargadora Jacqueline Adorno de La Cruz Barbosa, vice-presidente do TJTO e presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional (Copesi), a capacitação visou habilitar os(as) participantes para a aplicação crítica e fundamentada da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) tanto nas decisões judiciais quanto nas práticas administrativas cotidianas.

Durante as 8 horas-aula, conduzidas na sede da Esmat, o professor Danilo Menezes de Santana aprofundou temas complexos, como a Intersecção entre a LGPD e o Código de Defesa do Consumidor, a Proteção de Dados de Grupos Vulneráveis, Responsabilidade Civil, o Direito de Oposição e a Análise da Jurisprudência Recente dos Tribunais Superiores.

Ao avaliar a iniciativa, o professor destacou o pioneirismo da Escola e a relevância da integração entre os órgãos de controle e justiça. “Foi uma grande satisfação ministrar o curso. A iniciativa demonstra o compromisso da Instituição com a formação continuada e com a atualização dos(as) profissionais que atuam na administração pública, especialmente em temas tão atuais e sensíveis como a Proteção de Dados Pessoais”, afirmou.

Em depoimento, Danilo complementou, enfatizando o aspecto colaborativo da turma. “A participação de servidores(as) do TJTO, da PGE, do TCE e do Ministério Públiso reforça a importância da integração entre os órgãos e o fortalecimento de uma cultura institucional voltada à conformidade e à transparéncia no tratamento de dados. Parabenizo a Esmat pela excelência da organização e pela visão de futuro”, citou.

Entre os(as) participantes, o conteúdo e a metodologia também foram bem avaliados. Heverson de Almeida Braga, auditor de Controle Externo e assessor especial de Planejamento do TCE, classificou a experiência como “extremamente enriquecedora”. Segundo ele, o curso permitiu uma compreensão aprofundada dos fundamentos e da aplicação prática da LGPD no Judiciário, “destacando os desafios e as responsabilidades das instituições públicas na proteção das informações pessoais”.



PROJETO GAIA IMPULSIONA A INOVAÇÃO E A EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL



A busca contínua por inovação ganhou mais um capítulo no TJTO. Abrindo o mês de dezembro, foi realizada, nos dias 1º e 2, a capacitação para o Projeto-Piloto da ferramenta GAIA. A atividade foi desenvolvida no auditório da Esmat, com participação de magistrados(as), servidores(as) e especialistas convidados(as) do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS).

Durante a abertura, o diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas, fez uma reflexão sobre a evolução tecnológica e a importância de o Judiciário acompanhar essa transformação.

“Estamos embarcando na era da Inteligência Artificial Generativa. Isso vai contribuir significativamente com a segurança do nosso trabalho e da própria jurisdição. Se não tivermos conectividade, ficaremos como a Carolina dos versos do Chico Buarque: ‘o tempo passou na janela, e só a Carolina não viu’. Nós não podemos ser a Carolina”, afirmou.

O desembargador também destacou o papel protagonista da desembargadora Maysa Vendramini Rosal, presidente do TJTO, e da desembargadora Jacqueline Adorno, vice-presidente, na condução do projeto.

Representando a Presidência do TJTO, a vice-presidente do Tribunal, desembargadora Jacqueline Adorno, que também preside o Comitê de Apoio à Implantação do Eproc (Caeproc/TJ) e a Comissão Auxiliar do Eproc, resgatou momentos marcantes da informatização do Judiciário Tocantinense e ressaltou o engajamento coletivo.

“Em 2011, adotamos um sistema de processo eletrônico próprio. Em 2019, migramos para o Eproc Nacional. E agora estamos entrando na era da Inteligência Artificial. Tenho certeza de que, assim como nas outras etapas, esta também será cumprida com excelência. Ferramentas são instrumentos para melhorar a nossa entrega jurisdicional – mas a humanidade do nosso olhar é insubstituível”, destacou.

O servidor Angelo Stacciarini Seraphin, analista da Diretoria de Tecnologia da Informação do TJTO e doutorando em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (Esmat/UFT), conduziu a primeira parte da capacitação com a apresentação das ferramentas GAIA Assistente e GAIA Minuta. O momento abordou aspectos práticos da integração com o Eproc, desde comandos operacionais até exemplos de uso no fluxo processual.

No workshop da manhã, os convidados do TJRS, desembargador Clóvis Mattana Ramos e o assessor Gabriel Milnitz Leite, compartilharam a experiência do Judiciário gaúcho com o uso da Inteligência Artificial. O curso está ancorado na Resolução nº 615 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2025, que regulamenta o uso da Inteligência Artificial no Sistema de Justiça. Dentre os(as) participantes da capacitação estavam presentes, além da vice-presidente do TJTO e do diretor geral da Esmat, os(as) desembargadores(as) Etelvina Maria Sampaio Felipe e Adolfo Amaro Mendes, bem como os magistrados Arióstenis Guimarães, Gil Correia, Marcelo Faccione, Rodrigo Silva Perez, Roniclay Alves e Wellington Magalhães.

Ao final das atividades, o desembargador Marco Villas Boas realizou a entrega do Medalhão 20 Anos do Copedem, destinado a personalidades com relevante contribuição à formação jurídica no país. Receberam a honraria a desembargadora Jacqueline Adorno e o desembargador Clóvis Mattana Ramos. O assessor Gabriel Milnitz e o servidor Angelo Stacciarini foram agraciados com o Medalhão Esmat, em reconhecimento às suas atuações na difusão de conhecimento técnico e boas práticas no Judiciário.



CAPACITAÇÃO ABORDA APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ÁREA DA SAÚDE

Como a Inteligência Artificial pode transformar o trabalho na área da Saúde? É a essa pergunta que os(as) participantes do curso "Inteligência Artificial na Área da Saúde" começaram a responder no dia 1º de dezembro, na Esmat. A atividade seguiu até o dia seguinte (2), com carga horária de 16 horas, e propôs uma abordagem prática, crítica e atual sobre o uso da IA no setor público.

Ministrado pelo professor Paulo Sérgio Pedrosa de Miranda Filho, o curso combina teoria, demonstrações e construção colaborativa de soluções com Inteligência Artificial. Médico e especialista em tecnologias emergentes, o professor reforçou que a proposta não é apenas ensinar a usar sistemas automatizados, mas também formar uma base crítica e sólida para o uso da tecnologia no contexto institucional.

"A lógica do que queremos entregar aqui é não apenas um conjunto de ferramentas, mas também uma alfabetização em saúde digital, bem como uma base teórica em IA que permita a cada profissional sair do curso com um senso crítico forte, muito bem trabalhado, além de uma técnica adequada para obter ganhos de produtividade e da sua atuação profissional", explicou.

A programação do curso foi construída para dialogar com os desafios reais enfrentados por quem atua nos setores de assistência, vigilância, gestão e apoio psicossocial. Fazem parte do público-alvo servidores(as) e estagiários(as) dos setores ligados à saúde do TJTO, como o Cesau, Napsi, Junta Médica, GGEM, TRE-TO e demais órgãos parceiros.



CAPACITAÇÃO TÉCNICA APRIMORA A GESTÃO DE RISCOS E A SEGURANÇA ORGÂNICA DO JUDICIÁRIO



A Esmat encerrou, em 2 de dezembro, o curso “**Resposta a incidentes de segurança e gestão de riscos**”, realizado de forma presencial na sede da Instituição. A capacitação reuniu servidores(as) de áreas estratégicas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), como Presidência, Diretoria de Tecnologia da Informação (DTINF), Assessoria de Segurança da Informação (ASEGI), Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos (Coges), Esmat, Comitê de Gestão de Risco e Assessoria de TI da Corregedoria.

Com carga horária de 16 horas-aula, distribuídas nos dias 1º e 2 de dezembro, o curso teve como objetivo capacitar servidores(as) em Segurança da Informação, Gestão de Riscos e Resposta a Incidentes, com enfoque teórico e prático em ações de prevenção, detecção e reação a ataques em ambientes físicos e eletrônicos.

A proposta, ministrada pelo professor doutor Cleórbete Santos, utilizou material baseado em normas nacionais e internacionais, em casos reais de órgãos públicos e empresas privadas, alinhando a capacitação às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Manual de Gestão de Riscos do TJTO.

Ao longo das atividades, os(as) participantes estudaram princípios da segurança da informação, criptografia, malware, engenharia social, arquitetura “zero trust”, segurança em aplicações web e frameworks de gestão de riscos, como a ISO 31000, a ISO/IEC 27005 e o *NIST Cybersecurity Framework*. Também foram trabalhados conceitos de apetite e de tolerância ao risco, matriz de risco, registro de riscos, análise qualitativa e quantitativa, bem como técnicas de identificação e de tratamento de riscos em ambiente corporativo.

A segunda parte da programação foi dedicada à resposta a incidentes de segurança, incluindo políticas e planos de resposta, funcionamento de equipes de CSIRT/CIRT, classificação e priorização de incidentes, estratégias de contenção, preservação de evidências, análise forense digital e elaboração de relatórios pós-incidente, com destaque para os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em situações de vazamento ou comprometimento de informações.

CAPACITAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS INSPIRA SERVIDORES(AS) E REFORÇA COMPROMISSO DO TJTO COM INCLUSÃO



Unir teoria, prática e sensibilidade para promover ambientes acessíveis. Essa foi a proposta da capacitação “Normas e Padrões de Acessibilidade e Aplicação de Tecnologias Assistivas”, realizada pela Esmat, nos dias 9 e 10 de dezembro. O curso, coordenado pela servidora responsável pelos trabalhos da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TJTO, Patrícia Idehara, contou com a participação de servidores(as) da Diretoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção Predial (Dinfra) e outras unidades.

A capacitação foi conduzida pelo professor Eduardo Ronchetti, especialista com mais de 25 anos de experiência na área, e teve como foco principal a aplicação prática das normas técnicas de acessibilidade – como a NBR 9050/2020 e a nova NBR 16537/2024 – em projetos e espaços do Poder Judiciário.

A abertura do evento contou com a presença da desembargadora Ângela Issa Haonat, presidente da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TJTO. Na avaliação da coordenadora Patrícia, a capacitação

foi um marco: “Eu nunca tinha visto os(as) alunos(as) tão motivados(as), tirando dúvidas em projetos, elaborando laudos de acessibilidade na prática, tudo ao vivo! Este foi um curso que valeu muito a pena”.

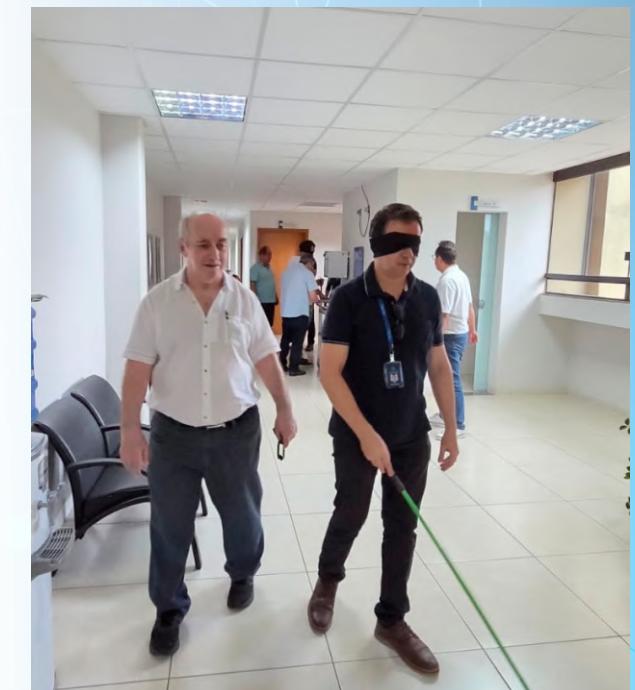
O impacto do curso se refletiu também nos depoimentos dos(as) participantes. Para a servidora Eva Portugal, a vivência foi mais que uma capacitação, foi um momento de fortalecimento e pertencimento:

“Participar do curso foi muito especial para mim. Como pessoa com deficiência, eu conheço de perto as barreiras que muitas vezes passam despercebidas no nosso dia a dia. Por isso, ver esse tema sendo tratado com tanta responsabilidade e profundidade me fortaleceu e deixou ainda mais comprometida com a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo. Capacitações como esta reforçam a esperança de um Judiciário mais humano, que comprehende que acessibilidade não é apenas uma norma, mas também um instrumento que garante dignidade, autonomia e pertencimento”, compartilhou.



Já o arquiteto Juarez Marinho destacou a mudança de perspectiva proporcionada pelo curso. Ao relatar sua experiência, ele enfatizou a importância de compreender a acessibilidade como um compromisso ético e social, e não apenas como uma exigência normativa.

“Foi uma experiência incrível. O curso foi fundamental para abrir minha mente sobre a importância de projetar espaços acessíveis, destacando o papel essencial da arquitetura na inclusão. [...] Meus parabéns à Esmat por nos proporcionar essa ampliação de conhecimento técnico”, disse.





ESMAT PROMOVE CAPACITAÇÃO SOBRE PRÁTICAS NO SEI COM FOCO NA ROTINA ADMINISTRATIVA

A rotina administrativa do Judiciário passa, cada vez mais, pelo domínio de ferramentas que garantem agilidade, rastreabilidade e segurança. Foi nesse contexto que a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) realizou, no dia 10 de dezembro, o curso “SEI na Prática: Curso de Gestão de Processos Eletrônicos”, na modalidade EaD, pela plataforma Google Meet, com carga horária de 4 horas.

Ao final da capacitação, setenta e um(a) servidores(as) e estagiários(as) do Poder Judiciário Tocantinense foram certificados(as), após uma tarde voltada a rotinas que fazem diferença no dia a dia das unidades: acesso ao sistema, autenticação em dois fatores, tela de controle, criação e tramitação de processos, bloco de assinatura e uso de funcionalidades como “usuário externo”, entre outros procedimentos essenciais.

A condução do curso ficou a cargo dos facilitadores Aislanner Kenisson de Oliveira Rocha e Renê Dettenborn, servidores do TJTO. Ao apresentar a proposta da capacitação, Aislanner situou o encontro como um reforço intencional do básico, não por simplicidade, mas por estratégia: garantir que cada participante saia com uma trilha de uso que permita aplicar o SEI com autonomia nas tarefas mais recorrentes. “A gente vai fazer um bate-papo..., montamos um fluxo, uma trilha que a gente acredita que, quando você aprende essa trilha no sistema, você se torna apto(a) para fazer qualquer atividade do seu dia a dia”, explicou.



Formação **BRIGADA** de Incêndio

Ao longo de 2025, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) realizou 11 turmas da Formação da Brigada de Incêndio, capacitando mais de 170 servidores(as), colaboradores(as) e terceirizados(as) do Poder Judiciário para atuação em situações de emergência, com foco na prevenção e no combate a princípios de incêndio.

Ofertado no formato híbrido, o curso atendeu a comarcas de diferentes regiões do Estado, com uma carga horária que combinou conteúdo teórico e práticas supervisionadas. A matriz curricular incluiu orientações sobre o uso correto de extintores, primeiros socorros, plano de abandono de edificação, entre outros temas essenciais à construção de uma cultura institucional de segurança. A formação contou com o envolvimento direto de instrutores do Corpo de Bombeiros Militar, que ressaltaram a relevância estratégica do curso para a segurança das unidades do Judiciário.

O 3º Sargento Tonaco, bombeiro militar atuante na Assessoria Militar (ASMIL/TJTO) e um dos instrutores das turmas realizadas ao longo do ano, ressaltou que a formação de brigadistas representa mais do que um requisito legal - trata-se de uma medida estratégica de proteção coletiva, que fortalece a capacidade de resposta das unidades judiciais frente a situações críticas. “A formação proporcionou aos(as) servidores(as) conhecimentos essenciais para a preservação de vidas e para a proteção do patrimônio institucional, reforçando a segurança de todos(as) que utilizam esses espaços. [...] Essa preparação atende às exigências da Lei Estadual nº 3.798, de 2021, e à Norma Técnica nº 12 do Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins, configurando um passo importante para o cumprimento das responsabilidades legais da instituição”, explicou.

Já o 3º Sargento Lynneker, também bombeiro militar lotado na Asmil, compartilhou uma perspectiva marcada pela vivência em sala de aula e nos exercícios práticos. Atuando diretamente na condução das turmas, ele observou o nível de participação e de comprometimento por parte dos(as) alunos(as), o que, segundo o instrutor, evidencia a maturidade institucional do Poder Judiciário no que diz respeito à cultura de prevenção e de autoproteção. “Conduzir estas turmas nunca foi apenas cumprir protocolos; foi também garantir que servidores(as), colaboradores(as) e terceirizados(as) se tornassem agentes de segurança competentes e conscientes, e vejo que foi plenamente atingido esse objetivo. Vimos a teoria ganhar vida nos nossos exercícios práticos. E esse conhecimento no ambiente de trabalho é o pilar da nossa segurança coletiva”, afirmou.

**Esmat capacita mais de 170
participantes em Formação de
Brigada de Incêndio ao longo de 2025**





CAPACITAÇÃO PROMOVE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DO TEMPO E CELERIDADE NO FLUXO DE TRABALHO

A Esmat finalizou, no dia 5 de dezembro, o curso “Autogerenciamento na Administração Pública”, voltado a servidores(as) e estagiários(as) do Poder Judiciário Tocantinense. A iniciativa teve como objetivo capacitar os(as) participantes no gerenciamento eficiente do tempo, atividades e tarefas, por meio de técnicas de autogerenciamento fundamentadas na literatura especializada, visando otimizar o desempenho e alcançar melhores resultados no cotidiano profissional.

Com carga horária de 12 horas, o curso foi iniciado em 25 de novembro e ministrado pelo psicólogo e especialista em Gestão por Competências Thiago Dias Costa, e estruturado em quatro módulos, todos ofertados na modalidade EaD. Ao longo da formação, foram apresentados fundamentos essenciais do autogerenciamento, iniciando pela compreensão do conceito, do papel do tempo na rotina profissional e das ferramentas para definição de metas. Em seguida, os(as) participantes aprofundaram técnicas para organização e priorização de tarefas, explorando instrumentos como a Matriz GUT e a Matriz Eisenhower, além de atividades práticas.

Nos módulos finais, foram abordados aspectos relacionados aos limites e aos potenciais individuais, como identificar os maiores consumidores de tempo, organizar agendas e preparar reuniões de forma eficiente. Os(As) participantes também aprenderam a utilizar a Técnica Pomodoro para manter o foco e melhorar o fluxo de trabalho.



ESMAT PROMOVE CURSO PARA FORTALECER LIDERANÇA FEMININA NO JUDICIÁRIO

O curso Formação de Lideranças Femininas reuniu magistradas e servidoras do Poder Judiciário Tocantinense com um propósito que foi além da capacitação técnica: impulsionar trajetórias de liderança com equidade, intencionalidade e visão de futuro. As atividades promovidas dialogaram diretamente com a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), voltada à superação de barreiras históricas que ainda limitam a presença de mulheres em espaços de decisão.

A metodologia adotada seguiu um formato híbrido, combinando workshops presenciais conduzidos pela especialista Simone Murata e atividades assíncronas. Entre os temas trabalhados estiveram autoconhecimento, planejamento estratégico de carreira, alta performance emocional e liderança protagonista, competências com aplicação direta no cotidiano institucional e também no desenvolvimento pessoal das participantes.



EVENTOS





WORKSHOP SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS CAPACITA SERVIDORES(AS) EM TRÊS COMARCAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025

Com foco na gestão responsável de resíduos e na promoção de práticas sustentáveis no âmbito do Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Coordenadoria de Gestão Socioambiental e Responsabilidade Social (Cogersa), em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), realizou três novas edições do *Workshop Coleta Seletiva Solidária: Capacitação sobre Resíduos Sólidos*, nos meses de janeiro e fevereiro de 2025.

As turmas XIII, XIV e XV foram promovidas nas comarcas de Colinas (27/1), Natividade (17/2) e Dianópolis (24/2), reforçando o compromisso da Instituição com a ampliação da política de sustentabilidade e de responsabilidade socioambiental.

A capacitação teve como objetivo orientar magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) quanto à correta separação e destinação de resíduos recicláveis, além de tratar sobre o encaminhamento adequado de bens apreendidos. A ação também fortalece a inclusão social de catadores(as) e cooperativas, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável nos municípios.

Durante o *Workshop*, as facilitadoras Cinthia Azevedo e Welica Rodrigues – servidoras da Cogersa com formação em Engenharia Ambiental – apresentaram conteúdos técnicos sobre classificação, tratamento e tipos de resíduos sólidos, destacando a importância da coleta seletiva e da articulação com parceiros locais para o êxito da iniciativa.

A Coleta Seletiva Solidária já foi implantada nos fóruns de Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Alvorada, Araguatins, Natividade, Dianópolis e Colinas.



PRESIDENTE DO TJTO REÚNE EQUIPE PARA ALINHAR ESTRATÉGIAS EM BUSCA DE UMA JUSTIÇA TRANSPARENTE, ÉTICA E HUMANIZADA

Com uma semana na Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), a desembargadora Maysa Vendramini Rosal reuniu sua equipe de juízes auxiliares, chefes de gabinete, diretores e assessores em um *Workshop* de Arranque, desenvolvido pela Esmat, para alinhamento estratégico e definição de valores que nortearão a Gestão 2025-2027. O evento ocorreu nos dias 13 e 14 de fevereiro, na sede campestre da Associação dos Magistrados do Tocantins (Asmeto), em Palmas.

Integração, humanização, transparência, ética, integridade, acessibilidade, credibilidade e diálogo são princípios que nortearão a gestão. Ao abrir os trabalhos, a presidente também destacou o cuidado com magistrados(as) e servidores(as), o ambiente harmonioso e a atenção ao 1º Grau (comarcas).

A desembargadora lembrou seu jeito simples de trabalhar e reforçou a importância da atuação em equipe para a continuidade aos serviços na busca pela melhoria da prestação jurisdicional e atendimento às demandas do(a) cidadão(ã) tocantinense.

“O Tribunal de Justiça representa esperança para a população. Um poder formado por pessoas que precisam continuar responsáveis, comprometidas e disciplinadas para fazer com que a justiça seja feita”, disse a presidente.

Com dinâmicas interativas e discussões voltadas para o enfrentamento dos desafios e à implementação dos planos de trabalho, nos dois dias de encontro foram trabalhados temas como: Autoliderança e Liderança em Rede, Destaques Estratégicos do Plano de Gestão, Principais Desafios e Iniciativas das Diretorias e Valores que Deverão Nortear o Comportamento dos(as) Colaboradores(as) do TJTO.





JUDICIÁRIO TOCANTINENSE PROMOVE DEBATE TÉCNICO-JURÍDICO SOBRE JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

“Ao promovermos essa discussão, estamos contribuindo não apenas para evitar a judicialização da saúde, mas para aprimorar a entrega dos serviços ao(à) cidadão(ã) e garantir acesso a tratamento de maneira justa e equilibrada”, destacou a desembargadora Maysa Vendramini Rosal, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, ao abrir o Fórum O Direito e a Saúde: em foco a judicialização da saúde, no dia 17 de fevereiro de 2025, no auditório do TJTO.

Para a presidente, o evento é um marco na busca pelo equilíbrio entre a proteção do direito à saúde e a gestão pública responsável. Nesse sentido, enfatizou a necessidade de garantir a efetividade do direito à saúde, sem comprometer a gestão pública para que, assim, seja construído “um sistema de saúde mais eficaz para o país”, ressaltou.

Durante a programação do evento foram abordadas as Súmulas Vinculantes 60 e 61, que tratam do direito à saúde e da obrigação de o Estado fornecer medicamentos e tratamentos necessários, mesmo quando não previsto nas políticas públicas; bem como os temas 1.234 e 6, com repercussão geral, que tratam da eficácia das políticas públicas de saúde em face da judicialização.

O evento foi promovido pelo Poder Judiciário Tocantinense, por meio do comitê gestor que trata da política de atenção integral à saúde de magistrados(as) e de servidores(as), em parceria com a Esmat.

O desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, corregedor-geral da Justiça e presidente do comitê gestor, coordenador do Fórum, frisou que o tema é de grande relevância, pois trata da importância da participação de magistrados(as) e de servidores(as) na busca por subsídios que fundamentem as decisões judiciais relacionadas à saúde.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ricardo Villas Bôas Cueva; o desembargador federal do TRF 4ª Região, João Pedro Gebran Neto; e o juiz federal Clênio Jair Schulze, palestrantes do fórum, fizeram parte da Mesa de abertura do evento.

Também compuseram o dispositivo de honra Eduardo Siqueira Campos, prefeito de Palmas; Gedeon Pitaluga, presidente da OAB/TO; Abel Andrade Leal, procurador-geral de Justiça; Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves, defensor público-geral do Tocantins; Irana Coelho, procuradora-geral do Estado; e Álvaro Lotufo Manzano, procurador da República no Tocantins.



TOCANTINS RECEBE PARTICIPANTES DE TODO O PAÍS NO VI ENCONTRO NACIONAL DE INTELIGÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO

Com mais de 350 participantes de 25 estados e do Distrito Federal, o VI Encontro Nacional de Inteligência do Poder Judiciário (ENIPJ) foi realizado nos dias 26 e 27 de março, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), após dois dias de debates voltados à modernização, à integração e ao fortalecimento da segurança institucional no Judiciário brasileiro.

A conferência de encerramento foi conduzida pelo conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia, João Paulo Schouair, que abordou a atuação das organizações criminosas contra o Poder Judiciário e destacou a necessidade de atuação preventiva e articulada.

“A gente precisa antecipar o problema, conhecê-lo e, juntos, enfrentá-lo”, frisou o conselheiro.

Organizado pelo TJTO, por meio do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), coordenado pela desembargadora Jacqueline Adorno, e em parceria com a Esmat, o encontro reuniu especialistas em inteligência, magistrados(as), servidores(as) e agentes de segurança de diversas regiões do país. A coordenação geral foi do corregedor-geral da Justiça do Tocantins, desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho.

A programação abordou temas como Interoperabilidade entre Sistemas, Proteção de Autoridades, Segurança da Informação, Análise de Risco, Uso de Blockchain e Inteligência em Fontes Abertas. Um dos destaques foi a palestra do assessor de inteligência do STF, Maurício Viegas Pinto, que apresentou um protocolo para atuação no ambiente informacional e reforçou o papel estratégico da antecipação de riscos.

Na área de Tecnologia, o evento trouxe ainda uma exposição sobre o uso do blockchain pela Receita Federal e a implementação de soluções inovadoras de segurança nos tribunais. O chefe da Divisão de Sistemas da Diretoria de Tecnologia da Informação do TJTO apresentou os protocolos de tramitação segura previstos na Resolução nº 383 do CNJ, de 2021, e as inovações adotadas pelo Judiciário Tocantinense, como o uso do Google Workspace para compartilhamento seguro de arquivos em nuvem.

Ao avaliar o encontro, o corregedor Pedro Nelson destacou a participação expressiva e o compromisso institucional com a inteligência como ferramenta de governança e proteção do Judiciário.

COLABORADORES(AS) DO TJTO PARTICIPARAM DE WORKSHOP SOBRE SUSTENTABILIDADE E GESTÃO DE RESÍDUOS



A Esmat promoveu, nos dias 12 e 14 de março, duas turmas do *Workshop Sustentabilidade na Prática – Gestão de Resíduos e Consumo Consciente dos Recursos Naturais* –, voltado a colaboradores(as) do Poder Judiciário Tocantinense.

Com carga horária de quatro horas por turma, o evento teve como objetivo compartilhar conhecimentos

sobre resíduos sólidos, coleta seletiva e reciclagem, além de oferecer suporte técnico à continuidade do Projeto Coleta Seletiva Solidária no Judiciário.

Sob a coordenação da desembargadora Ângela Maria Ribeiro Prudente, o *Workshop* foi conduzido pelas facilitadoras Cinthia Barbosa Pires Azevedo e Welica Rodrigues Lemes Barros, que abordaram temas como Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Manejo de Resíduos Orgânicos, Redução de Impactos Ambientais e Consumo Consciente.

Participaram da capacitação profissionais que atuam nos serviços de copa, limpeza, recepção, jardinagem, marcenaria e carregamento nos prédios do Tribunal de Justiça, da Corregedoria-Geral de Justiça, do Fórum de Palmas, da Esmat, do Centro de Educação Infantil (CEI), do Napsi e dos Anexos I e II, além de representantes da empresa terceirizada Montana.

A iniciativa esteve alinhada às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2010), ao Decreto nº 10.936, de 2022, que regulamenta a educação ambiental, e à Resolução nº 550 do CNJ, que trata do monitoramento de indicadores de sustentabilidade nos órgãos do Judiciário.

WORKSHOP SICOR

WORKSHOP SOBRE A USABILIDADE DO SISTEMA SICOR NAS CORREIÇÕES REALIZADAS PELA CGJUS

Desenvolvido de 1º a 15 de abril, a edição do *Workshop* sobre a Usabilidade do Sistema Sicor nas Correções realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça (CGJUS), foi realizada na modalidade autoinstrucional, e direcionada a servidores e servidoras da Coordenadoria de Correição, Planejamento e Aprimoramento da 1ª Instância (CPLAN), da Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins.

A atividade teve como objetivo capacitar os(as) participantes para a utilização eficiente do Sistema Sicor, ferramenta essencial para o registro, acompanhamento e execução das correções ordinárias realizadas pela Corregedoria-Geral. Durante o curso, foram abordados temas como Fluxo Correcional, Prazos, Diligências, Uso de Dashboards, Preenchimento de Questionários, Envio de Respostas e Vinculação ao Sistema e-Gesp.

Com carga horária de 3 horas-aula, o conteúdo esteve disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat, e a metodologia permitiu que os(as) inscritos(as) organizassem seu ritmo de estudo de acordo com a própria disponibilidade.

O *Workshop* contou com a mediação das servidoras Juliane Ferreira Tavares e Lilian Carvalho Lopes, ambas com atuação técnica na área de correções e formação em Direito.

A coordenação da atividade foi do juiz Manuel de Faria Reis Neto, auxiliar da Corregedoria-Geral e mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Esmat. A capacitação integra o Plano de Logística Sustentável e de Aperfeiçoamento Contínuo da Corregedoria-Geral da Justiça.

OFICINA QUALIFICA MAGISTRADOS E SERVIDORES PARA OS DESAFIOS DA LGPD



A Esmat realizou, nos dias 12 e 13 de maio, a I Oficina em Proteção de Dados no Poder Judiciário, voltada exclusivamente a magistrados(as) e a servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). A iniciativa teve como objetivo promover e disseminar a cultura da proteção de dados pessoais no âmbito do Poder Judiciário, por meio de diálogos e de atividades que proporcionaram uma visão geral de todo o ecossistema de governança e regulação de dados.

Durante a abertura oficial, o juiz Manuel de Faria Reis Neto destacou a importância do comprometimento dos(as) servidores(as) com a temática. “É fundamental reconhecer e valorizar o empenho daqueles(as) que irão atuar diretamente com essa pauta, seja assessorando ou em suas respectivas diretorias, contribuindo para uma cultura mais responsável e alinhada com os princípios da proteção de dados”, disse.

No primeiro dia, o conteúdo foi conduzido por Carlos Nascimento, advogado e coordenador-geral de Normatização da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), com módulos sobre os fundamentos da LGPD, os direitos dos titulares, os agentes de tratamento de dados, segurança da informação e a aplicação prática da lei no setor público. A capacitação foi encerrada com a Oficina de Segurança da Informação e Desafios com as Ferramentas de Inteligência Artificial, ministrada por Douglas Chagas, professor doutor da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e coordenador de Tecnologia da Informação do Ministério da Igualdade Racial (MIR).

Coordenada pela desembargadora Jacqueline Adorno de La Cruz Barbosa, a oficina contou com 40 vagas destinadas a setores estratégicos da administração judiciária, como a Corregedoria-Geral, Diretoria de Tecnologia da Informação, Comitê Gestor de Proteção de Dados, Governança, Comunicação e Ouvidoria, entre outros.



IV SEMANA DE COMBATE AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO

Com foco em escuta qualificada, prevenção e fortalecimento da cultura institucional de respeito, o Poder Judiciário Tocantinense promoveu, de 5 a 9 de maio, a IV Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação. A programação incluiu rodas de conversa, exibição comentada de documentário, visitas institucionais e palestra com a desembargadora Tânia Reckziegel, referência nacional no tema. A solenidade de abertura ocorreu no auditório do TJTO e foi transmitida ao vivo pela Plataforma Virtual da Esmat.

A presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação, desembargadora Ângela Haonat, destacou a urgência do enfrentamento dessas práticas no ambiente de trabalho. “Nossa propósito foi criar espaços de acolhimento, conscientização e diálogo. O assédio e a discriminação ainda são silenciados, naturalizados ou ignorados – e é justamente por isso que precisamos enfrentá-los com coragem”, afirmou.



A presidente do Tribunal, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, ressaltou que a transformação institucional começa pelo cuidado com quem integra o Judiciário. “Para termos a Justiça que queremos entregar à sociedade, precisamos primeiro vê-la acontecer dentro da nossa própria casa”, declarou.

Durante o evento, foram apresentados dados da pesquisa institucional realizada com magistrados(as) e servidores(as) sobre a percepção de assédio e discriminação no TJTO. O relatório evidenciou desafios como o medo de represálias, a sensação de impunidade e a baixa confiança nos canais institucionais de denúncia.

A palestra magna (5/5) ficou a cargo da desembargadora Tânia Reckziegel, primeira ouvidora nacional da Mulher do CNJ. Ao abordar os diversos tipos de assédio – moral, sexual, institucional, racial e virtual –, a magistrada reforçou que o Judiciário deve ser exemplo de conduta ética e respeito. “Não podemos admitir que quem julga casos de assédio conviva com o assédio dentro da própria Instituição”, afirmou.

A programação seguiu com atividades em Palmas, Gurupi e Araguaína. No Fórum de Gurupi (6/5) e de Araguaína (8/5), ocorreu a roda de conversa “Como identificar e superar situações de assédio no ambiente de trabalho?”. Foram debatidas diferenças entre assédio descendente e ascendente, impactos psicológicos e o papel das instâncias institucionais de apuração.

A Semana foi coordenada pela Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação do TJTO, com apoio da Esmat, e esteve alinhada à Resolução nº 351 do CNJ, de 2020, e à Instrução Normativa nº 103, de 2024, que orienta o uso de linguagem simples e acessível na comunicação institucional.



JUSTIÇA SEM BARREIRAS: TJTO PROMOVE EVENTO SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO SISTEMA JUDICIÁRIO

Com o auditório lotado e uma programação dedicada à escuta, ao aprendizado e à transformação institucional, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) realizou, no dia 15 de maio, o evento Judiciário Inclusivo: construindo uma Justiça sem barreiras. A iniciativa, promovida pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), reuniu magistrados(as), servidores(as), especialistas e representantes da sociedade civil para refletir sobre o papel do Judiciário na promoção da acessibilidade plena.

A abertura foi conduzida pela presidente do TJTO, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, que destacou a importância da inclusão como valor institucional. “A acessibilidade é

um valor fundamental para o Judiciário. A Justiça deve ser acessível a todos(as); por isso, é preciso eliminar barreiras e promover a cidadania plena”, afirmou.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, reforçou que a construção de um Judiciário inclusivo é responsabilidade coletiva. “Essa luta não é apenas das pessoas com deficiência. É nossa”, disse.

A presidente da CPAI, desembargadora Ângela Issa Haonat, ressaltou que a inclusão é um imperativo ético. “Sociedade justa é aquela em que barreiras, de qualquer natureza, não encontram espaço. É nosso dever garantir que a Justiça chegue a todos(as), sem exceção.”



REFLEXÕES SOBRE ATITUDES, LINGUAGEM E ESTRUTURAS

A programação contou com sete palestras ao longo do dia. O juiz aposentado e membro da CPAI, Adhemar Chúfalo Filho, abriu os debates com o tema “Acessibilidade Atitudinal: Realidade ou Ideal?” Em uma fala marcada por sensibilidade, ele defendeu que a verdadeira inclusão começa pelo comportamento. “A acessibilidade atitudinal depende de nossas reflexões. Não basta estrutura, é preciso empatia, respeito e valorização do outro.”

Na sequência, o advogado Joelson Dias abordou o “Capacitismo institucional”, provocando uma reflexão sobre práticas discriminatórias enraizadas nas instituições. “Reconhecer o capacitismo estrutural é o primeiro passo para transformar o Judiciário de espectador em protagonista da revolução inclusiva que a Constituição exige”.

A terceira exposição trouxe a advogada Priscilla Selares, que defendeu a comunicação acessível como um direito de todos(as). Com base em dados e experiências, ela destacou a necessidade de múltiplos formatos e linguagens para garantir a efetividade da informação.

O evento também deu espaço à arte, com a participação da jovem artista Maria Eduarda Leite (Duda), autora da exposição apresentada no local. Em seu depoimento, Duda compartilhou como a arte ajudou a expressar sentimentos e a superar barreiras. “A inclusão se constrói coletivamente”, afirmou.

A servidora pública Clarissa Gomes de Souza, do TRF5, falou sobre os desafios da comunidade surda no acesso à Justiça. “Ser surdo(a) é como ser estrangeiro(a) no próprio país. Sem língua, não há voz. Sem voz, não há justiça”.

A neuropsicóloga Jordanna Parreira trouxe o debate sobre neurodivergência ao centro das discussões. Para ela, compreender o funcionamento neurológico diverso é essencial para construir acessibilidade integral no Sistema de Justiça. “A intervenção deve ser contínua, baseada na ética e na ciência”.

Fechando a programação, a juíza auxiliar da Presidência do CNJ, Katia Roncada, tratou da capacidade jurídica das pessoas com deficiência, apontando avanços normativos e desafios práticos. “A mudança de cultura é fundamental para que o Judiciário atue com base na igualdade substantiva, e não apenas formal”.

Além das palestras, o evento garantiu recursos de acessibilidade como intérpretes de Libras, legendagem ao vivo, autodescrição e linguagem simples – reforçando o compromisso institucional com a inclusão. Participantes compartilharam depoimentos emocionados sobre a relevância da iniciativa.



WORKSHOP FORTALECE HABILIDADES DE SUPERVISÃO E LIDERANÇA ENTRE MAGISTRADOS(AS) DAS COMARCAS DE CRISTALÂNDIA E DE ARRAIAS



A Esmat realizou, no dia 28 de maio, o Workshop "A Função de Supervisão e a Função de Liderança: comportamentos que compõem cada conceito na prática", voltado para magistrados(as) das Comarcas de Cristalândia e de Arraias.

A capacitação, com carga horária de 3 horas, ocorreu de forma remota e teve como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento de habilidades comportamentais o qual propicie a prevenção de doenças, a melhoria das relações sociais pessoais e laborais, potencializando a satisfação pessoal, o sentimento de cooperação, de respeito e de identidade para com o trabalho.

As atividades foram ministradas por Evanuzia Luzia de Oliveira, mestra em Psicologia Social e pós-graduada em Gestão de Pessoas, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. O conteúdo foi conduzido com foco no desenvolvimento de competências comportamentais, na promoção de um ambiente de trabalho mais colaborativo e no fortalecimento das relações interpessoais.

Durante o encontro, foram abordados temas como o Papel do(a) Gestor(a) de Equipe e/ou da Própria Vida; A Função de Supervisão e A Função de Liderança, com Foco nos Comportamentos que Compõem Cada Conceito na Prática; Inteligência Emocional, Ações e Reações; Assédio Moral e Sexual, Com Orientações Sobre Serviços de Apoio, Além de Questões Relacionadas à Acessibilidade e à Inclusão.

VALORIZAÇÃO DA VIDA: PALESTRA DESTACA A IMPORTÂNCIA DO AUTOCUIDADO E DA SAÚDE MENTAL NO JUDICIÁRIO

A Esmat realizou a palestra "O Protagonismo do Autocuidado no Fortalecimento da Saúde Mental", conduzida pela professora e psicanalista Maria Livia Tourinho Moretto, da Universidade de São Paulo (USP). A atividade integrou a programação da campanha Setembro Amarelo e teve como foco a prevenção do suicídio, a valorização da vida e o fortalecimento da saúde mental no âmbito do Poder Judiciário Tocantinense.

O encontro ocorreu no auditório da Esmat, com transmissão ao vivo para as comarcas do interior, reunindo magistrados(as), servidores(as), estagiários(as), colaboradores(as), demais membros da comunidade jurisdicional e público em geral. A proposta foi criar um espaço de diálogo aberto, no qual a saúde mental deixa de ser tratada como tabu e passa a ocupar lugar central nas práticas de cuidado individual e coletivo.

Ao longo da palestra, a reflexão se concentrou na importância do autocuidado como ferramenta para preservação da qualidade de vida, na identificação precoce de sinais de alerta e no incentivo à busca por ajuda especializada. "Falar é um ato preventivo. Quando abrimos espaço para expressar o sofrimento, damos o primeiro passo para transformá-lo. O sofrimento precisa ser reconhecido, acolhido e tratado com responsabilidade e cuidado", afirmou a psicanalista Maria Livia Tourinho.



PALESTRA PROMOVIDA EM MIRACEMA DO TOCANTINS REFORÇA IMPORTÂNCIA DA SAÚDE DO(A) TRABALHADOR(A)



Com foco na promoção do bem-estar no ambiente de trabalho, a Esmat realizou, em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas, por meio do Centro de Saúde do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), a palestra “Saúde do(a) Trabalhador(a): o que é essencial para o cumprimento de seus objetivos e resultados?”, no dia 16 de maio, no Fórum da Comarca de Miracema do Tocantins.

A palestra foi conduzida pela psicóloga Cristina Silvana da Silva Vasconcelos, especialista em Saúde Coletiva, Gestão de Pessoas e Indicadores. A profissional abordou estratégias de fortalecimento emocional e relacional no ambiente institucional, destacando práticas voltadas à prevenção de doenças, à promoção do autocuidado e ao desenvolvimento de atitudes positivas no cotidiano profissional.

“Esse programa visa proporcionar a magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) habilidades comportamentais que lhes oportunizem a prevenção de doenças, a melhoria das relações em seu ambiente familiar e de trabalho, incentivando à participação social, potencializando sua satisfação pessoal e social, o sentimento de cooperação, respeito e identidade. Estivemos em Miracema no ano passado com a primeira etapa, e agora encerramos essa jornada com oficinas de ergonomia e uma palestra dedicada à saúde do(a) trabalhador(a)”, explicou Ana Paula Prado Peixoto Silva, coordenadora técnica da atividade e assistente social do Centro de saúde.

A programação também contou com a participação das fisioterapeutas Sandra Carvalho e Hozana Lemos, do Centro de Saúde do TJTO, responsáveis por ministrar uma oficina prática sobre ergonomia e prevenção de lesões no ambiente de trabalho.

ESTAGIÁRIOS(AS) DAS COMARCAS DE ARRAIAS E DE CRISTALÂNDIA PARTICIPAM DE WORKSHOP SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL



Estagiários(as) do Poder Judiciário Tocantinense das comarcas de Arraias e de Cristalândia participaram, nos dias 29 e 30 de maio, do Workshop: “A construção da Identidade Profissional”, promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat). As atividades foram ministradas pelas facilitadoras, Evanuzia Luzia de Oliveira e Adriana Magna Sousa da Silva Ramalho.

Com carga horária de 8 horas, o encontro foi realizado de forma virtual e teve como foco proporcionar o aperfeiçoamento de habilidades comportamentais que propiciasse a prevenção de doenças, a melhoria das relações sociais pessoais e laborais, potencializando a satisfação pessoal, o sentimento de cooperação, respeito e identidade para com o trabalho.

O Workshop integra o Programa de Atenção à Saúde (PAS), uma iniciativa do Comitê Gestor da Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados(as) e de Servidores(as) do Poder Judiciário, em consonância com a Resolução nº 207 do CNJ, de 2015. O programa visa promover a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar de magistrados(as) e de servidores(as), fortalecendo o ambiente organizacional.

JUDICIÁRIO TOCANTINENSE CELEBRA 30 ANOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS COM PROGRAMAÇÃO VOLTADA À EFETIVIDADE E ACESSO À JUSTIÇA



Em celebração aos 30 anos da Lei nº 9.099, de 1995, o Poder Judiciário Tocantinense promoveu, nos dias 4 e 5 de junho de 2025, uma programação especial em formato virtual, reunindo especialistas, magistrados(as) e servidores(as) para refletir sobre os avanços, os desafios e as perspectivas dos Juizados Especiais. A iniciativa integrou a II Semana Nacional dos Juizados Especiais.

Na abertura, a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), desembargadora Maysa Vendramini Rosal, destacou o papel transformador dos Juizados. "Já atuei no Juizado Especial da Região Norte, em Palmas, e posso afirmar que esse instrumento tem sido essencial na resolução célere e eficaz de demandas que impactam diretamente a vida das pessoas", afirmou. Para a presidente, os Juizados são símbolo da democratização do Judiciário. "Vivemos um tempo que exige respostas mais ágeis, eficientes e humanas, e os Juizados têm muito a contribuir nesse caminho", completou.

II Semana Nacional dos Juizados Especiais



II Semana Nacional
dos Juizados Especiais

CNJ
CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

PODER
JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

Escola Superior da
Magistratura Tocantinense

EVOLUÇÃO NORMATIVA E BUSCA POR EFICIÊNCIA

A programação foi iniciada com a palestra do juiz Maurício Cunha, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que traçou um panorama evolutivo dos Juizados Especiais da Fazenda Pública. Em sua fala, o magistrado abordou desde os conselhos de conciliação e arbitragem, da década de 1980, até os dados mais recentes do Relatório Justiça em Números (CNJ, 2024), passando pelas inovações introduzidas pela Lei nº 12.153, de 2009.

“A história dos Juizados é marcada pela simplificação de procedimentos, valorização da conciliação e compromisso com a eficiência, especialmente nos casos envolvendo a Fazenda Pública”, resumiu o palestrante.

O juiz Marcelo Faccioni, coordenador dos Juizados Especiais da Fazenda Pública no TJTO, destacou a importância da data como marco de valorização institucional. “São três décadas de compromisso com a pacificação social e com a Justiça acessível. Esta celebração é, sobretudo, um reconhecimento ao trabalho diário de magistrados(as) e de servidores(as)”.



EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO E DESAFIOS PRÁTICOS

Encerrando a programação, o desembargador Erick Linhares, do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), ministrou a palestra “Efetividade da Execução nos Juizados Especiais”, com mediação do juiz Marcelo Faccioni. A exposição abordou as principais dificuldades enfrentadas na etapa de execução das decisões judiciais, destacando lacunas históricas, como a ausência de previsão clara para essa fase na Lei nº 7.244, de 1984.

O palestrante explicou as interações entre a Lei nº 9.099, de 1995, e o Código de Processo Civil (CPC), ressaltando que a aplicação do CPC nos juizados só é válida quando compatível com os princípios da oralidade, da simplicidade, da informalidade, da economia processual, da celeridade e da autocomposição. “Quando a Lei diz ‘no que couber’, estamos diante de um filtro de compatibilidade”, pontuou.

CAMINHOS PARA UMA EXECUÇÃO MAIS EFICAZ

Ao tratar das crises que afetam a efetividade da execução – estrutural, de inadimplência e interpretativa –, Linhares reforçou o papel ativo de magistrados(as) e partes. “A forma como interpretamos e aplicamos o sistema define sua funcionalidade. O(A) exequente precisa atuar de maneira proativa, trazendo elementos que auxiliem na efetividade da execução”.

Entre as soluções propostas, o magistrado mencionou a ampliação do polo passivo, o uso de medidas como a desconsideração da personalidade jurídica e a adoção de estratégias processuais alinhadas ao contexto de cada demanda.

Encerrando sua fala, Linhares evocou o jurista Barbosa Moreira: “Nenhum sistema processual será funcional se não contar com juízes(as) empenhados(as) em fazê-lo funcionar”.



PALMAS SEDIA O 17º FONAMEC E REFORÇA PAPEL DA MEDIAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA ACESSO À JUSTIÇA

Com representantes dos 27 Tribunais de Justiça do país e mais de 300 participantes inscritos(as), o 17º Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (Fonamec) reuniu-se de 16 a 18 de junho de 2025, em Palmas (TO), para debater os avanços, os desafios e as estratégias de consolidação dos métodos autocompositivos no Judiciário brasileiro. A programação foi promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), com apoio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat).

Na abertura, a presidente do TJTO, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, enfatizou o poder transformador da mediação. "Temos orgulho em ser palco deste debate. A mediação e a conciliação têm desempenhado um papel essencial ao aproximar o Judiciário da sociedade e promover soluções eficazes para conflitos do cotidiano", afirmou. O presidente do Fonamec, desembargador Erik de Sousa Dantas Simões (TJPE), reforçou o compromisso com o fortalecimento da cultura da paz: "A melhor solução é aquela construída pelas próprias partes. Quando não há vencedores nem vencidos, todos ganham".

A programação contou com palestras magnas e técnicas que abordaram desde experiências de mediação em casos emblemáticos – como a indenização de vítimas de desabamentos em Pernambuco – até reflexões sobre o futuro da política judiciária de mediação no Brasil.



Entre os destaques, o juiz Hildebrando da Costa Marques (TJMT) defendeu a consolidação do sistema multiportas e a valorização dos mediadores como agentes essenciais para o acesso à Justiça. Já a pesquisadora Daniela Gabbay Monteiro (FGV) apresentou estudo em andamento que avalia os impactos da Resolução nº 125, de 2010, com foco em dados empíricos e escuta qualificada nos Cejuscs e Nupemecs.

A desembargadora Vanderlei Tremeia Kubiak (TJRS) lembrou que a autocomposição, antes exceção, passou a ser regra com o novo Código de Processo Civil, ao passo que o desembargador Erick Linhares (TJRR) ressaltou a importância de juízes(as) engajados(as) para a efetividade das decisões nos Juizados Especiais.

Durante a tarde, cinco oficinas simultâneas foram realizadas na Esmat, abordando temas como Superendividamento, Execução Fiscal, Justiça Itinerante, Consensualidade com o Poder Público e Desafios Estruturais da Mediação. As atividades incluíram socialização de experiências entre estados e debates sobre estratégias institucionais para ampliar o alcance da mediação, especialmente aos grandes litigantes e às populações vulneráveis.

Ao final das atividades, o juiz Audarzean Santana (TJRO) sintetizou o impacto da Justiça Itinerante: “Onde o direito falta, a Justiça chega tocando as vidas e transformando as trajetórias”.

O encerramento foi marcado pelo anúncio da próxima sede do Fonamec: o Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT) sediará o 18º Fórum de 12 a 14 de novembro, em Cuiabá. “Vamos levar conosco a inspiração que recebemos aqui em Palmas, uma cidade que nos acolheu com excelência”, declarou o desembargador Mário Roberto Kono de Oliveira (TJMT).

PRÊMIO E EXPERIÊNCIAS INOVADORAS GANHAM DESTAQUE

Na manhã do segundo dia, o Prêmio Conciliação Fonamec reconheceu boas práticas dos Cejuscs em diversas categorias, com destaque para a atuação de conciliadores(as) e mediadores(as) de várias regiões do Tocantins. Também foram lançados o *Manual dos Cejuscs 2025* e o sistema Credenciar, plataforma desenvolvida pelo TJTO para facilitar o credenciamento de profissionais, aumentar a transparência e qualificar os serviços prestados à população.





RODA DE CONVERSA

FORTALECIMENTO

de Lideranças no Serviço Público:
A Diversidade como Potencializadora de Inovação e Sucesso no Trabalho

Com foco no fortalecimento das lideranças e na valorização da diversidade no ambiente de trabalho, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) realizou, no dia 17 de junho, a Roda de Conversa “Fortalecimento de Lideranças no Serviço Público: a diversidade como potencializadora de inovação e sucesso no trabalho”.

A atividade, conduzida pelo facilitador Nilo Siqueira Mello, reuniu magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do Poder Judiciário Tocantinense, dentro do projeto Justiça em Diálogo, promovido pela Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep/TJTO).

Ao longo de duas horas, foram discutidos conceitos como liderança inclusiva, inovação no serviço público, respeito às diferenças e valorização da colaboração e da produtividade em ambientes diversos.



WEBINÁRIO DEBATE OS ASPECTOS LEGAIS DA ADOÇÃO

Durante a abertura oficial do V Webinário Amor em Ação, com o tema: “Os aspectos legais da Adoção”, o juiz Manuel de Faria Reis Neto, coordenador do evento, destacou a importância da atuação integrada entre os serviços de acolhimento e o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A palestra foi ministrada pelo juiz Hugo Gomes Zaher, 1º vice-presidente da Associação Brasileira de Magistrados da Infância e Juventude (Abraminj), que durante sua fala pontuou “A agilidade do SNA deve ser

acompanhada pela capacidade dos serviços de acolhimento em oferecer um ambiente seguro e acolhedor, além da expertise das equipes técnicas em realizar avaliações precisas e preparar adequadamente as famílias adotivas para receber e integrar uma nova criança ou adolescente”, afirmou.

A iniciativa do Webinário está alinhada com a Meta 1E da Corregedoria-Geral de Justiça (CGJUS), que tem como objetivo garantir celeridade aos processos de adoção registrados no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).

O QUE É SER MAIS HUMANO? PALESTRA PROMOVIDA PELA OUVIDORIA DO TJTO REÚNE MAIS DE CEM PARTICIPANTES EM TORNO DA ESCUTA EMPÁTICA

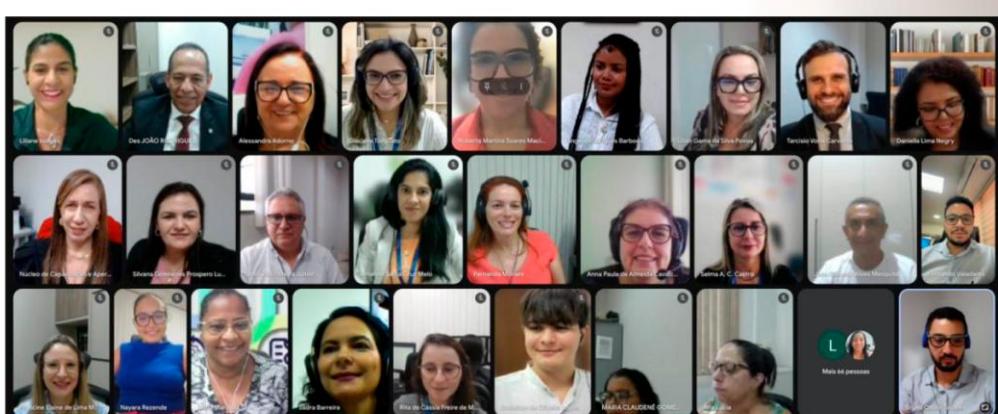


Mais de cem pessoas participaram, no dia 12 de junho, da palestra virtual “Justiça Empatia: Ouvidorias como Pontes para um Judiciário Mais Humano e Participativo”. A proposta, idealizada pela Ouvidoria Judiciária com apoio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), surgiu com o objetivo de aprimorar a comunicação, fortalecer a empatia no atendimento e estimular a inovação da Ouvidoria do Sistema Judiciário Tocantinense.

Na abertura do encontro, o desembargador João Rodrigues Filho, ouvidor judicial, destacou os pilares do projeto. “Temos como objetivo aperfeiçoar e melhorar a prestação jurisdicional tocantinense”, afirmou. Ao tratar do papel da Ouvidoria como canal de aproximação com a sociedade, o magistrado reforçou: “quando falamos em excelência, devemos considerar a satisfação dos(as) usuários(as); o envolvimento de todos(as); a valorização das pessoas; a melhoria contínua e uma atitude proativa”.

A palestrante convidada Liliane de Moura Borges, advogada e educadora, com atuação em mediação de conflitos e comunicação não violenta, provocou reflexões sobre a condição humana em tempos de excesso técnico. “E onde fica nossa empatia?”, questionou.

“Quando cultivamos a empatia, exercemos algo essencialmente humano. Mas muitas vezes nos vemos tão engessados(as), tomados(as) por rotinas e tecnologias, que nos esquecemos de vivenciar esse sentimento”, refletiu. A pergunta lançada ao grupo – “O que é ser mais humano?” – ecoou em mensagens no *chat*, em trocas sensíveis e no silêncio de quem refletia. Ao longo de sua fala, Liliane instigou o público a pensar sobre o que significa, de fato, “ser mais humano” – e como essa postura pode ser incorporada pelas Ouvidorias do Judiciário. Ao final, ficou o convite para que a empatia não seja um gesto isolado, mas um princípio transversal no atendimento ao(à) cidadão(ã). “Empatia é dar ao(à) outro(a) a oportunidade de ser entendido(a), mesmo quando não temos soluções imediatas”, conceituou a palestrante.



Escola Superior da
Magistratura Tocantinense

WORKSHOP DEBATE RAÍZES HISTÓRICAS DO RACISMO E SEUS REFLEXOS NO JUDICIÁRIO

Para estimular reflexões sobre desigualdades históricas e o compromisso institucional com práticas antirracistas, o Poder Judiciário Tocantinense concluiu, no dia 27 de junho, o Workshop Racismo na Formação Social e Histórica do Brasil. Realizada em três encontros virtuais, a capacitação reuniu magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) em discussões sobre como o racismo se manifesta, muitas vezes de forma naturalizada, no cotidiano das instituições públicas e na própria administração da Justiça.

A iniciativa integra o projeto Justiça em Diálogo, coordenado pela Divisão de Projetos e Gestão de Contratos da Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep), com apoio da Esmat. Ao longo do Workshop, Janaina Costa Rodrigues, assistente social e pesquisadora, apresentou reflexões históricas, sociais e conceituais que ajudam a compreender a persistência de desigualdades e a urgência de promover ambientes institucionais mais conscientes e inclusivos.

Para Janaina, “a proposta desse tema é para começar a discussão do Workshop a partir de uma visão de totalidade. Não dá para falar sobre racismo deslocado da história social, política e econômica do nosso país. O Brasil é um país que tem raízes escravistas, isso é sistêmico e é muito importante conversar sobre esse elemento”.

Durante as discussões, os(as) participantes revisitaram dados históricos sobre a escravização de pessoas negras, os impactos da ausência de políticas de reparação no pós-abolição e a reprodução de estigmas que marcam a sociedade brasileira. A programação também debateu conceitos como racismo institucional e racismo recreativo, além das interseccionalidades entre raça, gênero, classe e outras dimensões de opressão.

No primeiro dia dos encontros (25/6), a juíza Rosa Maria Rodrigues Gazire Rossi chamou a atenção para a forma como o racismo ainda se faz presente no Sistema de Justiça e reforçou a importância de criar espaços de discussão sobre o tema.

“Então, [o racismo] se manifesta não só na composição do nosso Judiciário, como também nas decisões, nos estereótipos e nos preconceitos. Por isso, estamos de parabéns por nos darmos essa abertura para tratar da pauta do racismo”, comentou.

A atividade foi conduzida de forma participativa e expositiva, com apresentação de dados, vídeos, textos e reflexões práticas que estimularam o engajamento dos(as) inscritos(as). Entre os principais tópicos trabalhados estiveram o mito da democracia racial, os impactos do racismo institucional nas relações interpessoais e os caminhos possíveis para desenvolver práticas antirracistas no Judiciário.



WORKSHOP REÚNE MAGISTRADOS(AS) E SERVIDORES(AS) PARA APRIMORAR PRÁTICAS DE TELETRABALHO



O teletrabalho foi tema central, nos dias 26 e 27 de maio, do Workshop "Produtividade com saúde e qualidade de vida. Durante dois dias, magistrados(as), gestores(as) e servidores(as) do Poder Judiciário Tocantinense mergulharam em reflexões sobre boas práticas, desafios e cuidados necessários para garantir um trabalho remoto eficiente, saudável e alinhado às normas vigentes.

Dividida em duas turmas, a capacitação teve como objetivo propiciar a intensificação dos aspectos positivos referenciados ao teletrabalho, tudo conforme o que preconiza a Resolução nº 227 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 15 de junho de 2016, e a Resolução nº 20 do TJTO, de 24 de junho de 2020. As atividades foram ministradas pela facilitadora Sandra Carvalho e pelo facilitador Fernando Roberto Malheiros.

As atividades foram ministradas pela facilitadora Sandra Carvalho e pelo facilitador Fernando Roberto Malheiros, que durante as aulas abordaram temas como: impactos do teletrabalho nos níveis de qualidade de vida e saúde mental - orientações técnicas para prevenção de doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho; Aspectos técnicos e jurídicos da Resolução do teletrabalho - orientações técnicas e normativas sobre o teletrabalho.



2º FÓRUM FUNDIÁRIO DO TOCANTINS DISCUTIU DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E RECONHECEU BOAS PRÁTICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Com o objetivo de discutir os desafios e as estratégias da governança de terras no Estado, o 2º Fórum Fundiário do Tocantins – Desenvolvimento Sustentável: Parcerias e Meios de Implementação – reuniu autoridades, especialistas e gestores municipais em Palmas. O evento foi promovido, no dia 29 de agosto, pela Corregedoria-Geral da Justiça, por meio do Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária (Nupref/CGJUS), em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) e com a Esmat.

A iniciativa ocorreu em Palmas, com participação presencial e online de aproximadamente 600 pessoas, reunindo autoridades, especialistas, delegatários(as) de registro de imóveis, gestores públicos e representantes da sociedade civil.

A programação abordou aspectos técnicos, jurídicos e sociais da governança de terras e da regularização fundiária urbana, com destaque para os impactos positivos da titulação na promoção da cidadania, da segurança jurídica e da dignidade das famílias tocantinenses. Foram discutidos temas como a gratuidade de emolumentos, as implicações do Provimento nº 195/2025 e os principais obstáculos na elaboração de projetos de Reurb.

Durante o evento, foram apresentados estudos de caso de municípios como Paraíso do Tocantins e Dianópolis, que ilustraram tanto os avanços quanto os desafios enfrentados no processo de regularização. A iniciativa também celebrou os resultados das ações da Semana Solo Seguro – Favela e Amazônia Legal, que, em conjunto, beneficiaram mais de 3.394 famílias no Estado.

O Fórum também marcou a entrega da 3ª edição do Selo de Responsabilidade Social “Quem Regulariza Dignifica!”, que reconheceu 26 municípios e 26 cartórios de registro de imóveis pelos resultados alcançados em regularização fundiária. A premiação, concedida pela CGJUS, avaliou critérios como quantidade de títulos entregues, assinatura de termos de cooperação com o Nupref e estruturação administrativa dos entes envolvidos.





FORTALECENDO LAÇOS:

ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO PARA MULHERES DO JUDICIÁRIO



“Essa mulher que você vê no espelho não está sozinha.” A frase estampada em um adesivo apresentado no vídeo institucional do evento Fortalecendo Laços – Estratégias de Acolhimento e Proteção para Mulheres do Judiciário – e o depoimento comovente de uma ex-servidora que superou situações de violência marcaram a abertura da programação, realizada, no dia 30 de junho, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), com transmissão pelas redes sociais. Também participaram da abertura a juíza Umbelina Lopes, titular da 2ª Vara Criminal e Execução Penal da Comarca de Porto Nacional, a juíza Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira, coordenadora da Cevid e a juíza Flávia Afini Bovo, diretora do Fórum de Palmas.

A desembargadora Maysa Vendramini Rosal, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), destacou o compromisso institucional com a causa:



Este evento reforça o compromisso do nosso Tribunal no combate à violência e na responsabilidade institucional de fortalecer a rede de proteção e de acolhimento, especialmente para quem integra o nosso Sistema de Justiça. Temos muito orgulho em avançar nesse propósito. Queremos um ambiente justo, respeitoso e seguro para todas.



A ação foi promovida pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Covid), com apoio da Esmat, como parte do Programa Proteção, Acolhimento Humanizado e Solidário (PAHS). A iniciativa consolidou uma política pública interna voltada ao cuidado e à escuta ativa das mulheres que atuam no Judiciário Tocantinense.

A juíza Cirlene Maria de Assis Santos Oliveira, coordenadora da Cvid, ressaltou que o PAHS, instituído pela Resolução nº 18, de 2023, vai além de uma ação pontual. “Queremos romper com o estigma da mulher forte que sofre calada. Muitas vezes, nossas colegas enfrentam a violência justamente dentro de espaços que deveriam protegê-las. O PAHS nasce para mudar isso, para fortalecer a escuta, a empatia e a coragem de romper com o ciclo de violência”, pontuou.

Um dos momentos mais emocionantes do evento foi o relato de Maria Gorete Barbosa Diniz, técnica em enfermagem e ex-funcionária terceirizada do Judiciário, que compartilhou sua trajetória de superação após anos de violência, especialmente psicológica e emocional. “Casei-me muito nova e sofri calada por muitos anos. Quando decidi sair, vim, com dois filhos pequenos e grávida, de Pernambuco para o Tocantins. Trabalhei como babá, doméstica, terceirizada no Judiciário e hoje sou técnica em enfermagem na UPA de Araguaína. Foi difícil, mas eu consegui”, contou emocionada.

Durante o evento, foi apresentado um vídeo com a campanha do espelho: um adesivo com mensagens de acolhimento será instalado nos banheiros das comarcas. A ideia é simples e potente: ao olhar para o espelho, a mulher verá a frase que abre esta matéria – um lembrete de que não está sozinha. Outro símbolo é o uso do bottom do PAHS, que identifica colaboradoras capacitadas para acolher outras mulheres em situação de vulnerabilidade, com empatia e sigilo.

A programação seguiu com duas palestras voltadas à sensibilização e à capacitação de magistrados(as) e de servidores(as), abordando os temas: “O que não dizer: comunicação responsável com mulheres em situação de violência” e “Acolhimento humanizado de magistradas e de servidoras em situação de violência doméstica e familiar do Poder Judiciário Tocantinense”.





JUDICIÁRIO TOCANTINENSE PROMOVE DEBATE SOBRE PRECEDENTES QUALIFICADOS E AÇÕES COLETIVAS COM FOCO EM INOVAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA

Com o objetivo de fortalecer a cultura dos precedentes e aprimorar o uso das ações coletivas no Sistema de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepac), realizou, no dia 27 de junho, o I Encontro Estadual de Precedentes e Ações Coletivas do Poder Judiciário Tocantinense. O evento foi promovido em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), reunindo magistrados(as), especialistas e operadores(as) do Direito em dois dias de intensos debates.

Durante a abertura do encontro, a presidente do TJTO, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, destacou a importância da gestão estratégica de precedentes para a eficiência

processual e a promoção da segurança jurídica. “A gestão eficiente de precedentes e o aprimoramento das ações coletivas contribuem para a otimização da atividade jurisdicional, a redução de demandas repetitivas e o fortalecimento da segurança jurídica”, afirmou.

O evento também marcou a entrega da Medalha de Mérito Acadêmico “Doutor Feliciano Machado Braga” ao ministro Sérgio Luiz Kukina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em reconhecimento à sua contribuição para o ensino jurídico e à modernização do Judiciário brasileiro.

Entre os painéis de destaque, o secretário de Gestão de Precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Ciro Grynberg, abordou os fundamentos e os desafios da consolidação da cultura de precedentes no país. Segundo ele, “o precedente é uma norma jurídica extraída de uma decisão judicial que resolve uma questão com base em fatos e fundamentos do caso, inovando o Direito”.

Na sequência, Irving Holanda (TJPE) trouxe reflexões sobre a aplicação da Inteligência Artificial (IA) na gestão de precedentes, destacando o papel da Resolução nº 615 do CNJ, de 2025, no uso ético e responsável dessas ferramentas. “A IA não substituirá o(a) magistrado(a), funcionando apenas como ferramenta de apoio à decisão judicial”, explicou.

Em palestra magna, o ministro Sérgio Kukina reforçou a importância dos precedentes vinculantes como instrumento de previsibilidade e combate à chamada “loteria jurídica”. Para ele, o uso adequado de precedentes contribui para estabilizar a jurisprudência e promover a isonomia no tratamento das demandas. “O(A) juiz(a) pode até discordar de uma decisão do STJ, mas deve aplicá-la respeitando o modelo do sistema”, pontuou.

Além da intensa programação técnica, o evento prestou homenagens e contou com a presença de autoridades do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da OAB, das universidades e da sociedade civil. A presidente do TJTO destacou que o fortalecimento da cultura dos precedentes está em sintonia com as metas estratégicas do CNJ e com a missão institucional do Judiciário Tocantinense.



Os desafios no cumprimento de sentenças em ações coletivas também foram tema de discussão no painel conduzido pelo juiz Renato Maia (TJSP). Ele apresentou experiências do Grupo de Apoio à Execução Coletiva do TJSP e alertou para a necessidade de gerenciamento adequado desses processos.

Em outra frente, a juíza Mônica Silveira Vieira (TJMG) destacou a atuação das corregedorias na promoção da segurança jurídica por meio da consolidação de precedentes. Ela defendeu mais diálogo entre os diferentes graus de jurisdição e citou o papel estratégico da corregedoria em ações integradas com os Nugepacs e os Centros de Inteligência.

O encerramento do encontro foi marcado pela palestra da assessora Aline Dourado (STF), que apresentou as técnicas de superação de precedentes qualificados, como *distinguishing*, *overruling* e *overriding*. A palestrante explicou como esses mecanismos garantem a adaptação do Direito às mudanças sociais e reforçam a autorregulação do Sistema Judicial brasileiro.

Em painel complementar, o desembargador federal Aluisio Mendes (TRF2) tratou da importância dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e dos Incidentes de Assunção de Competência (IACs) como ferramentas modernas de uniformização da jurisprudência. Para ele, o evento demonstra o compromisso do TJTO com uma jurisdição contemporânea, eficiente e sensível à coletividade.





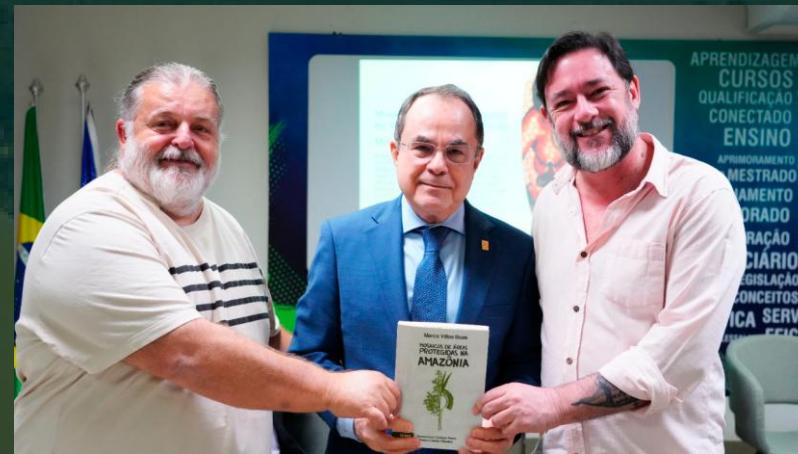
SEMINÁRIO Mosaico Jalapão

A Esmat sediou, nos dias 11 e 12 de agosto, o Seminário Mosaico Jalapão, um encontro voltado à retomada da composição do conselho gestor e ao fortalecimento da gestão integrada das unidades de conservação que compõem a maior área de Cerrado preservado no Brasil.

Na abertura do Seminário, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat ressaltou que o evento, juntamente com as oficinas de trabalho, tem como objetivo refletir sobre a possibilidade de retomar as atividades do Conselho do Mosaico, fortalecendo a integração das comunidades quilombolas na gestão da bioregião.

Segundo Villas Boas, a credibilidade e o caráter participativo do programa são diferenciais para enfrentar a desinformação ambiental e consolidar

SEMINÁRIO DISCUTE O FORTALECIMENTO DA GESTÃO INTEGRADA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



políticas públicas de longo prazo nas questões ambientais e produtivas.

Na oportunidade foi lançado o livro Mosaicos de Áreas Protegidas na Amazônia, autoria do desembargador Marco Villas Boas. A obra, fruto de pesquisa de doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), propõe o conceito de Mosaico Etnoambiental e analisa o caso do Mosaico Gurupi, no Maranhão, como exemplo de gestão ambiental compartilhada entre lideranças indígenas e instituições públicas e privadas.

Na ocasião, o magistrado Wellington Magalhães, diretor adjunto da Esmat, destacou o papel da instituição, por meio de seus programas de mestrado e doutorado, em unir excelência jurídica à resolução de problemas sociais, concretizando projetos de impacto, como o do Mosaico Jalapão.





O evento reuniu representantes de comunidades quilombolas, povos indígenas, sociedade civil e órgãos ambientais para discutir desafios e perspectivas da maior área contínua de Cerrado protegido e conta com palestras, mesas de debate e oficinas participativas, reunindo representantes de comunidades quilombolas, povos indígenas, sociedade civil organizada, pesquisadores(as) e gestores(as).

Presente no evento e representando o governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa, Marcello Lelis, secretário estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), ressaltou que sua presença simboliza também a representação da política ambiental do Estado, com a Secretaria do Meio Ambiente responsável por planejar, e o Naturatins por executar essas ações, destacando a relevância da participação de representantes dessas instituições no evento.

O Seminário também abordou questões estratégicas para a política ambiental do Tocantins, como o fortalecimento institucional dos órgãos de gestão, a valorização das terras e dos produtos sustentáveis e os impactos positivos para povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

PROMOVEU INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL EM OFICINA SOBRE DADOS SOCIOAMBIENTAIS



Em 2025, a Esmat sediou uma das atividades da Semana da Pauta Verde, iniciativa promovida nacionalmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para incentivar a conciliação e agilizar o julgamento de processos ambientais. No Tocantins, a programação foi coordenada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Ambiental e Fundiária (Cejudscaf), sob a condução do juiz Wellington Magalhães.

No dia 19 de agosto, o segundo dia de atividades da Semana contou com a realização da Oficina de Trabalho Interinstitucional sobre Integração e Compartilhamento de Informações Socioambientais, reunindo representantes de diversos órgãos públicos e da sociedade civil.

Durante a abertura, o juiz Wellington Magalhães destacou a importância da integração entre sistemas de dados ambientais e o papel do Judiciário na proteção do meio ambiente, sobretudo frente aos desafios das mudanças climáticas. Para o magistrado, a iniciativa visava fomentar o conhecimento conjunto e explorar possibilidades de interoperabilidade entre as ferramentas digitais voltadas à gestão ambiental.

A programação contou com nove oficinas, sendo quatro no turno matutino e cinco no período da tarde, com a participação de órgãos estratégicos como o Ministério Público do Tocantins (Caoma), Naturatins, Ibama, Incra e Anoreg.





A Secretaria de Planejamento e Orçamento (Seplan) conduziu a primeira oficina, apresentando o GeoPortal Tocantins, plataforma interativa que organiza e disponibiliza informações territoriais, ambientais, socioeconômicas e de infraestrutura do Estado, respeitando os padrões nacionais de acesso à informação e cartografia oficial.

Na sequência, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) apresentou o Centro de Inteligência Geográfica em Gestão do Meio Ambiente (Cigma). O secretário Marcello Lélis destacou o papel da ferramenta na organização e transparência das informações ambientais, especialmente em processos de licenciamento e fiscalização. O coordenador Marcos Giongo reforçou o caráter coletivo da construção do Cigma e sua utilidade no suporte à formulação de políticas públicas.

Outras oficinas abordaram ferramentas como o Banco de Dados de Informações Ambientais (BDIA), o Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra) e a Plataforma Geográfica Interativa, destacando o uso desses sistemas no planejamento e na gestão pública com base em dados oficiais e confiáveis.

Além das oficinas realizadas na Esmat, a Semana da Pauta Verde contou com outras ações nos dias seguintes em diferentes municípios tocantinenses: audiência pública sobre o Plano de Manejo da APA de Santa Tereza (Peixe, 20/08), assinatura de convênio do Plano de Manejo da APA das Nascentes (Araguaína, 21/08) e audiências de conciliação ambiental (Guaraí e Gurupi, 22/08).





Palestra o profissional do futuro

**INSPIRA REFLEXÃO E VALORIZA ATUAÇÃO
DE ESTAGIÁRIOS(AS) NO PODER
JUDICIÁRIO TOCANINENSE**

Em um encontro híbrido, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), em parceria com a Esmat, promoveu, no dia 25 de agosto, a palestra “O Profissional do Futuro”, ministrada pelo consultor Roberto Souza de Morais. A iniciativa integrou as ações em homenagem ao Dia do Estagiário e da Estagiária, celebrado no dia 18 de agosto. O evento reuniu magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as), presencialmente e também por transmissão online, em uma reflexão sobre os desafios contemporâneos do mundo do trabalho. Foram discutidos o papel das novas gerações na construção de ambientes colaborativos, éticos e inovadores.

A abertura contou com a participação por videoconferência da desembargadora Maysa Vendramini Rosal, presidente do TJTO, que destacou a importância do estágio para a formação de futuros(as) profissionais. “A contribuição dos estagiários e das estagiárias é fundamental para o nosso trabalho. Eles(as) atuam em diversas áreas, como a Judicial, Administrativa e de Informática, sempre com dedicação e responsabilidade. Muitos(as) seguem a carreira após a experiência no estágio, o que mostra o comprometimento e a importância dessa vivência para o(a) futuro(a) profissional”, enfatizou a desembargadora Maysa.



A magistrada também parabenizou os(as) estagiários(as) pelo empenho e pelo papel essencial que desempenham no TJTO. Já o diretor geral do TJTO, Francisco Alves Cardoso Filho, além de reforçar a importância dos(as) estagiários(as), compartilhou sua trajetória e experiência com o estágio que começou aos 16 anos. “Eu tenho uma história antes e depois do estágio. Depois do estágio eu me socializei, aprendi a trabalhar, a me relacionar com as pessoas e aproveitar as oportunidades. Então, aquilo foi, para mim, um alicerce dos melhores”, pontuou.

VALORIZAÇÃO E CUIDADO

Como parte das comemorações, os(as) estagiários(as) também foram contemplados(as) com o reajuste nos valores da bolsa-estágio e do auxílio-transporte. Conforme a Portaria nº 2.476, de 2025, o valor mensal da bolsa passou de R\$ 1.000,00 para R\$ 1.260,00, e o auxílio-transporte de R\$ 200,00 para R\$ 240,00, já a partir deste mês de agosto.

Paula Jorge Catalan Maia, diretora de Gestão de Pessoas, ressaltou a preocupação da instituição com o desenvolvimento dos(as) estagiários(as). “Hoje foi pensado com muito carinho esse momento de propiciar para os(as) estagiários(as) esse aprendizado, a visão de um(a) profissional que tem vasta experiência, o olhar de possibilidade de crescimento, do que o mercado precisa, o que o mercado espera, quais são as possibilidades que eles(as) têm de crescimento ante um novo”.

PALESTRA

Durante a palestra, o consultor Roberto Souza de Moraes destacou que os(as) estagiários(as) vivem em um cenário marcado por inúmeras oportunidades, mas também permeados por dilemas e desafios que exigem preparo constante. Nesse contexto, ressaltou a importância do desenvolvimento de competências emocionais, sociais e comportamentais, como autoconsciência, autoconfiança, adaptabilidade, empatia, liderança, superação, trabalho em equipe.

Ele reforçou ainda a necessidade do aprendizado contínuo, estimulando os(as) participantes a incorporar novas experiências, compartilhar saberes, investir em cursos e treinamentos, utilizar tecnologias e manter o hábito da leitura. Outro ponto de destaque foi a visão empreendedora: Pensar como protagonista da própria carreira, inovar, adaptar-se às mudanças, agir com ética e responsabilidade social. O palestrante também desafiou o público a identificar e a combater os “inimigos do tempo e da produtividade”, como distrações, uso excessivo de redes sociais, preguiça e insegurança, sempre com foco na autorresponsabilidade.

“O futuro está nas mãos de cada um(a). Cabe aos(as) estagiários(as) desenhar o futuro que desejam.”





ESMAT E GMF DEBATEM REINTEGRAÇÃO NO II SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE A POLÍTICA DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA DO SISTEMA PENAL

Os debates e os desafios para a reintegração na sociedade da pessoa egressa do sistema penal foram debatidos no dia 12 de setembro no II Seminário Estadual sobre a Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Penal, evento realizado pela Esmat e pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (GMF/TJTO) em parceria com a Secretaria Estadual da Cidadania e Justiça (Seciju).

O encontro reuniu magistrados(as), gestores(as) públicos(as), pesquisadores(as) e sociedade civil para discutir estratégias de reintegração social, fortalecimento dos Escritórios Sociais e integração entre Poderes.

A cerimônia de abertura contou com as presenças da magistrada titular da vara de execuções penais da comarca de Gurupi e membro do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Execução de Medidas Socioeducativas do TJTO,

juíza Odete Almeida; do secretário-executivo da Secretaria de Cidadania e Justiça, doutor Hélio Pereira Marques; do segundo defensor público-geral do Tocantins, doutor Danilo Frasseto Michelini; do promotor de Justiça do Ministério Público do Tocantins, doutor Rodrigo de Souza; e da presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/TO, doutora Maria Lúcia Soares Viana.

Os cinco compuseram a programação trazendo, respectivamente, as perspectivas do Poder Executivo, da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Advocacia em Direitos Humanos, reforçando o caráter interinstitucional do encontro e o compromisso conjunto com a atenção à pessoa egressa.

Durante a Mesa de Abertura, a juíza Odete Almeida ressaltou o papel social do Judiciário para além da atuação nos autos.

“O Conselho Nacional de Justiça exige do Poder Judiciário uma atuação social muito grande. No contexto social, nossa responsabilidade é enorme, pois o Judiciário é a última trincheira do(a) cidadão(ã). Quando o Judiciário sai a campo e atua em parceria com o Executivo, o que se espera é que a sociedade colha frutos dessa responsabilidade social institucionalizada”, afirmou.

Durante o evento, as mesas e as palestras abordaram a base normativa da Política de Atenção à Pessoa Egressa (Resolução CNJ nº 307, de 2019, e Decreto nº 11.843, de 2023), o

desenho e a expansão dos Escritórios Sociais (fluxos de atendimento, portas de entrada, pré-egresso e pós-egresso), a articulação intersetorial com SUAS, SUS, educação e trabalho, inclusão produtiva e empregabilidade (com destaque para iniciativas como o Emprega 347), formação continuada de equipes, monitoramento e gestão de dados (RAESP), financiamento e governança federativa, participação e controle social (Conselhos), bem como eixos de atendimento essenciais: documentação civil, acolhimento psicossocial, moradia, saúde mental e dependência química, voltados à redução da reincidência, ao enfrentamento do estigma e à garantia de direitos.





WORKSHOPS PROMOVEM O EQUILÍBRIO E A SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO



Escola Superior da
Magistratura Tocantinense

Como parte das ações do Programa de Atenção à Saúde (PAS) do Poder Judiciário Tocantinense, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) promoveu, em 2025, o Workshop “A participação social e sua influência no estado de saúde” nas Comarcas de Arraias e Cristalândia.

A Turma I do workshop foi realizada entre os dias 18 e 19 de setembro, no Fórum da Comarca de Arraias, e a Turma II, nos dias 9 e 10 de outubro, na Comarca de Cristalândia. As formações foram conduzidas por Adriana Magna Sousa da Silva Ramalho, assistente social, especialista em Gestão de Pessoas, Administração e Planejamento para Docentes e Educação em Direitos Humanos.

Durante os dois dias de programação presencial em cada comarca, os(as) servidores(as) e colaboradores(as) refletiram sobre temas como: A Relevância da Atividade Proativa na Constituição do Ser Individual e Coletivo; Acessibilidade e Inclusão; Orientações e serviços de apoio em casos de assédio moral e sexual. As atividades buscaram promover a sensibilização sobre a importância do protagonismo social no ambiente de trabalho, bem como reforçar práticas de acolhimento, respeito e valorização da saúde psíquica dos(as) servidores(as). As oficinas integraram a política institucional de cuidado com a saúde integral no Judiciário tocantinense, contribuindo para ambientes de trabalho mais humanos, seguros e colaborativos.

A ação também teve caráter afetivo e simbólico, com o Casamento Comunitário encerrando a programação do dia e reafirmando o compromisso do Judiciário Tocantinense com a dignidade da pessoa humana. O evento não apenas ofertou serviços, mas também deu voz a histórias de vida invisibilizadas, como as de José Alves da Silva, compositor de 71 anos que sonha em gravar suas músicas; Marineide Rodrigues da Silva, mulher com deficiência física e auditiva; Eliton Oliveira Ribeiro, em tratamento psiquiátrico; e Luiz Maria da Silva, atendido por diversos serviços no local. Todos encontraram, no mutirão, mais do que atendimento: encontraram acolhimento, escuta e a oportunidade de recomeçar.



ESCUTA QUALIFICADA E CUIDADO COM A VIDA EM PAUTA NA ESMAT

Em um contexto de rotinas aceleradas e demandas constantes, parar para ouvir e acolher tornou-se um gesto essencial. Nesse sentido, a Esmat, em parceria com o Núcleo de Acolhimento e Acompanhamento Psicossocial (NAPsi), promoveu, no dia 24 de setembro, o Workshop Manejo Clínico da Ideação Suicida. A ação integrou as atividades do Setembro Amarelo, campanha nacional de valorização da vida.

Voltado para profissionais da saúde mental que atuam no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), o encontro teve como foco o reconhecimento de sinais de sofrimento psíquico, o fortalecimento da escuta qualificada e o desenvolvimento de estratégias clínicas de cuidado e de prevenção no ambiente institucional.

O evento foi conduzido pela professora Maria Livia Tourinho Moretto, psicanalista e pesquisadora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Com uma abordagem cuidadosa, ela destacou a importância de compreender o sofrimento a partir da singularidade de cada sujeito. Segundo a docente, o suicídio não é um ato lógico, mas expressão de uma dor que, muitas vezes, não encontra palavras.

“A angústia é um afeto que não engana”, afirmou. Ela também chamou a atenção para a diferença entre escutar um relato e interpretar uma intenção.

Durante a manhã, foram abordadas estratégias clínicas de acolhimento, o impacto do luto e a importância de cuidar também daqueles(as) que permanecem após uma perda.

“Quero agradecer a iniciativa de vocês me convidarem para falar de um tema tão importante e tão sensível. Isso só mostra o compromisso da Esmat com a vida das pessoas”, afirmou a professora.

O psiquiatra do NAPsi, doutor Wordney Camarço, reforçou a importância do tema. Segundo ele, mesmo em ambientes com boas condições de trabalho, como o TJTO, o volume de tarefas e a autocobrança podem gerar sofrimento silencioso.

A capacitação foi direcionada especificamente a profissionais do NAPsi e do Centro de Saúde do TJTO (Cesau), com o objetivo de aprimorar abordagens clínicas no contato com pessoas em sofrimento psíquico – até mesmo com aquelas que verbalizam ideação suicida, apresentam risco iminente ou estão em processo de luto.





SUSTENTABILIDADE EM PAUTA: TJTO REÚNE ESPECIALISTAS, GOVERNO FEDERAL, MP E CATADORES(AS) PARA AVANÇAR EM ECONOMIA CIRCULAR E DESCARBONIZAÇÃO NO TOCANTINS

Na data em que se celebra o Dia da Amazônia (5 de setembro), o Tribunal de Justiça, a Coordenadoria de Gestão Socioambiental e de Responsabilidade Social (Cogersa) e a Rede TO Sustentável, em parceria com a Esmat, realizaram o V Seminário de Gestão Socioambiental – "Sustentabilidade: Desafios e Oportunidades para o Tocantins" –. O encontro promoveu diálogo técnico sobre Governança Ambiental, Logística Reversa, Economia Circular e Descarbonização.

Na abertura, a desembargadora Ângela Maria Ribeiro Prudente, presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS/TJTO), destacou que a sustentabilidade deve ser compreendida como valor transversal às políticas públicas e às práticas institucionais. Em seguida, a desembargadora Mayza Vendramini Rosal, presidente do Tribunal de Justiça, enfatizou a responsabilidade coletiva e a liderança pelo exemplo. "A pauta ambiental não é acessória, ela atravessa nossas decisões, contratos e rotinas administrativas. O TJTO assume o compromisso de liderar pelo exemplo, unindo inovação, inclusão e responsabilidade socioambiental", afirmou.



Na palestra de abertura "Avanços e Desafios da Política Nacional de Resíduos Sólidos", o Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Adalberto Felício Maluf Filho, ressaltou o papel do setor produtivo na economia circular, com redução de resíduos e inclusão socioprodutiva dos(as) catadores(as), e a importância da participação social na escolha de produtos e de materiais. "Precisamos transformar o que hoje é enterrado em insumo que retorne à economia, com governança que une União, estados, municípios, Judiciário, sociedade e empresas e com a inclusão socioprodutiva dos(as) catadores(as) no centro das soluções", frisou.

No painel mediado pelo promotor de justiça Saulo Vinhal da Costa, coordenador do Centro de Apoio Operacional do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma), do Ministério Público do Tocantins (MPTO), o jurista e consultor de organismos internacionais com temática de logística reversa e economia circular Fabrício Soler apresentou o quadro da logística reversa no país, regulamentos e instrumentos de responsabilização compartilhada ao longo do ciclo de vida dos produtos, com foco em metas e rastreabilidade. "Gestão de resíduos é responsabilidade compartilhada: ao Poder Público, fechar lixões e fazer coleta seletiva; ao setor empresarial, a logística reversa; e ao(à) cidadão(ã), o descarte correto. Só assim cumpriremos a PNRS e transformaremos passivo ambiental em valor", lembrou.

Na sequência, Aline Sousa, catadora, liderança dos movimentos de catadores e embaixadora do Instituto Lixo Zero no Brasil defendeu o encerramento humanizado de lixões, com alternativas de trabalho e renda e contratos remunerados com Poder Público e com os(as) geradores(as). "Encerrar lixões não é só obra de engenharia: é política de direitos. Não há só resíduos, há pessoas. Por isso defendemos um encerramento humanizado, com inclusão produtiva e contratos que deem sustentabilidade às cooperativas", frisou.

Encerrando os painéis, o doutor Carlos Sanquette, professor e pesquisador, membro do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e especialista da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCCC), contextualizou a descarbonização como esforço simultâneo de evitar novas emissões e remover o excesso já presente na atmosfera. "Descarbonizar é impedir novas emissões e retirar o que já excede na atmosfera, uma tarefa que exige políticas públicas, regulação para empresas e mudança de hábitos, do indivíduo ao país", argumentou.



SETEMBRO AZUL PROMOVE DEBATE SOBRE ACESSIBILIDADE DA COMUNIDADE SURDA E COMBATE AO CAPACITISMO



evento também contou com a presença do juiz de Direito Wellington Magalhães diretor adjunto da Esmat, que representou a Presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maysa Vendramini Rosal; da juíza Flávia Afini Bovo, diretora do Fórum de Palmas e presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual no âmbito do 1º Grau do PJTO; de Patricia Idehara, secretária Executiva da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário e da secretária Executiva da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação no 2º Grau (CASSEDIO2G), Maria Clara Rezende Duarte Queiroz, além de autoridades municipais e estaduais de pastas ligadas à temática.

O presidente da Associação de Surdos de Palmas, Jefferson Brandão Feitosa, destacou o papel da organização para ampliar a representatividade e a circulação de informações. “A associação existe para dar visibilidade às nossas pautas e mostrar às crianças surdas que está tudo bem: pertencemos a todos os espaços da sociedade. Convidamos a comunidade ouvinte a nos visitar, ouvir nossas demandas e construir acessibilidade nos serviços, até mesmo na saúde”, afirmou.

A Esmat realizou, no dia 29 de setembro, a roda de conversa “Acessibilidade, inclusão da comunidade surda e combate ao capacitismo”, no auditório da Instituição. A atividade integrou a programação do Setembro Azul e foi conduzida pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) e pela Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação no 2º Grau (CASSEDIO2G).

A abertura foi feita pela desembargadora Ângela Issa Haonat, presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) e da Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação no 2º Grau (CASSEDIO2G), que reforçou o sentido do mês para a pauta de direitos humanos e inclusão. “Setembro Azul é um marco para a comunidade surda e para todas e todos que defendem direitos humanos, acessibilidade e respeito às diferenças. A participação plena das pessoas surdas não é concessão, é direito humano inalienável”, afirmou.

Na roda de conversa, participaram como debatedores Luan Crispim, Bruno Gonçalves Carneiro, Jefferson Brandão Feitosa, Agnaldo Quintino e Gabriela Otaviani Barbosa. O

ENCONTRO FORTALECE DIRETRIZES CONTRA O ASSÉDIO E PROMOVE EQUIDADE NO JUDICIÁRIO



Magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do Poder Judiciário Tocantinense participaram, no dia 2 de outubro, do Workshop Elaboração Coletiva de Fluxo Operacional nos Casos de Assédio Sexual, Assédio Moral e Discriminações. A atividade, promovida pela Diretoria de Gestão de Pessoas (Digep), em parceria com a Esmat, integrou o projeto “Justiça em Diálogo” e teve como foco a construção coletiva de protocolos e fluxos para atendimento e tratamento de situações de assédio e discriminação no ambiente institucional.

A abertura do evento foi realizada pela desembargadora Ângela Issa Haonat, diretora adjunta da Esmat e presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no 2º Grau do TJTO. Em sua fala, ela destacou o compromisso institucional com a criação de um ambiente ético, respeitoso e livre de práticas abusivas.

A condução da oficina ficou a cargo da juíza do Trabalho Adriana Manta da Silva, magistrada do TRT da 5ª Região (Bahia), pesquisadora e especialista em Direito Antidiscriminatório. A professora estruturou a metodologia com base

em escutas anteriores realizadas com equipes do TJTO, elaborando uma proposta prática e colaborativa de construção de fluxo interno.

“Esse Workshop é resultado de uma sequência de capacitações e diálogos com o TJTO. Percebi, ao longo das intervenções, necessidades muito específicas relacionadas ao tratamento das denúncias de assédio. A proposta foi criar um espaço de escuta e de construção coletiva, em que os(as) próprios(as) servidores(as) envolvidos(as) com o tema pudessem mapear as potencialidades e as dificuldades e planejar soluções concretas. Buscamos olhar de forma diagnóstica e desenvolver propostas que fortaleçam a política de enfrentamento ao assédio, sempre em alinhamento com a Resolução nº 351 do CNJ, de 2020”, explicou.

Durante os encontros, os(as) participantes discutiram propostas de organização institucional que contemplem acolhimento, encaminhamento, registro e tratamento das denúncias, considerando o contexto organizacional e os desafios da virtualização do trabalho.

III SEMINÁRIO DA PESSOA IDOSA DO JUDICIÁRIO TOCANINENSE JUSTIÇA, CUIDADO E ANCESTRALIDADE



Com compromisso, respeito e escuta. A Corregedoria-Geral da Justiça (CGJUS) realizou, no dia 1º de outubro, o III Seminário da Pessoa Idosa, que trouxe como tema central 'Justiça, Cuidado e Ancestralidade'. Com mais de 400 inscritos(as), o encontro reuniu pessoas idosas, especialistas e servidores(as) no auditório do Tribunal de Justiça, em uma programação transmitida também pelo canal da Esmat no YouTube, ampliando o alcance e reforçando a inclusão.

Durante a abertura Oficial, o corregedor-geral, desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, destacou que o seminário é uma oportunidade de demonstrar cuidado e cidadania, reforçando valores constitucionais. "Uma das coisas mais importantes na vida é respeitar os idosos(as), respeitar a nossa ancestralidade. A Corregedoria, ao estar presente

SEMINÁRIO PROMOVE O PROTAGONISMO E A GARANTIA DE DIREITOS DA TERCEIRA IDADE

em um evento como este, cumpre um papel fundamental. Estamos mostrando para a sociedade a necessidade de cuidarmos dos(as) idosos(as), dos(as) indígenas e de todos(as) que precisam de atenção especial", pontuou.

Na oportunidade, o público mergulhou na sensibilidade do Teatro da Maturidade (En)Cena, projeto de extensão da Universidade Federal do Tocantins (UFT), com peças criativas que provocaram risos e reflexões sobre envelhecer de forma ativa.

O seminário seguiu com a palestra de abertura da professora, escritora e ativista indígena Eliane Potiguara, que abordou o tema 'Velhice, ancestralidade e políticas públicas: Existem perdas, respeito e desafios para idosos(as) indígenas neste século de dor?'. Eliane destacou que a velhice não é apenas um processo biológico, mas também um território de memória e de sabedoria, que carrega a ancestralidade e merece reconhecimento tanto nas políticas públicas quanto na sociedade. "É importante assumir a felicidade da vida, custe o que custar, até o fim. A nossa sabedoria do tempo e quem é a sabedoria? Os nossos velhos, os nossos anciãos, os nossos idosos. Por isso, oremos sempre para que a justiça se faça", afirmou a palestrante.

Os painéis 'O Direito ao Cuidado na Perspectiva das Políticas Públicas' e 'A Quem Pertence o Cuidado? Saúde Mental da Pessoa Idosa entre o Estado, a Justiça e a Família' reforçaram a importância de políticas públicas e estratégias de atenção integral à terceira idade, promovendo interação direta entre especialistas e participantes.

O seminário articulou cultura, conhecimento e reflexão em uma programação diversa. As rodas de conversa, conduzidas pela médica geriatra Karla Cristina Giacomin e pela psicóloga Monique Débora Carvalho da Silva, abriram espaço para diálogo sobre saúde mental, cuidado e o papel da família e do Estado na proteção da pessoa idosa.





II WEBNÁRIO
**Entrega
Voluntária**

DECISÕES QUE EXIGEM DELICADEZA: EVENTO DISCUTE ENTREGA VOLUNTÁRIA COM PROFISSIONAIS DA REDE

Ouvir com atenção. Acolher com cuidado. Refletir com profundidade. Esses foram alguns dos gestos que marcaram o II Webinário Entrega Voluntária: Fluxo e Responsabilidades da Rede, promovido no dia 9 de outubro, de forma virtual, pela Esmat. O evento reuniu profissionais do Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM) e integrantes da rede de cuidados – assistentes sociais, psicólogos(as), pedagogos(as), magistrados(as) e servidores(as) que atuam direta ou indiretamente com a entrega legal de bebês para adoção.

Durante a abertura, o juiz Adriano Gomes de Melo Oliveira, coordenador da Infância e Juventude do TJTO e responsável pela coordenação da capacitação, destacou o protagonismo da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJUS) e o papel estratégico da Esmat na promoção de eventos com tamanha relevância social.

“É uma realização nossa presenciar mais um evento que tenha a realização pela Esmat de um tema tão importante, que é trabalhado pela CGJUS, por intermédio da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA). Nós temos muito que avançar ainda; por isso, estamos ansiosos pelas contribuições da palestrante”, afirmou o magistrado.

O juiz também mencionou a importância da atuação das equipes multidisciplinares e o apoio institucional da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), reconhecendo a participação do Tocantins no desenvolvimento do Manual de Entrega Voluntária – iniciativa do Fórum Nacional da Infância e da Juventude (FONINJ), em parceria com os Tribunais de Justiça de diversos estados.

As atividades foram conduzidas pela assistente social Angélica Gomes, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que compartilhou reflexões e experiências acumuladas na implantação do Programa de Entrega Legal no Estado mineiro.

“Eu venho com o objetivo de a gente construir um diálogo, de compartilhar com vocês as minhas experiências e conhecimento, mas também muito aberta para acolher o que vocês trazem. (...) É preciso entender que essa mulher que chega, ela chega com muitas singularidades. É preciso olhar com delicadeza, com sensibilidade, porque senão, mesmo com tantos instrumentos legais e teóricos, a gente não consegue alcançar de fato o que deseja com a implantação do programa no nosso Estado e nas nossas Comarcas”, destacou a palestrante.

Durante sua fala, Angélica reforçou a distinção entre entrega e abandono, abordou os direitos da mulher e do bebê, e chamou a atenção para questões de classe, de raça e de gênero que atravessam o tema. Falou ainda sobre a importância do acolhimento, da escuta ativa e do exercício reflexivo diante das narrativas de quem procura o programa. “Nunca é uma decisão que pode ser olhada de forma superficial”, pontuou.





II Semana de DIÁLOGOS SOBRE IGUALDADE E DIVERSIDADE

Realizada nos dias 17 e 18 de novembro, no auditório do TJTO, a II Semana de Diálogos sobre Igualdade e Diversidade foi promovida pela Esmat e pela Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins, com transmissão ao vivo e participação gratuita. A programação reuniu autoridades, especialistas, lideranças comunitárias e servidores(as) para refletir sobre igualdade racial, diversidade sexual, equidade de gênero, comunidades tradicionais e acessibilidade, alinhando-se às diretrizes do CNJ e ao compromisso com os direitos fundamentais.

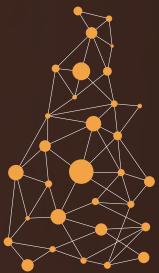
A abertura foi marcada pela palestra da juíza Renata do Nascimento e Silva, que abordou os significados da igualdade no Judiciário e destacou a importância de ouvir vozes historicamente silenciadas.

A noite contou ainda com a apresentação da peça *"Vozes Silenciadas: A luta de Paula por liberdade"*, uma encenação baseada em documento judicial de 1858, resgatado pela Esmat e transformado em espetáculo pelo grupo Vozes de Ébano, sob coordenação da desembargadora Ângela Issa Haonat. O projeto deu visibilidade à história de uma mulher negra e escravizada que conquistou judicialmente sua liberdade antes da Lei Áurea, tornando-se símbolo de resistência e memória.

A manhã do segundo dia foi dedicada à equidade de gênero e à igualdade racial. A servidora Hyllaine Asevedo e o servidor Paulo Everton Lima abordaram os desafios enfrentados por mulheres e pessoas negras no Judiciário, com reflexões sobre silenciamento institucional e a necessidade de ações antirracistas. O professor Rodrigo Ednilson de Jesus (UFMG) conduziu o segundo painel, reforçando o papel das ações afirmativas como instrumentos de justiça e inclusão.

À tarde, a educadora indígena Eugislane Karajá tratou dos direitos das comunidades tradicionais, destacando o pertencimento, a territorialidade e a pluralidade de culturas. Em seguida, o desembargador João Marcos Buch (TJSC) discutiu os direitos da população LGBTQIAPN+, enfatizando a importância de reconhecer privilégios e atuar na desconstrução das desigualdades. O evento foi encerrado com destaque para a construção de uma cultura institucional mais justa, plural e inclusiva.





II Encontro dos REGISTRADORES e TABELIÃES

das Serventias Extrajudiciais e a Corregedoria-Geral
da Justiça do Estado do Tocantins

Realizado no dia 6 de outubro, o II Encontro dos Registradores, Tabeliães e a Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins reuniu magistrados(as), registradores(as), tabeliães e servidores(as) no auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), com transmissão ao vivo pelo canal da Esmat no YouTube. A ação foi promovida pela Corregedoria-Geral da Justiça (CGJUS), em parceria com a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Tocantins (Anoreg/TO) e com apoio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat).

Sob a coordenação do juiz auxiliar Marcelo Laurito Paro, o evento teve como foco a qualificação profissional, a padronização de procedimentos e a modernização tecnológica das serventias extrajudiciais, além de estimular a integração entre o Poder Judiciário e os serviços notariais e de registro.



ENCONTRO ESTADUAL IMPULSIONA A INOVAÇÃO E A AGILIDADE NOS SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS

Durante a abertura, o desembargador Pedro Nelson de Miranda Coutinho, corregedor-geral da Justiça, destacou que a iniciativa busca garantir “eficiência, transparência e segurança jurídica que a sociedade tanto espera e merece”.

Em sua fala, o desembargador também apresentou algumas das inovações desenvolvidas no âmbito do Judiciário Tocantinense, como o Sistema de Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais (Gise). Criado em 2012, o Sistema nasceu da necessidade de aprimorar o controle sobre a arrecadação e os atos notariais e registrais praticados pelas serventias.

“Garantindo mais segurança jurídica e um gerenciamento mais eficiente”, pontuou. O evento contou ainda com a entrega simbólica de 88 impressoras a cartórios deficitários do Estado, como parte da continuidade do Projeto Moderniza, que já havia beneficiado essas serventias com computadores em etapas anteriores.



Escola Superior da
Magistratura Tocantinense



A programação foi composta por painéis técnicos, palestras e debates. Pela manhã, foram abordados temas como: Restauração e Suprimento de Registro Civil Extrajudicial, com a palestrante Camila Biava, registradora e tabeliã em Santa Rita do Araguaia (GO); Conta Notarial, com o palestrante Geraldo Felipe de Souto Silva, presidente do Colégio Notarial do Brasil (Seção DF); Busca e Apreensão Extrajudicial de Bens Móveis, com o palestrante Thyago Soares, oficial do 2º Registro de Títulos, Documento e Civil das Pessoas Jurídicas de São Luís (MA).

No período da tarde, os debates focaram em temas como: Protesto de Certidões de Dívida Ativa (CDA) e títulos judiciais, com a palestrante Ionara Gaioso Galles, vice-presidente do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB-BR); Integração nacional e inventário estatístico do setor, com apresentação do Operador Nacional do Registro Eletrônico de Imóveis (ONR), com o palestrante Juan Pablo, presidente do ONR; e Prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, com foco na atuação dos cartórios como agentes de integridade no sistema financeiro, com o palestrante José Elias de Albuquerque Moreira, advogado e consultor em Direito Notarial e Registral.

A Orquestra Sanfônica Amor Perfeito, da Escola Cívico-Militar Vila União, abriu o evento com uma apresentação cultural que evidenciou o papel transformador da arte na comunidade.



OFICINAS LITERÁRIAS DE 2025: LEITURA, DIVERSIDADE E DIÁLOGO COMO INSTRUMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO

Ao longo de 2025, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), em parceria com a Divisão de Projetos e Gestão de Contratos da Diretoria de Gestão de Pessoas (Divpgc/Digep), promoveu três edições das Oficinas Literárias, que reuniram servidores(as), magistrados(as), representantes de outras instituições e, pela primeira vez, membros da comunidade externa.

A proposta pedagógica do projeto esteve alicerçada na leitura coletiva de obras literárias como ponto de partida para reflexões críticas sobre desigualdades estruturais, relações de poder, ancestralidade, gênero e justiça social. As leituras foram mediadas por profissionais com trajetória reconhecida nas temáticas abordadas e ocorreram em encontros virtuais, com encerramento presencial por meio de um Sarau Cultural, realizado em outubro na sede da Esmat.



TURMA I - TORTO ARADO E A FORÇA DA ANCESTRALIDADE

Em abril, a obra "Torto Arado", de Itamar Vieira Junior, foi o centro das discussões da primeira turma. Com mediação da mestra Liziane Cruz, os encontros propuseram uma imersão em narrativas que abordam desigualdade social, racismo, disputas por território e relações com a terra, a partir das vivências de duas irmãs negras no sertão baiano. A edição contou com participação de servidores(as) do TJTO, da Defensoria Pública, do Ministério Público e de militantes de causas sociais.

TURMA II – KRENAK E BISPO DOS SANTOS: MODOS DE HABITAR E CONTRACOLONIZAR

Em setembro, a segunda turma foi conduzida pela professora e doutora Eugislane Moreira Lima, com base nas obras “A vida não é útil”, de Ailton Krenak, e “A terra dá, a terra quer”, de Antônio Bispo dos Santos. Os encontros possibilitaram a aproximação com perspectivas indígenas e quilombolas, explorando ancestralidade, ecologia, justiça e contracolonialidade como fundamentos para pensar outras formas de existência e atuação institucional.



TURMA III – GÊNERO, SEXUALIDADES E JUSTIÇA

Em outubro, a obra “As Malditas”, da escritora trans argentina Camila Sosa Villada, foi o foco da terceira turma. Com mediação da psicóloga Cristina Silvana Vasconcelos, os círculos de leitura abordaram a vivência de mulheres trans na América Latina, promovendo debates sobre identidade, marginalização e resistência. O grupo contou com participantes de diferentes áreas e instituições, ampliando o diálogo sobre gênero e diversidade no Judiciário.

ENCERRAMENTO COM CULTURA E PERTENCIMENTO

As três turmas se reuniram no Sarau Cultural, realizado em 22 de outubro, na sede da Esmat. A programação contou com a apresentação do Grupo de Suça da Comunidade Quilombola da Chapada de Natividade, participação do mestre Patricinho, roda de conversa e intervenções artísticas dos(as) participantes. O momento celebrou os aprendizados e a diversidade das vozes que ecoaram durante as oficinas.

Ao final do projeto, os livros utilizados nas atividades foram doados a bibliotecas de unidades prisionais e organizações sociais, ampliando o acesso à leitura e reforçando o compromisso da Esmat com a inclusão e a sustentabilidade social.

SAÚDE MENTAL E COGNITIVA FORAM TEMAS DE WORKSHOP DURANTE A 10ª SEMANA DA SAÚDE DO TJTO

No dia 28 de outubro, em alusão ao Dia do Servidor Público, a programação da 10ª Semana da Saúde do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) contou com a realização do Workshop Prático sobre Saúde Integral: Saúde Mental e Cognitiva. A atividade foi conduzida pelo fisioterapeuta e doutor em Ciências Biomédicas José Ronaldo Veronesi Júnior, reunindo servidores(as) interessados(as) em aprofundar seus conhecimentos sobre bem-estar e equilíbrio emocional.

O encontro integrou teoria e prática, com foco na promoção da saúde integral. Veronesi apresentou os quatro pilares do equilíbrio humano – físico, mental, emocional e espiritual – como base para compreender e gerenciar os estímulos e informações do ambiente de trabalho.



destacou a importância do tema diante das novas diretrizes da Norma Regulamentadora nº 1 (Nr1), que exige, a partir de maio de 2026, a implantação de gestões voltadas aos fatores psicosociais no ambiente de trabalho em instituições públicas e privadas.

Segundo Veronesi, o objetivo foi oferecer ferramentas práticas para que cada pessoa possa desenvolver maior resiliência diante do excesso de informações e demandas, mantendo o equilíbrio emocional e cognitivo.

Além do workshop, a Semana da Saúde contou com uma feira instalada no hall do TJTO, com estandes de artesanato, alimentação saudável e produtos naturais. Parceiros da iniciativa também ofertaram serviços de saúde, exames e orientações, incentivando hábitos que favoreçam a qualidade de vida no ambiente institucional.



A X Semana da Saúde do Poder Judiciário Tocantinense foi aberta, no dia 27 de outubro de 2025, com a palestra “Qualidade e Sentido de Vida: reflexões filosóficas”, ministrada pela professora e filósofa Lúcia Helena Galvão, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). A atividade integrou a programação institucional voltada à promoção do bem-estar físico, mental e emocional de magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as).

Transmitida ao vivo para as comarcas do interior, a palestra reuniu mais de 600 participantes e propôs uma reflexão sobre o sentido da vida, o autoconhecimento e a construção de valores pessoais como fundamentos da qualidade de vida. Ao longo da exposição, a palestrante destacou que o bem-estar vai além de conforto material, estando diretamente relacionado à consciência de propósito, à ética e ao desenvolvimento humano.

“Pessoas com muitas posses e altamente deprimidas são exemplos de que não é a quantidade de coisas que possuímos que nos faz felizes, mas o quanto nos possuímos. Talvez o que nos falte seja justamente isso: sermos donos de nós mesmos”, refletiu.

Semana da Saúde do TJTO foi aberta com reflexão filosófica sobre sentido e qualidade de vida



Durante a abordagem, foram discutidos temas como o vazio existencial, a busca por felicidade associada ao consumo e à validação externa, além da importância do domínio das emoções, das escolhas conscientes e do cultivo de virtudes. A palestrante também ressaltou o papel do amor, da responsabilidade individual e do aperfeiçoamento contínuo como elementos centrais para uma vida com sentido.

Antes da palestra, a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Maysa Vendramini Rosal, destacou que a Semana da Saúde reafirmou o compromisso institucional com o cuidado integral das pessoas que constroem o Judiciário tocantinense.

“Cuidar da saúde física, mental e emocional de quem constrói o Poder Judiciário é também cuidar da Justiça. Esta edição da Semana da Saúde é um presente — uma demonstração de respeito e valorização a cada servidor e servidora”, expressou.

A coordenadora do Espaço Saúde, Elaine Cristina Ferreira, reforçou que as ações desenvolvidas ao longo da semana buscaram impactar positivamente a saúde e a qualidade de vida dos(as) participantes.

EVENTO REAFIRMA COMPROMISSO INTERSETORIAL COM O CUIDADO E A SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO



Com a proposta de fortalecer a rede de proteção e garantir o cuidado integral a adolescentes em conflito com a lei, o evento Interfaces entre Sistema de Justiça, Saúde Mental e Socioeducação: Estratégias para a Garantia de Direitos reuniu representantes da Justiça, Saúde, Assistência Social e Educação nos dias 22 e 23 de outubro, no auditório do TJTO. A iniciativa foi promovida pela Esmat, com coordenação do juiz José Eustáquio de Melo Júnior.

Durante a abertura do evento, autoridades destacaram a necessidade de articulação entre os poderes e instituições. Em sua fala, o juiz Esmar Custódio Vêncio Filho ressaltou que o enfrentamento das violações no sistema socioeducativo passa pela integração entre Executivo, Judiciário e municípios.





A secretaria estadual de Cidadania e Justiça, Estelamaris Postal, reforçou que a temática "fala diretamente sobre vidas humanas" e defendeu políticas que promovam reconstrução e esperança. Já Marta Azevedo, da UFT, destacou que "a dignidade humana é o ponto de encontro entre o cuidado e a justiça".

A cerimônia contou ainda com a assinatura simbólica da Portaria Conjunta nº 12/2025, que institui um Grupo de Trabalho Interinstitucional para construção de estratégias voltadas à saúde mental de adolescentes no sistema socioeducativo.

A programação, realizada em formato híbrido, incluiu conferências, mesas temáticas e debates voltados à qualificação das práticas institucionais. O encontro teve como referência a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI) e a Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário.

Os dois dias de programação evidenciaram que o cuidado exige escuta qualificada, ética e compromisso institucional. Especialistas e profissionais destacaram a importância de planos individualizados, como o Plano Individual de Atendimento (PIA) e o Projeto Terapêutico Singular (PTS), como ferramentas de cuidado e responsabilização.

A defensora pública Elisa Maria Pinto Falcão Queiroz afirmou que "a privação de liberdade não pode significar a privação de saúde", e o promotor Sidney Fiore Júnior reforçou a necessidade de atuação articulada entre as políticas públicas.

Já o juiz Afrânio José Fonseca Nardy emocionou o público ao defender uma "pedagogia do cuidado" baseada em afetos e escuta. "Não se trata apenas de curar uma moléstia. O centro é a produção do cuidado", afirmou.

Para o juiz José Eustáquio, coordenador do evento, o objetivo central foi "construir pontes, e não muros entre as áreas da Justiça, Saúde e Socioeducação". Ao longo do evento, práticas intersetoriais, políticas públicas e estratégias de acolhimento foram debatidas com foco na singularidade das adolescências e na superação das vulnerabilidades sociais.

O evento encerrou com depoimentos emocionados de participantes, que destacaram o impacto das reflexões propostas. A assinatura da portaria conjunta simbolizou não apenas um fechamento institucional, mas o início de uma nova fase de compromissos, escutas e ações integradas em prol da juventude em conflito com a lei.

XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS



Escola Superior da
Magistratura Tocantinense



UMA JORNADA DE CONHECIMENTO, INOVAÇÃO E REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DA JUSTIÇA E DA IA

Com quatro dias de intensa programação, com mais de mil inscritos e participantes de diversas regiões do Brasil e do exterior, o XVIII Congresso Internacional em Direitos Humanos, promovido pela Esmat em parceria com a UFT, consolidou-se como um dos mais relevantes espaços de discussão sobre os desafios e possibilidades da Inteligência Artificial (IA) no âmbito da Justiça e dos Direitos Humanos.

Durante a solenidade, foi realizada a outorga da medalha do mérito acadêmico “Feliciano Machado Braga” à reitora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), doutora Maria Santana Milhomem, e ao desembargador Pedro Valls Feu Rosa, do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES). Na ocasião, o desembargador Marco outorgou ao professor doutor Tarsis Barreto, coordenador do mestrado, a medalha “Desembargador Antonio Rulli Junior”.

O poder transformador da educação pública e a ética na inovação foram os grandes destaques da solenidade. Ao presidir a conferência de abertura, o desembargador Marco Villas Boas apresentou a homenageada desta edição do Congresso, a pesquisadora e diretora técnica do Google Cloud em Nova York, Patrícia Florissi. “É um privilégio imenso tê-la conosco, ainda que virtualmente. A professora Patrícia Florissi é uma das principais referências mundiais no debate sobre Inteligência Artificial Generativa, e temos nela uma interlocutora sensível às implicações éticas, sociais e jurídicas da tecnologia”, destacou o diretor geral ao anunciar a conferência transmitida diretamente dos Estados Unidos”, pontuou.

PAINÉIS QUE CONECTAM TECNOLOGIA, HUMANIDADE E RESPONSABILIDADE

Ao longo do Congresso, sete painéis temáticos reuniram pesquisadores(as), magistrados(as), legisladores(as), representantes de empresas de tecnologia e estudantes para refletir sobre os impactos da IA no Direito, na educação, na democracia e nos direitos fundamentais.

O painel sobre IA Generativa e o Judiciário abriu o segundo dia de debates, destacando dados da pesquisa do CNJ sobre a adoção da tecnologia nos tribunais. Os doutores Amilar Domingos Moreira Martins (STJ) e Humberto Xavier de Araujo (UFT) foram os painelistas, e a mestra Ana Beatriz de Oliveira Pretto atuou como mediadora.

Em seguida, o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, apresentou, no painel “Uso da IA na tomada de decisões judiciais”, o projeto Hórus e o Método Dialógico de Múltiplas Respostas (DMR), uma proposta inédita de interação consciente entre humanos e máquinas no processo judicial. O momento também contou com a presença do juiz federal Rafael Leite Paulo (TRF) e do doutor Vinicius Pinheiro Marques.

Durante o painel internacional com especialistas da China, Espanha e Brasil, temas como governança algorítmica, vieses, educação digital e regulação democrática da IA foram amplamente discutidos. A senadora Dorinha Seabra chamou a atenção para a necessidade de preparação docente e infraestrutura digital nas escolas para garantir inclusão tecnológica com responsabilidade.



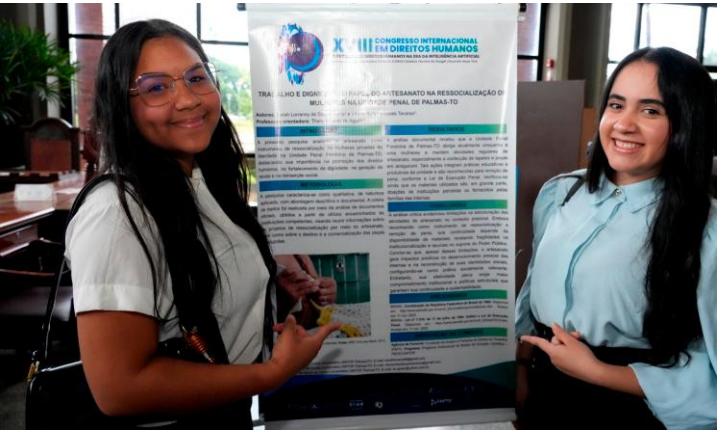
Uma das inovações do Congresso foi a inserção do debate sobre segurança energética como eixo para sustentação da revolução digital. Representantes da Axia Energia apresentaram dados sobre o crescimento exponencial do consumo energético por data centers e destacaram o papel estratégico do Brasil, com sua matriz renovável, para o desenvolvimento sustentável da IA. Os debates também abordaram a relação entre IA e direitos fundamentais, com destaque para as conferências da professora Jéssica Hind (UCSal) e do professor Rafael Santos (INPE), que reafirmaram a necessidade de manter a autoria e responsabilidade humanas no uso da IA na produção acadêmica e decisões sensíveis. O professor Eyder Bolívar, da Colômbia, proferiu a conferência de encerramento, reforçando que o futuro da IA no Judiciário exige governança democrática, transparência e foco na dignidade humana.





PESQUISA, ÉTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Durante o evento a Exposição de Banners ocupou o hall do Tribunal de Justiça com cerca de noventa trabalhos de graduação e pós-graduação de diversas instituições. Os temas abordaram desde a ética da IA no Judiciário até o racismo algorítmico e o papel da educação digital no enfrentamento das desigualdades.





HOMENAGENS

No último dia a entrega dos certificados aos novos doutores do Doutorado Interinstitucional em Direito e Políticas Públicas (Esmat/UniCeub) e a premiação das pesquisas acadêmicas marcaram o encerramento com celebração ao conhecimento e à superação pessoal. Homenagens também marcaram o momento final, com a entrega de medalhas em memória do juiz Sândalo Bueno do Nascimento e a honaria concedida à coordenadora de pós-graduação da Esmat, Maria Luiza do Nascimento.



FORMANDO PARA O FUTURO: MINICURSOS

Conduzido por especialistas nacionais e internacionais, durante o evento, foram ofertados onze minicursos voltados para a capacitação técnica e reflexiva sobre temas emergentes como a aplicação jurídica da IA, ética, sustentabilidade e direitos fundamentais. Os temas foram: Judicialização da Saúde, Vulnerabilidade e Inteligência Artificial; Casos de Sucesso em IA: compartilhamento de boas práticas e justiça digital; Inteligência Artificial e Pesquisa Científica: ética, ferramentas e boas práticas; Violência Escolar, Inteligência Artificial e Justiça Restaurativa; O Uso da Tecnologia como Instrumento de Combate à Violência

Familiar e Doméstica Contra a Mulher; Discursos de Ódio nas Redes Sociais e a Dignidade da Pessoa Humana; O Acesso à Justiça em Tempos Tecnológicos; Círculos de Construção de Paz como Instrumento de Comunicação Interpessoal e Prevenção/Tratamento de Conflitos; Perspectiva de Gênero e Segurança Jurídica nos Julgamentos: ferramentas teóricas e práticas; Inteligência Artificial, Sistema Penal e Direitos Humanos; Roda de Leitura: mulheres e o cárcere.





Seminário Gestão Pública: Boas Práticas, Governança e Probidade

Realizado no dia 25 de novembro, o evento “Gestão Pública: Boas Práticas, Governança e Probidade” reuniu mais de 800 participantes no auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), com transmissão ao vivo pela plataforma da Esmat. A iniciativa foi promovida em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO) e o Ministério Público do Tocantins (MPTO), sob coordenação do juiz auxiliar da Presidência, Arióstenis Guimarães Vieira.

O evento teve como público alvo magistrados(as), promotores(as), parlamentares e gestores(as), o seminário teve como foco o fortalecimento da governança, da ética e da probidade na administração pública. A abertura contou com falas institucionais que destacaram o papel das

parcerias interinstitucionais na promoção da integridade e no apoio técnico à gestão pública, especialmente nos municípios. A programação abordou cinco painéis temáticos: Painel 1: *Crime organizado e sua infiltração na política*, com o promotor Tarso Rizo (MPTO), destacou a atuação do Gaeco e os desafios no combate à macrocriminalidade.

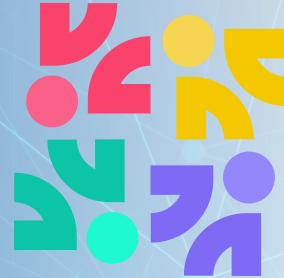
Painel 2: *A função fiscalizadora do Legislativo*, conduzido por Diogo Esteves Pereira (TCE-TO), ressaltou o papel das câmaras municipais na prevenção da corrupção. Painel 3: *Nova Lei de Improbidade Administrativa*, apresentado pelo promotor Vinícius de Oliveira, tratou da necessidade de dolo, tipicidade e desafios da responsabilização.

Boas Práticas,
Governança
e Probidade

Painel 4: *Adesão à ata de registro de preços à luz da nova Lei de Licitações*, com o procurador Matheus Carvalho, trouxe uma abordagem prática sobre as contratações públicas diante da Lei nº 14.133/2021. Painel 5: *Equilíbrio entre esferas de responsabilização*, com o auditor João Paulo Landim, debateu os efeitos das reformas legais na responsabilização administrativa.

O evento proporcionou reflexões técnicas, jurídicas e práticas sobre os desafios da administração pública moderna, especialmente diante das transformações legais e das exigências por mais eficiência e transparência.





I ENCONTRO DO GRUPO GESTOR DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES

FORTALECENDO A ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES DO TJTO

Realizado no dia 27 de novembro, o I Encontro do Grupo Gestor das Equipes Multidisciplinares (GGEM) reuniu profissionais credenciados(as) das áreas de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia, com o objetivo de alinhar práticas, fortalecer vínculos e consolidar diretrizes metodológicas para o assessoramento técnico no âmbito do TJTO. Promovido pela Esmat, em parceria com a Presidência do TJTO, o evento atendeu a uma demanda do próprio grupo e marcou um passo importante na consolidação do trabalho interdisciplinar.

A abertura foi conduzida pelo juiz auxiliar da Presidência, Esmar Custódio Vêncio Filho, que destacou os avanços institucionais desde a criação do GGEM, em 2016, e a importância do modelo de credenciamento que hoje permite atuação em praticamente todos os municípios tocantinenses.

A coordenadora-geral do GGEM, Jocelaine Lago Dalanora, conduziu a palestra “Metodologia do Trabalho Interdisciplinar no GGEM”, apresentando os fundamentos do Atendimento Técnico Interdisciplinar (ATI). A metodologia articula saberes distintos em prol de decisões judiciais mais fundamentadas, especialmente em temas envolvendo infância, juventude e situações de vulnerabilidade social.

O evento também contou com a Mesa de Diálogos “Trabalho Interdisciplinar no GGEM: Desafios, Resultados e Oportunidades”, conduzida pela equipe técnica do grupo, que debateu a estruturação do trabalho em rede, a sistematização dos procedimentos e os desafios operacionais do atendimento em localidades remotas. Com mais de 1.600 profissionais credenciados(as), o GGEM representa uma rede consolidada de suporte ao Judiciário.





RODA DE CONVERSA: SAÚDE MENTAL, GÊNERO E SEUS DISPOSITIVOS



JUSTIÇA EM DIÁLOGO: RODA DE CONVERSA PROMOVEU REFLEXÃO SOBRE SAÚDE MENTAL E GÊNERO

No dia 19 de novembro, a Esmat, em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas do TJTO, promoveu mais uma edição do projeto Justiça em Diálogo, com a roda de conversa “Saúde Mental, Gênero e seus Dispositivos”. O encontro foi realizado de forma virtual e reuniu magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) em um espaço de escuta ativa e reflexão crítica.

A atividade teve como facilitadora a psicóloga e pesquisadora Valeska Zanello, que abordou os efeitos dos dispositivos sociais de gênero na construção subjetiva e na saúde mental de homens e mulheres. A palestrante

contextualizou os estereótipos ligados à feminilidade e masculinidade, destacando dispositivos como o amoroso, o materno e o da eficácia.

Durante a abertura, a chefe da Divisão de Projetos e Gestão de Contratos (Digep), Tânia Mara Alves Barbosa, ressaltou o propósito da iniciativa de fomentar o diálogo sobre questões estruturais como preconceito, assédio e diversidade nos ambientes institucionais. A diretora da Digep, Paula Jorge Catalan Maia, também destacou a relevância da parceria com a Esmat e o alinhamento da ação com a política de gestão de pessoas do TJTO.



V Encontro de FACILITADORES RESTAURATIVOS do Poder Judiciário Tocantinense

O Encontro reuniu 47 facilitadores(as) de diversas regiões do Tocantins, em um espaço voltado exclusivamente a quem atua diretamente com processos restaurativos. A atividade, sediada na Esmat, promoveu formação técnica, oficinas práticas, círculo de paz e compartilhamento de vivências, com o objetivo de consolidar vínculos, valorizar a escuta ativa e promover o intercâmbio de experiências no campo da Justiça Restaurativa.

Durante a palestra de abertura, o juiz Antônio Dantas de Oliveira Jr. abordou o tema “A Justiça Restaurativa dialogando com o Direito Penal”, destacando a necessidade de reconstrução de vínculos como alternativa à lógica punitiva. A juíza Silvana Parfieniuk, coordenadora do Nupemec, enfatizou o formato inédito do encontro, voltado à escuta horizontal entre facilitadores(as): “Esse espaço fortalece nossa atuação e aprimora as iniciativas em todo o Estado”.

A programação contou ainda com o Círculo de Paz sobre a importância do(a) facilitador(a) na sociedade, conduzido por magistradas, servidoras e educadoras, e quatro oficinas práticas, que apresentaram casos reais, aprendizados e desafios do cotidiano nas comarcas tocantinenses.





VI SEMINÁRIO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA

Aberto ao público, o IV Seminário da Justiça Restaurativa foi realizado, no dia 5 de dezembro, no auditório do TJTO e contou com quatro palestras e uma mesa de boas práticas, reunindo magistradas(os), servidores(as), representantes da sociedade civil e convidados(as) de diferentes estados.

Na abertura, o juiz auxiliar da Presidência do TJ, Ariostenes Guimarães Vieira, representou a presidente do Tribunal, desembargadora Maysa Vendramini Rosal. A juíza coordenadora do Nupemec, Silvana Maria Parfeniuk, também esteve presente e reforçou a importância do encontro para fortalecer políticas públicas de pacificação social no Estado.

A programação tratou de temas como: Prevenção da violência entre adolescentes, com a juíza Vanessa Cavalieri (TJRJ); Reinserção e justiça no encarceramento feminino, com a juíza Mirella Cezar Freire (TJMA); Círculo de sentença e justiça em contextos conflituosos, com a juíza Sandra Magali (TJBA); Justiça Restaurativa e Literatura, com a juíza Berenice Nassar (TJPR).

A mesa final destacou boas práticas locais e o papel da JR como ferramenta de transformação social e reconstrução de trajetórias, com participação da juíza Silvana Parfeniuk, da juíza Luciana Aglantzaski (TJTO) e do promotor Konrad Wimmer (MPTO).



VI SEMINÁRIO EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DEBATE INCLUSÃO E REFORÇA DIRETRIZES DO CNJ SOBRE ACESSIBILIDADE

O VI Seminário em Comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, realizado em 11 de dezembro, encerrou a programação anual da Esmat com uma reflexão crítica sobre inclusão no Sistema de Justiça, avaliação biopsicossocial e acessibilidade como valor institucional. O evento contou com mais de 500 participantes e reuniu magistrados(as), servidores(as), pesquisadores(as) e profissionais da saúde.



Durante a abertura, a presidente do TJTO, desembargadora Maysa Vendramini, e a presidente da Comissão de Acessibilidade, desembargadora Ângela Issa Haonat, destacaram o papel da acessibilidade como eixo transversal na atuação judiciária, defendendo sua integração nos espaços, decisões e relações institucionais.

“A acessibilidade deve ser tratada como eixo transversal da atividade judiciária, abrangendo desde a adequação dos espaços físicos e dos sistemas de comunicação até a qualificação dos atos decisórios e a formação continuada de magistrados(as) e servidores(as)”, afirmou a desembargadora Ângela Issa.

“A inclusão não deve ser apenas uma diretriz normativa. Ela deve ser também uma prática diária, no modo como organizamos nossos espaços, os processos, os atendimentos e, sobretudo, os relacionamentos humanos”, destacou a presidente do TJTO.



O juiz Adriano Gomes de Melo abordou a judicialização do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e alertou para o uso inadequado de laudos médicos como único critério em decisões judiciais. Reforçou a importância do modelo biopsicossocial da deficiência, previsto na legislação nacional e internacional.

Em seguida, o pesquisador Wainesten Camargo destacou a falta de dados sobre o autismo no Brasil e a necessidade de maior articulação entre ciência, políticas públicas e decisões judiciais. Já o neurocientista Leandro Matos encerrou a programação abordando o papel da tecnologia na inclusão de pessoas com TEA e a necessidade de uma abordagem empática e estruturada que considere também o impacto sobre as famílias.

As palestras foram mediadas por representantes da Comissão de Acessibilidade, da Corregedoria-Geral da Justiça e do Núcleo de Acolhimento Psicossocial do TJTO, evidenciando o compromisso institucional com o direito à inclusão e à dignidade.

PALESTRA APRESENTA DIRETRIZES PARA O USO RESPONSÁVEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO

Acadêmicos e estagiários do Instituto de Aperfeiçoamento da Gestão (IAG) participaram, no dia 11 de dezembro, da palestra formativa sobre os desafios, fundamentos e diretrizes para o uso ético e seguro da Inteligência Artificial (IA) no Poder Judiciário. A apresentação foi conduzida pelo magistrado Wellington Magalhães, diretor adjunto da Esmat, mestre em Direito Constitucional, doutor em Desenvolvimento Regional e pós-doutorando em Inteligência Artificial e Poder Judiciário.

A atividade integrou o programa de formação continuada destinado a estagiários do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), contribuindo para o aprimoramento das competências digitais no contexto institucional. Durante a exposição, o professor doutor abordou a transição do modelo tradicional de racionalidade jurídica para um ecossistema digital marcado pela IA generativa, destacando a necessidade de harmonizar inovação e responsabilidade.

O conteúdo foi estruturado a partir dos pilares previstos nas normas de governança de IA do Judiciário: princípios éticos, arquitetura de risco, estrutura de governança e diretrizes de implementação. Entre os temas discutidos, destacaram-se o respeito à dignidade humana, a proteção de dados, a transparência, a supervisão humana e os limites para o uso de sistemas classificados como de alto ou excessivo risco.

O acadêmico do 5º período do curso de Direito Gabriel Veloso avaliou a atividade como interessante e informativa, destacando a qualidade do conteúdo e o domínio do professor. Ele afirmou que pretende aplicar as ferramentas apresentadas tanto no estágio, especialmente na elaboração de minutas, quanto em outras demandas profissionais e pessoais.





RELATÓRIO DE ATIVIDADES

CURSOS e EVENTOS



AÇÕES REALIZADAS

EIXOS TEMÁTICOS



PÓS- GRADUAÇÕES

LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO

- PRÁTICA JUDICIÁRIA
- INOVAÇÕES EDUCACIONAIS PARA A PRÁTICA DOCENTE
- DIREITO EMPRESARIAL E AGRONEGÓCIOS

STRICTO SENSU DOUTORADO

- GOVERNANÇA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (UFT/ESMAT)
- DIREITO (PUC-RIO)
- DIREITO (UNICEUB)
- PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS (UFT/ESMAT)

STRICTO SENSU MESTRADO

- PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS (UFT/ESMAT)

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO CORRETA DAS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS (TPU/CNJ) ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO – DATAJUD – TURMA 1	3	100
2	A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO CORRETA DAS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS (TPU/CNJ) ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO – DATAJUD – TURMA 2	3	73
3	A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO CORRETA DAS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS (TPU/CNJ) ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO – DATAJUD – TURMA 3	3	74
4	A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO CORRETA DAS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS (TPU/CNJ) ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A BASE NACIONAL DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO – DATAJUD – TURMA 4	3	100
5	ACESSIBILIDADE DIGITAL	15	30
6	ADITIVOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO EM OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, CONFORME A LEI Nº14.133, DE 2021	16	31
7	ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	16	35
8	ANÁLISE COMPORTAMENTAL VOLTADA PARA ENTREVISTA DE INTELIGÊNCIA	40	29
9	ANÁLISE DE DADOS JURÍDICOS NO TJTO: FUNDAMENTOS DE JURIMETRIA E IA	30	30
10	ANÁLISE, ELABORAÇÃO E AJUSTES NAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA DO TJTO	16	29
11	APERFEIÇOAMENTO DO OFICIAL DE JUSTIÇA EM PENHORA E AVALIAÇÃO	16	100
12	ALTERAÇÕES E ADITIVOS AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	8	40



ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
13	APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO PARA GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA	30	31
14	ARMAMENTO E TIRO APLICADO À PROTEÇÃO DE AUTORIDADES – TURMA 1	12	19
15	ARMAMENTO E TIRO APLICADO À PROTEÇÃO DE AUTORIDADES – TURMA 2	12	20
16	ARMAMENTO E TIRO APLICADO À PROTEÇÃO DE AUTORIDADES – TURMA 3	12	20
17	ARMAMENTO E TIRO APLICADO À PROTEÇÃO DE AUTORIDADES – TURMA 4	12	21
18	ARMAMENTO E TIRO APLICADO À PROTEÇÃO DE AUTORIDADES – TURMA 5	12	23
19	ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS, LEGAIS DA ADOÇÃO E SUAS ESPECIFICIDADES	50	48
20	ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NEURODIVERSIDADES – TURMA I	20	35
21	ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NEURODIVERSIDADES – TURMA II	20	35
22	ATENDIMENTO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL DA PESSOA IDOSA NO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE	6	28
23	ATENDIMENTO AO PÚBLICO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMA I	24	48
24	ATENDIMENTO AO PÚBLICO E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - TURMA II	12	140

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
25	ATUALIZAÇÃO EM PERÍCIAS MÉDICAS JUDICIAIS	30	17
26	ATUALIZAÇÃO SOBRE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	45	78
27	AUTOGERENCIAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12	107
28	BLOCKCHAIN E CRIPTOATIVOS: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS E PRÁTICOS	16	33
29	CAPACITAÇÃO NOS PROCEDIMENTOS DE CREDENCIAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS NO SISTEMA CREDENCIAR	8	41
30	CAPACITAÇÃO PARA CRIAÇÃO DAS OFICINAS DE ENVELHECIMENTO NO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE	8	141
31	CAPACITAÇÃO PARA O PROJETO-PILOTO DA FERRAMENTA GAIA	10	56
32	COMO FISCALIZAR E GERIR CONTRATOS DE COMPRAS E SERVIÇOS DE TICS	24	28
33	COMUNICAÇÃO ESCRITA E ESTRATÉGICA – TURMA 1	20	49
34	COMUNICAÇÃO ESCRITA E ESTRATÉGICA – TURMA 2	20	48
35	CONEXÕES GLOBAIS – DIREITO, INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	56	19
36	CONHECENDO O GOOGLE WORKSPACE: COLABORAÇÃO ONLINE E ARMAZENAMENTO EM NUVEM – 2025	25	149



ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
37	DESCARBONIZAÇÃO E INVENTÁRIO DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)	30	17
38	DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA 2025 – TURMA I	45	78
39	DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA 2025 – TURMA II	12	107
40	DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA 2025 – TURMA III	16	33
41	DIREITO AMBIENTAL E CONTRATOS AGRÁRIOS: SUSTENTABILIDADE E PRÁTICA JURÍDICA	8	41
42	DIREITO ANTICORRUPÇÃO: ASPECTOS MATERIAIS, INVESTIGATIVOS E PROCESSUAIS	8	141
43	EAD PRO CURSO DE FORMAÇÃO PARA TUTORES 2025	10	56
44	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 10	24	28
45	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 11	20	49
46	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 12	20	48
47	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 13	56	19
48	EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA CONSUMIDORES – MINHAS CONTAS EM DIA NO CEJUSC – TURMA 9	25	149

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
49	ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA	16	39
50	ELABORAÇÃO DE SENTENÇA NO PROCESSO PENAL MILITAR E NOS PROCESSOS CÍVEIS DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR	32	44
51	ELABORAÇÃO DE SENTENÇAS CÍVEIS E NO JUIZADO ESPECIAL	16	60
52	ELABORAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO, INSTRUMENTOS CONGÊNERES E CONVÊNIOS	16	29
53	EPROC - 1º GRAU	20	411
54	EPROC - 2º GRAU	20	97
55	FACILITAÇÃO DE GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES	70	41
56	FLUÊNCIA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – TURMA 1	12	282
57	FLUÊNCIA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – TURMA 2	12	227
58	FLUÊNCIA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – TURMA 3	12	268
59	FLUÊNCIA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – TURMA 4	12	102
60	FORMAÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO – TURMA I	16	41



ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
61	FORMAÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO – TURMA II	16	22
62	FORMAÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO – TURMA III	16	32
63	FORMAÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO – TURMA IV	16	37
64	FORMAÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO – TURMA V	16	33
65	FORMAÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO – TURMA VI	16	18
66	FORMAÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO – TURMA VII	16	6
67	FORMAÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO – TURMA VIII	16	2
68	FORMAÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO – TURMA IX	16	5
69	FORMAÇÃO DA BRIGADA DE INCÊNDIO – TURMA X	16	16
70	FORMAÇÃO DE EXPOSITORES DAS OFICINAS DE PARENTALIDADE E DIVÓRCIO – ARAGUAÍNA	40	12
71	FORMAÇÃO DE EXPOSITORES DAS OFICINAS DE PARENTALIDADE E DIVÓRCIO – GURUPI	40	12

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
73	FORMAÇÃO DE EXPOSITORES DAS OFICINAS DE PARENTALIDADE E DIVÓRCIO – PORTO NACIONAL	40	12
74	FORMAÇÃO DE FACILITADORES PARA ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	40	97
75	FORMAÇÃO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS – TURMA VI	70	29
76	FORMAÇÃO DE LIDERANÇA FEMININA	87	30
77	FORMAÇÃO DO ENCARREGADO E DOS MEMBROS DO COMITÊ GESTOR DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	8	36
78	FORMAÇÃO EM ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	20	40
79	FORMAÇÃO INICIAL DOS(AS) NOVOS(AS) SERVIDORES(AS) DO PODER JUDICIÁRIO – TURMA III	24	21
80	FUNDAMENTOS DE CÁLCULOS JUDICIAIS	16	37
81	GESTÃO ADMINISTRATIVA	20	43
82	GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA	20	48
83	GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIA	16	25
84	GESTÃO E OPERAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO	40	36



ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
85	GESTÃO INOVADORA E ESTRATÉGIAS NO TRATAMENTO DE DEMANDAS REPETITIVAS	20	42
86	GESTÃO POR COMPETÊNCIAS: FUNDAMENTOS E PRÁTICAS	12	140
87	HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS LGBTQIAPN+: DESAFIOS PARA O PODER JUDICIÁRIO	20	49
88	INSPEÇÕES JUDICIAIS EM PROGRAMAS DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO E EM UNIDADES DO MEIO FECHADO, E PREENCHIMENTO DO CADASTRO NACIONAL DE INSPEÇÕES DE UNIDADES E PROGRAMAS SOCIOEDUCATIVOS (CNIUPS)	45	119
89	INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA NAS LICITAÇÕES E CONTRATOS	16	28
90	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA COM A PLATAFORMA DO GOOGLE CLOUD	30	63
91	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ÁREA DA SAÚDE	16	42
92	JUIZADOS ESPECIAIS E DA FAZENDA PÚBLICA: TEORIA E PRÁTICA DAS DECISÕES	20	50
93	LABORATÓRIO PRÁTICO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA (IA-GEN): TURMA III	16	50
94	LABORATÓRIO PRÁTICO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA (IA-GEN): TURMA IV	16	50
95	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) APLICADA ÀS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DO ESTADO DO TOCANTINS	16	62
96	LÍNGUA PORTUGUESA: GRAMÁTICA E REDAÇÃO OFICIAL	16	24

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
97	LINGUAGEM SIMPLES COM CONSULTORIA EM DOCUMENTO JUDICIAL	16	19
98	LINGUAGEM SIMPLES NO JUDICIÁRIO: PRÁTICA ALÉM DAS PALAVRAS	20	28
99	LOCOMOÇÃO AUTOMATIZADA NO EPROC - 1º GRAU	4	342
100	LOCOMOÇÃO AUTOMATIZADA NO EPROC - 1º GRAU - TURMA II	4	232
101	LOCOMOÇÃO AUTOMATIZADA NO EPROC - OFICIAIS DE JUSTIÇA - TURMA III	2	118
102	MAPEAMENTO DE PROCESSOS E GESTÃO DE RISCOS: TEORIA E PRÁTICA	16	35
103	MINICURSO 1 - JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE, VULNERABILIDADE E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	3	65
104	MINICURSO 2 - VIOLÊNCIA ESCOLAR, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E JUSTIÇA RESTAURATIVA	3	66
105	MINICURSO 3 - O USO DA TECNOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À VIOLÊNCIA FAMILIAR E DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	3	83
106	MINICURSO 4 - DISCURSOS DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	3	69
107	MINICURSO 5 - O ACESSO À JUSTIÇA EM TEMPOS TECNOLÓGICOS	3	56
108	MINICURSO 6 - CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL E PREVENÇÃO/TRATAMENTO DE CONFLITOS	3	48



ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
109	MINICURSO 7 – PERSPECTIVA DE GÊNERO E SEGURANÇA JURÍDICA NOS JULGAMENTOS: FERRAMENTAS TEÓRICAS E PRÁTICAS	3	58
110	MINICURSO 8 – INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, SISTEMA PENAL E DIREITOS HUMANOS	3	189
111	MINICURSO 9 – RODA DE LEITURA: MULHERES E O CÁRCERE	3	68
112	MINICURSO 10 – CASOS DE SUCESSO EM IA: COMPARTILHAMENTO DE BOAS PRÁTICAS E JUSTIÇA DIGITAL	3	51
113	MINICURSO 11 – INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E PESQUISA CIENTÍFICA: ÉTICA, FERRAMENTAS E BOAS PRÁTICAS	3	47
114	MONITORAMENTO DE DECISÕES DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	20	23
115	MONITORAMENTO DE REDE UTILIZANDO A FERRAMENTA OPENSOURCE ZABBIX	40	19
116	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O PROTOCOLO PARA DEPOIMENTO ESPECIAL EM AÇÕES DE FAMÍLIA	36	52
117	NORMAS E PADRÕES DE ACESSIBILIDADE E APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS	16	17
118	OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)	6	21
119	PAINEL DE BI: ANÁLISE E GESTÃO DE DADOS DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS	8	40
120	PERÍCIA GENÉTICA, CIBERNÉTICA E DE DOCUMENTOSCOPIA	28	50

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
121	PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS APOIADAS NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, EM CONFORMIDADE COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	16	35
122	PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS APOIADAS NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, EM CONFORMIDADE COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES – TURMA II	16	30
123	PREPARATÓRIO PARA O TELETRABALHO 2025	24	244
124	PREVENÇÃO E DEFESA PESSOAL FEMININA – TURMA I – PORTO NACIONAL	8	20
125	PREVENÇÃO E DEFESA PESSOAL FEMININA – TURMA II – ARAGUAÍNA	8	28
126	PREVENÇÃO E DEFESA PESSOAL FEMININA – TURMA III – ARAGUATINS	8	20
127	PREVENÇÃO E DEFESA PESSOAL FEMININA – TURMA IV – GURUPI	8	25
128	PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO	9	60
129	PROVAS DIGITAIS NO PROCESSO PENAL	8	53
130	QUEM QUER/PODE SER NEGRO NO BRASIL? DISCRIMINAÇÕES POSITIVAS E A NECESSIDADE DAS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO RACIAL	20	32
131	REDAÇÃO OFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO: PRÁTICA DOS EXPEDIENTES – TURMA 1	12	56
132	REDAÇÃO OFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO: PRÁTICA DOS EXPEDIENTES – TURMA 2	12	55



ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
133	REDAÇÃO, ELABORAÇÃO OFICIAL DE ATOS NORMATIVOS E TÉCNICA LEGISLATIVA	16	50
134	REDAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DE EMENTAS: IMPLEMENTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO Nº 154/2024 DO CNJ	40	39
135	RESPOSTA A INCIDENTES DE SEGURANÇA E GESTÃO DE RISCOS	16	29
136	SECI – PALMAS: CUMPRIMENTO DOS PROCESSOS DA 7ª VARA CÍVEL – TURMA 1	4	22
137	SECI – PALMAS: CUMPRIMENTO DOS PROCESSOS DA 7ª VARA CÍVEL – TURMA 2	4	21
138	SEGURANÇA CIBERNÉTICA I	40	18
139	SEI NA PRÁTICA: CURSO DE GESTÃO DE PROCESSOS ELETRÔNICOS	4	108
140	SENTENÇA PENAL NA PRÁTICA	16	49
141	SENTENÇA PENAL NA PRÁTICA – TURMA II	16	47
142	SUPORTE BÁSICO DE VIDA E PRIMEIROS SOCORROS – TURMA I	4	15
143	SUPORTE BÁSICO DE VIDA E PRIMEIROS SOCORROS – TURMA II	4	19
144	SUPORTE BÁSICO DE VIDA E PRIMEIROS SOCORROS – TURMA III	4	22

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
145	SUporte BÁSICO DE VIDA E PRIMEIROS SOCORROS – TURMA IV	4	17
146	TECNOLOGIA, PRODUTIVIDADE E CRIATIVIDADE NA GESTÃO E DA COMUNICAÇÃO	16	34
147	TEORIA E PRÁTICA DOS PROCESSOS DE JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	20	91
148	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO PODER JUDICIÁRIO	12	20
149	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO PODER JUDICIÁRIO – TURMA II	12	39
150	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO PODER JUDICIÁRIO – TURMA III	16	45
151	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO PODER JUDICIÁRIO – TURMA IV	16	57
152	TREINAMENTO GESTÃO JUDICIÁRIA BASEADA EM DADOS – G1 – TURMA I	16	16
153	TREINAMENTO GESTÃO JUDICIÁRIA BASEADA EM DADOS – G1 – TURMA II	16	10
154	TREINAMENTO GESTÃO JUDICIÁRIA BASEADA EM DADOS – G1 – TURMA III	16	15
155	TREINAMENTO GESTÃO JUDICIÁRIA BASEADA EM DADOS – G1 – TURMA V	16	17
156	TREINAMENTO GESTÃO JUDICIÁRIA BASEADA EM DADOS – G2 – TURMA I	16	19



ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
157	TREINAMENTO GESTÃO JUDICIÁRIA BASEADA EM DADOS – G2 – TURMA II	16	18
158	TREINAMENTO GESTÃO JUDICIÁRIA BASEADA EM DADOS – G2 – TURMA III	16	7
159	TREINAMENTO GESTÃO JUDICIÁRIA BASEADA EM DADOS – G2 – TURMA IV	16	17
160	VOZ ATIVA: COMUNICAÇÃO ORAL EFICAZ NO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE	15	111
ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	17º FÓRUM NACIONAL DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO (FONAMEC)	12	315
2	30 ANOS DE JUIZADOS ESPECIAIS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS	3	177
3	FORTALECENDO LAÇOS: ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO E PROTEÇÃO PARA MULHERES DO JUDICIÁRIO	3	520
4	FÓRUM “O DIREITO E A SAÚDE: EM FOCO A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE”	5	297
5	GESTÃO PÚBLICA: BOAS PRÁTICAS, GOVERNANÇA E PROBIDADE	6	863
6	I ENCONTRO DO GRUPO GESTOR DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES COM O TEMA FORTALECENDO A ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES DO TJTO	15	550
7	I ENCONTRO ESTADUAL DE PRECEDENTES E AÇÕES COLETIVAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS	8	629

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
8	I OFICINA EM PROTEÇÃO DE DADOS NO PODER JUDICIÁRIO	16	34
9	II ENCONTRO DOS REGISTRADORES, TABELIÃES E A CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS	7	279
10	II FÓRUM FUNDIÁRIO DO TOCANTINS – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	8	665
11	II SEMANA DE DIÁLOGOS SOBRE IGUALDADE E DIVERSIDADE	8	516
12	II SEMINÁRIO ESTADUAL SOBRE A POLÍTICA DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA DO SISTEMA PENAL	6	249
13	II WEBINÁRIO ENTREGA VOLUNTÁRIA, COM O TEMA FLUXO E RESPONSABILIDADES DA REDE	3	200
14	III SEMINÁRIO DA PESSOA IDOSA DO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE: JUSTIÇA, CUIDADO E ANCESTRALIDADE	4	400
15	INTERFACES ENTRE SISTEMA DE JUSTIÇA, SAÚDE MENTAL E SOCIOEDUCAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA DE DIREITOS	15	617
16	IV SEMANA DE COMBATE AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO – PALESTRA ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E DISCRIMINAÇÃO	4	288
17	IV SEMANA DE COMBATE AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO - RODA DE CONVERSA “COMO IDENTIFICAR E SUPERAR SITUAÇÕES DE ASSÉDIO NO AMBIENTE DE TRABALHO?” – TURMA I	2	49
18	IV SEMANA DE COMBATE AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO - RODA DE CONVERSA “COMO IDENTIFICAR E SUPERAR SITUAÇÕES DE ASSÉDIO NO AMBIENTE DE TRABALHO?” – TURMA II	2	111
19	JUDICIÁRIO INCLUSIVO: CONSTRUINDO UMA JUSTIÇA SEM BARREIRAS	7	418



ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
20	MOSAICO JALAPÃO - OFICINA 1 - INTEGRAÇÃO DE SABERES: CAMINHOS PARA FORTALECER A GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DOS MOSAICOS	3	47
21	MOSAICO JALAPÃO - OFICINA 2 - FORMAÇÃO E TROCA DE EXPERIÊNCIAS: CONSTRUINDO UMA GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS E RECURSOS NATURAIS	3	41
22	MOSAICO JALAPÃO - OFICINA 3 - DESAFIOS E OPORTUNIDADES: AVANÇOS COLETIVOS PARA UM FUTURO CONSCIENTE E EQUILIBRADO NOS MOSAICOS	3	31
23	OFICINA DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL SOBRE INTEGRAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS	8	84
24	OFICINAS LITERÁRIAS – 2025 – TURMA I	10	35
25	OFICINAS LITERÁRIAS – 2025 – TURMA II	10	34
26	OFICINAS LITERÁRIAS – 2025 – TURMA III	10	35
27	PALESTRA “IA E PRÁTICA JURÍDICA: INOVAÇÃO E DESAFIOS”	4	30
28	PALESTRA “O PROFISSIONAL DO FUTURO”	2	185
29	PALESTRA “O PROTAGONISMO DO AUTOCUIDADO NO FORTALECIMENTO DA SAÚDE MENTAL”	3	380
30	PALESTRA “QUALIDADE E SENTIDO DE VIDA: REFLEXÕES FILOSÓFICAS	2	623
31	PALESTRA JUSTIÇA COM EMPATIA: OUVIDORIAS COMO PONTES PARA UM JUDICIÁRIO MAIS HUMANO E PARTICIPATIVO	2	133

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
32	PALESTRA SAÚDE DO TRABALHADOR COM O TEMA “O QUE É ESSENCIAL PARA O CUMPRIMENTO DE SEUS OBJETIVOS E RESULTADOS?”	4	40
33	RODA DE CONVERSA SETEMBRO AZUL “ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO DA COMUNIDADE SURDA E COMBATE AO CAPACITISMO”	2	146
34	RODA DE CONVERSA TEMA: FORTALECIMENTO DE LIDERANÇAS NO SERVIÇO PÚBLICO: A DIVERSIDADE COMO POTENCIALIZADORA DE INOVAÇÃO E SUCESSO NO TRABALHO	2	40
35	RODA DE CONVERSA: SAÚDE MENTAL, GÊNERO E SEUS DISPOSITIVOS	2	88
36	SEMINÁRIO MOSAICO JALAPÃO	11	131
37	IV ENCONTRO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS DO PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE	8	52
38	V SEMINÁRIO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL COM O TEMA: SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O TOCANTINS	4	428
39	V WEBINÁRIO AMOR EM AÇÃO, COM O TEMA: “OS ASPECTOS LEGAIS DA ADOÇÃO”	5	197
40	VI ENCONTRO NACIONAL DE INTELIGÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO (ENIPJ)	12	300
41	VI SEMINÁRIO DE JUSTIÇA RESTAURATIVA	6	247
42	VI SEMINÁRIO EM COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	4	521
43	WORKSHOP A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL – COMARCAS DE ARRAIAS E CRISTALÂNDIA	8	12



ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
44	WORKSHOP A FUNÇÃO DE SUPERVISÃO E A FUNÇÃO DE LIDERANÇA: COMPORTAMENTOS QUE COMPÕEM CADA CONCEITO NA PRÁTICA – COMARCAS DE CRISTALÂNDIA E ARRAIAS	3	5
45	WORKSHOP A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NO ESTADO DE SAÚDE – TURMA I – COMARCA DE ARRAIAS	18	6
46	WORKSHOP A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NO ESTADO DE SAÚDE – TURMA I – COMARCA DE CRISTALÂNDIA	8	4
47	WORKSHOP A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NO ESTADO DE SAÚDE – TURMA II – COMARCA DE ARRAIAS	8	6
48	WORKSHOP A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NO ESTADO DE SAÚDE – TURMA II – COMARCA DE CRISTALÂNDIA	18	9
49	WORKSHOP COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA – CAPACITAÇÃO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS – TURMA XIII	4	58
50	WORKSHOP COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA: CAPACITAÇÃO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS – TURMA XIV	4	13
51	WORKSHOP COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA: CAPACITAÇÃO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS – TURMA XV	4	40
52	WORKSHOP COMO TRABALHAR, SE RELACIONAR E MANTER SAÚDE EMOCIONAL EM DIA! – TURMA 1 – COMARCA DE ARRAIAS	12	3
53	WORKSHOP COMO TRABALHAR, SE RELACIONAR E MANTER SAÚDE EMOCIONAL EM DIA! – TURMA 2 – COMARCA DE CRISTALANDIA	12	6
54	WORKSHOP COMO TRABALHAR, SE RELACIONAR E MANTER SAÚDE EMOCIONAL EM DIA! – TURMA 2 – COMARCA DE ARRAIAS	12	6
55	WORKSHOP COMO TRABALHAR, SE RELACIONAR E MANTER SAÚDE EMOCIONAL EM DIA! – TURMA 2 – COMARCA DE CRISTALANDIA	12	9

ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
56	WORKSHOP DE ARRANQUE	16	25
57	WORKSHOP ELABORAÇÃO COLETIVA DE FLUXO OPERACIONAL NOS CASOS DE ASSÉDIO SEXUAL, ASSÉDIO MORAL E DISCRIMINAÇÕES NO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS	8	33
58	WORKSHOP MANEJO CLÍNICO DA IDEAÇÃO SUICIDA	3	17
59	WORKSHOP PRÁTICO SOBRE SAÚDE INTEGRAL: SAÚDE MENTAL E COGNITIVA	8	92
60	WORKSHOP RACISMO NA FORMAÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA DO BRASIL	9	87
61	WORKSHOP SOBRE A USABILIDADE DO SISTEMA SICOR NAS CORREIÇÕES REALIZADAS PELA CGJUS	3	15
62	WORKSHOP SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA: GESTÃO DE RESÍDUOS E CONSUMO CONSCIENTE DOS RECURSOS NATURAIS – TURMA I	4	39
63	WORKSHOP SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA: GESTÃO DE RESÍDUOS E CONSUMO CONSCIENTE DOS RECURSOS NATURAIS – TURMA II	4	38
64	WORKSHOP TELETRABALHO: PRODUTIVIDADE COM SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA – TURMA 1	3	40
65	WORKSHOP TELETRABALHO: PRODUTIVIDADE COM SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA – TURMA 2	3	42
66	XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS, COM O TEMA “O FUTURO DOS DIREITOS HUMANOS NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL”	23	985



ORDEM	PÓS-GRADUAÇÕES LATO E STRICTO SENSU	MATRICULADOS
1	ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICA JUDICIÁRIA – PROGRAMA PRJUD (ESMAT)	88
2	ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO EMPRESARIAL E AGRONEGÓCIO (ESMAT)	68
3	ESPECIALIZAÇÃO EM INOVAÇÕES EDUCACIONAIS PARA PRÁTICA DOCENTE (ESMAT)	32
4	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA XI (ESMAT/UFT)	32
5	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA XII (ESMAT/UFT)	15
6	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA XIII (ESMAT/UFT)	22
7	MESTRADO PROFISSIONAL EM PRESTAÇÃO JURISDICIAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA NORTE (ESMAT/UFT/EJURR/ESJUD/EJE-RR)	33
8	DOUTORADO EM PRESTAÇÃO JURISDICIAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA I (ESMAT/UFT)	17
9	DOUTORADO EM DIREITO (ESMAT/UNICEUB)	20
10	DOUTORADO EM DIREITO (ESMAT/PUC-RIO)	15
11	DOUTORADO EM GOVERNANÇA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (ESMAT/UFT)	10